

NOTAS SOBRE O LEVANTE DE 1924 NO RIO GRANDE DO SUL

“FAREI CORRER RIOS DE SANGUE...”

Gervásio Rodrigo Neves

“Atualmente, a ideologia nega apenas os outros, só eles são trapaceiros. É então que se mata”.

Albert Camus

O homem revoltado, p.15

“O que mantém unidas as pessoas depois que passa o momento fugaz da ação (aquilo que hoje chamamos de “organização”) e o que elas, por sua vez, mantêm vivo ao permanecerem unidas é o poder. Todo aquele que, por algum motivo, se isola e não participa dessa convivência, renuncia ao poder e se torna impotente, por maior que seja a sua força e por mais válidas que sejam as suas razões”.

Hannah Arendt

A condição humana, p.213.

1 . OBSERVAÇÕES PRELIMINARES

Mas, se a História me escapa, isto não decorre do fato de que não a faço; decorre do fato de que o outro também a faz.

J-P Sartre

Questão de método. p. 74

As determinações da pessoa só aparecem numa sociedade que se constrói sem cessar designando a cada um dos seus membros um trabalho, uma relação com o produto de seu trabalho e das relações de produção com os outros membros, tudo num incessante movimento de totalização. Mas tais determinações por seu turno, são sustentadas, idealizadas e vividas (na aceitação ou na recusa) por um projeto pessoal...

J-P Sartre

Questão de método. p.137

Exige-se do pesquisador as explicitações metodológicas. Adoto aqui a orientação que sugere Machado de Assis em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*:

...isso de método, sendo como é, uma coisa indispensável, todavia é melhor tê-lo sem gravata nem suspensórios, mas um pouco às frescas e à solta, como quem não lhe dá da vizinhança fronteira, nem do inspetor de quartelão...

Na História tudo se complica por falta de exatidão. No domínio da preservação da memória humana tudo é nuançado, refletindo a condição humana. Um trecho da carta de Juarez Távora a Luís Carlos Prestes, de 25 de julho de 1930 é exemplar dessa dificuldade:

*Finalmente, tenho lido nos jornais um telegrama, anunciando que você pretendia publicar os entendimentos havidos com a Aliança e prestar contas, publicamente, dos dinheiros dela recebidos para a preparação do movimento. Lhe enderecei, a 5 deste mês, um telegrama cifrado e carta explicativa. Rogando-lhe que nos poupasse, a nós revolucionários, o vexame dessa indiscrição, que poderia ser tachada de “delação” (Juarez Távora. Memórias, 1º Volume, 1974, p.365. O grifo é meu). Este documento é suficientemente esclarecedor da dificuldade da pesquisa histórica. Além disso não possuímos um sistema de arquivos que a investigação exigiria, pois eles se reduzem aos documentos oficiais e burocráticos. A documentação *privada*, cujo conceito é difícil de se estabelecer, de há muito entrou no circuito das mercadorias. Se as reflexões solitárias estão na impossibilidade do conhecimento, os arquivos “*particulares*”, as memórias escritas e as cartas, às vezes permitem penetrar pelo menos em fragmentos das reflexões ou das determinações das ações. Esta é a razão da utilização de memórias, telegramas e cartas nesta pesquisa prévia.*

A História é feita de homens e pelos homens nas suas circunstâncias: vaidades, preocupações, fantasias e sonhos. Assim, nunca será relatada com absoluta veracidade, neutralidade ou isenção porque os homens negam, escondem, sonham, fantasiam e (re)inventam as suas ações. Nada mais revelador dessa história “*subjética*” do que a citada carta de Juarez Távora.

Os textos aqui apresentados são notas de início de uma pesquisa sobre a década dos vinte no Rio Grande do Sul, um tempo de transição com tudo que ele determina, entre o que passou - ação da inércia - e o que virá - pleno de fantasias e utopias, segundo as possibilidades dos homens que constroem a História ou que, pelo menos, foram os seus personagens mais destacados.

As chamadas ciências humanas contemporâneas tendem a abstrair o homem *Porque a medida que nos relacionamos de maneira abstracta, mas nos alejamos del corazón de las cosas y una indiferencia metafísica se adueña de nosotros mientras tomam poder entidades sin sangre ni nombres propios* (Ernesto Sabato. *La Resistencia*. Seix Barral. Buenos Aires, 2000, p. 12).

Nestas notas refiro-me a homens, com sangue e nomes próprios. Homens que, independente de preconceitos, não são mitos mas símbolos que ajudaram a criar e fazem parte da memória num determinado tempo. Quanto mais difusos forem os símbolos mais são apropriados pelo imaginário, a fantasia e a memória cotidiana. Na campanha gaúcha- num certo tempo - Assis Brasil foi o núcleo de geração desses símbolos que se prestam às fantasias que a história oral ajuda a projetar. O castelo, a

biblioteca, as viagens e os contatos no mundo exterior, o domínio de línguas estrangeiras, a elegância, entre outros símbolos, fazem parte desse mundo mágico que propiciaram a formação da liderança política, especialmente quando as comunicações são precárias.

Ninguém destrói essas memórias, exceto e inexoravelmente, o tempo. O cotidiano de ontem vai, pouco a pouco, com a criação de novos símbolos, esmaecendo os antigos traços vigorosos de significados.

Ver esses homens exuberantes de imagens que frequentemente designamos de mitos, na concretude da solidão é também fazer História. Compreende-los, antes de mais nada como homens, nos seus limites que são os seus sonhos, suas forças e fraquezas e nas contingências dos conflitos no interior da formação sócio econômica da qual não podem se desfazer. Este é um esforço de considerar as *formas históricas da consciência ou da subjetividade, ou às formas subjetivas pelas quais nós vivemos ou, ainda, ...o lado subjetivo das relações sociais* (Richard Johnson, *O que é, afinal, Estudos Culturais?*, 1999, p.26). Ou, como Johnson R. *Making histories: studies in history-writing and politics*, 1982, o *"lado subjetivo"* ou *"o aspecto subjetivo"* dos processos sociais, uma vez que *os seres humanos são caracterizados por uma vida ideal ou imaginária, na qual a vontade é cultivada, os sonhos são sonhados e as categorias elaboradas* (Richard Johnso, idem).

Os movimentos rebeldes, as revoluções, os levantes, os golpes, enfim a designação que se deseja, segundo a ótica dos memorialistas, pelas suas características de ilegalidade e de clandestinidade são em geral parcos em informações documentadas. Restam as *"memórias"* dos indivíduos direta ou indiretamente vinculados a essas manifestações de revolta, nos diferentes níveis de decisão e nas muitas fragmentações que lhes são peculiares. Passado o tempo, tentativas são feitas de situar os fatos em modelos e teoria, numa explicação geral. Não é este o propósito destas notas, mas o de alinhar os múltiplos retalhos das *memórias* e, certamente, muito mais importante: sugerir algumas questões à pesquisa.

O *"golpe"*, o *"levante"* ou a *"revolução"* de 1924, no Rio Grande do Sul, é um desafio à investigação, pelo conjunto de questões sugerida na leitura das memórias disponíveis.

2 . ANTECEDENTES DO LEVANTE DE 1924

Os levantes de 1924 resultaram do corporativismo ativado pelos jovens militares e do oportunismo de políticos regionais, especialmente no Rio Grande do Sul, no caldo de um processo de transformações econômicas e sociais no Brasil nas quais as elites, velhas e novas, entram em confronto.

O corporativismo militar se manifesta vigorosamente no governo de Epitácio Pessoa (28/07/1919 a 15/11/1922), a começar com a designação dos ministros da Guerra e da Marinha, respectivamente Pandiá Calógeras e Raul Soares de Moura, ambos civis, gerando protestos de altas patentes militares . Além disso, a recusa de Epitácio Pessoa em 1919 em conceder aumento do soldo solicitado ao Congresso Nacional pelo Exército acirrou o confronto interno reforçando o corporativismo (1) e nutrindo as revoltas.

No final de 1920 (4 de novembro) retorna da Europa, depois de cinco anos fora do país, o ex-presidente Hermes da Fonseca que após transmitir o governo a Venceslau Brás, em novembro de 1914, foi eleito senador pelo Rio Grande do Sul, com o apoio de Pinheiro Machado e Borges de Medeiros, em oposição a candidatura de Ramiro Barcellos. Contudo, não chegou a assumir, pois em 28 de setembro de 1915 renuncia (2) e imediatamente pede licença para viajar à Europa, para onde embarca em 16 de outubro.

No retorno ao Brasil se envolve com as questões do Clube Militar, sendo eleito presidente da instituição em cuja posse (26/06/1922) foi saudado por Rui Barbosa, reconciliado com o velho marechal que *...quer, uma vez mais, a derradeira vez, purificar a República por meio da atividade militar* (Faoro, 1983,p.666).

Desde 1921 a pressão dos oficiais superiores do Exército aumentam sobre o Governo Federal, concentrando as críticas no ministro da Guerra, o civil Pandiá Calógeras.

O movimento é radicalizado após a divulgação pelo jornal carioca *Correio da Manhã* em 9 e 10 de novembro de 1921, das supostas cartas de Artur Bernardes - então candidato à presidência da República apoiado por Epiácio Pessoa - consideradas “ *duramente insultuosa à dignidade da oficialidade do Exército* (JT,1974,p.111) e ao Marechal Hermes da Fonseca. Na primeira suposta carta, datada de Belo Horizonte (03/06/1921), Artur Bernardes teria escrito: *Estou informado do ridículo e acintoso banquete dado por Hermes, esse sargento sem compostura, aos seus apaziguados, e de tudo que nessa orgia se passou...esse canalha precisa de uma reprimenda...* A carta é encerrada referindo-se...*esses generais anarquizadores...A situação não admite contemporizações: os que forem venais, que é toda a totalidade, compre-os com todos seus bordados e galão*”. Artur Bernardes era a candidatura oficial – *não apenas por ser filha do Catete mas dos dois estados grandes* (Faoro,1973. p.664) - à sucessão de Epiácio Pessoa (1919-1922). A consequência da divulgação das cartas agitou o Clube Militar (novembro de 1921) e, como represália,o governo recorreu a “ *transferência em massa de oficiais, para guarnições mais remotas do país* (JT.1974,p.113).

As cartas (3) foram rapidamente absorvidas por Hermes da Fonseca, face aos telegramas de Artur Bernardes e do Ministro João Luís Alves, de 11 de outubro e a resposta de Hermes da Fonseca de 14 de novembro na qual escreve que *... o formal desmentido...foi quase desnecessário, porque não dei o menor crédito a tal carta...* (HFJ, 1961, p.255)

Logo depois, o Clube Militar se reúne, transformando a assembléia numa forte manifestação contrária ao governo, sem o mínimo controle do próprio presidente da instituição, o Marechal *Hermes da Fonseca*. Nilo Peçanha põe fogo na fogueira e exige um “*Tribunal de Honra*”. Daí os fatos se ampliam gerando intensa agitação, lutas internas e conspirações.

Importante no processo de radicalização dos militares, foi o telegrama enviado - por decisão do Clube Militar no dia 29 de junho de 1922 - ao Comandante da 6ª Região Militar (sede em Recife) que redundou numa série de atos punitivos ao velho Marechal, culminando com a ordem de sua prisão (3 de julho), determinada pelo Presidente. A prisão durou 17 horas, mas foi suficiente para aumentar a pressão conspiratória.

A primeira prisão de Hermes da Fonseca, presidente do Clube Militar, e os levantes de 05 de julho de 1922, em protesto contra Epitácio Pessoa, geraram uma série de manifestações de revolta dos militares. Todas fracassam, resultando em prisões principalmente dos jovens oficiais e, inclusive do Marechal Hermes da Fonseca - na madrugada do dia 6 de julho -, o que determinou reorganização de novos setores militares.

A morte de Hermes da Fonseca (9 de setembro de 1923), depois de quase seis meses de prisão, só relaxada pelo *habeas corpus* concedido pelo Supremo Tribunal, no início de 1923, se constitui numa ruptura do comportamento dos atores sociais representados pelos militares, criando uma

nova composição e dinâmica ao movimento *revolucionário*. Os militares, de patente superior que até o levante de 1922 participavam do movimento corporativista, ainda que em número reduzido, perdem sua importância simbólica e hierárquica.

Dá em diante os jovens tenentes assumem a liderança e a responsabilidade absoluta das ações, tanto que, para dirigir o movimento de 1924, em São Paulo, só contarão com Isidoro Dias Lopes (4).

Os tenentes não têm mais liderança e esboçam livremente – sem os acertos de Rui Barbosa, Hermes da Fonseca e Nilo Peçanha - seus próprios projetos, no bojo do corporativismo e da feroz luta dentro do *bloco no poder*. O Marechal Hermes, tão logo chegou ao Brasil, em entrevista ao *Correio da Manhã* (7 de novembro), publicada com o título “ *As traições da Política,*” explicitava a luta entre os letrados da República que constituíam o bloco no poder: *Tarde reconheci o mal que representou, para mim a minha boa intenção de ferir de morte as oligarquias. Passei pela triste decepção de verificar que “amigos” meus o eram mais das oligarquias!* (HFJ,1961,p.247).

Os levantes, com a mínima participação de civis, foram exclusivamente militares sem que isto implicasse num isolamento dos movimentos políticos em curso, sempre como alianças conjunturais.

No Rio Grande do Sul os civis republicanos dissidentes, ex-monarquistas e agrupamentos da antiga oligarquia estavam divididos em facções e grupos de “caudilhos” em confronto aberto com os republicanos no poder. O Partido Republicano Rio-Grandense se opunha ao Governo Federal, apoiando o candidato oposicionista de Nilo Peçanha. O candidato “oficial”, Artur Bernardes venceu as eleições de 22 de março de 1922, tomando posse em 10 de janeiro de 1923. Nas eleições no Rio Grande do Sul, vence, mais uma vez, Borges de Medeiros do Partido Republicano Rio-Grandense tendo como opositor Assis Brasil. A oposição civil tentou aproveitar as circunstâncias para potencializar as diferenças entre o Governo Federal e o do Rio Grande do Sul, buscando, rapidamente, o apoio de Artur Bernardes na tentativa de derrubar o domínio de Borges de Medeiros, construindo e executando o levante geral de 1923, conhecido por *Revolução de 1923* ou *Revolução Libertadora*, tendo como líder, Assis Brasil, escolhido pela velha oligarquia rural das áreas pastoris na qual eram fundamentais os “caudilhos”, o reverso da outra face da mesma moeda: os coronéis-burocratas.

O Exército ficou neutro durante a luta, com seus quartéis e oficiais vigiados pela polícia estadual, face a desconfiança de que poderiam aderir ao movimento revolucionário dos “*libertadores*”, situação que se prolongou durante 1924. O paroxismo

da desconfiança se revela no telegrama cifrado de Nabuco de Gouvêa a Borges de Medeiros em 9 de novembro de 1924: *Presidente (Bernardes) declara hipótese alguma consentirá retirada do general Andrade Neves, inspira confiança. (IHGRGS/ABM)* o que parece indicar alguma insinuação de Borges de Medeiros quanto a fidelidade do Comandante da Região Militar no Rio grande do Sul. No mesmo telegrama, são nítidas as manobras em relação ao próprio Ministro da Guerra, quando diz: *Acredito que Setembrino... não conseguirá impressionar Presidente (Bernardes)...Precisamos usar toda diplomacia Setembrino apesar de tudo (IHGRGS/ABM).*

Os jovens militares continuavam a conspirar à derrubada do governo Artur Bernardes, movimento que se intensifica no final de 1923, especialmente após a decisão da justiça militar de enquadrar os rebeldes de 1922, não no artigo 111 do Código Penal Militar (crime de sedição contra a autoridade do presidente da República), mas no artigo 107 (crime contra a Constituição e o regime) o que implicaria na perda de suas patentes e na exclusão das forças armadas.

Tal decisão acelerou a mobilização conspiratória dos jovens militares, incluindo a deserção e a fuga. Juarez Távora, por exemplo, em janeiro de 1924 viajava – na condição de *desertor* - para fazer contatos no Rio Grande do Sul com os militares das guarnições federais para, como relata: *ligar-me com Luís Carlos Prestes e Paulo Kruger da Cruz, que serviam, então, ...em Santo Ângelo, Osvaldo Cordeira de Farias em Santa Maria, Honorato Pradel em Alegrete...Por intermédio deles, deveria procurar, mais tarde, contato com outros elementos infensos ao governo de Bernardes*” (JT. 1974,p.129), acrescentando que “*...Voltei ao Rio Grande do Sul, onde estive em fins de fevereiro, estabelecendo novos contatos com as guarnições de Santo Ângelo, Santa Maria, Alegrete, São Gabriel, Pelotas e Porto Alegre*” (Idem, p.130) e em Porto Alegre, “*...pude entender-me com elementos das guarnições de Margem do Taquari, São Luís das Missões e Santana do Livramento* (Idem, idem). Entrementes, os serviços secretos do governo tinham pleno conhecimento da organização dos levantes, como atestam alguns trechos de telegramas cifrados recebidos por Borges de Medeiros: 11de janeiro de1924 - *Tive longa conferência com Bernardes respeito...entrada de armamentos* (para os) *revolucionários*.18 de fevereiro de 1924 – *Presidente mandou, imediatamente, tomar providências São Paulo, bem como fazer vigilância embarques companhias de navegação. João Luís acha deveis vigiar estrada de ferro, estar atento Marcelino Ramos, fronteira Santa Catarina, Contestado, sobretudo Herval (5), por pessoas vossa confiança. Achamos deveis estar preparado boa eficiência militar modo de agir, rápido, energeticamente (IHGRGS/ABM).*

A situação no Rio Grande do Sul era de contradições agudas: o governo (Partido Republicano Rio-Grandense) apoiando Artur Bernardes; os jovens oficiais planejando sua derrubada e os opositores gaúchos apoiando “taticamente” Bernardes, para um golpe contra Borges de Medeiros, tal como fizera com Raul Fernandes no Rio de Janeiro e acreditando na indicação de Assis Brasil para governar o Rio Grande do Sul. Tal posição foi radicalmente expressa por Assis Brasil ao dizer “*Farei correr rios de sangue, arruinarei o país, mas os usurpadores terão que nos entregar o governo*”, (frase atribuída a Assis Brasil, citada por José Júlio Silveira em “*Nação agredida: em resposta a Terra Desumana*, segundo DM,2000,p.343).

A participação de Assis Brasil e dos “maragatos” em todos os levante no Rio Grande do Sul materializava esse ódio. Não menos intensa era a disposição de Borges de Medeiros, cuja mensagem à Assembléia dos Representantes não deixa margens à dúvida: *...a suspeita dos seus sinistros intentos, não tardou muito que a revolta militar de 5 de julho em S.Paulo...traíam-se a cada passo os revolucionários de 1923 em falsas attitudes, retirava-se inopinadamente para o estrangeiro o chefe espiritual da renegada grei, seguindo logo após de alguns asseclas façanhudos, que em terra estranha iriam conspirar á vontade e alliciar elementos para o morticínio e o sangue no solo sagrado da Pátria!* (Borges de Medeiros. Mensagem.22 de setembro de 1925, p.3). Nada, entretanto, impedia o prosseguimento das negociações com o governo federal que não foi favorável ao golpe pretendido por Assis Brasil, como revela o *Diário* de Cecília de Assis Brasil no qual o desencanto com o governo federal era explícito, antes da revolução de 1923, quando anota em 27 de janeiro de 1923: “*recebemos telegrama de Papai dizendo que devemos seguir para o Rio no próximo vapor grande. É sinal de que ainda demora a intervenção de Bernardes, tão esperada*” (CAB, 1983,p.56) . Borges de Medeiros, entretanto, já em 7 de julho de 1922 explicitava sua posição, depois dos levantes de 5 de julho, através de *A Federação*: *Dentro da ordem sempre; nunca pela desordem. Parta de onde partir, tenda para onde tender – é este o nosso lema, supremo e iderrocável* . Mas Assis Brasil insistia junto ao governo e aos círculos do poder federal como revelam as anotações do *Diário* e Cecília de Assis Brasil. De fato, no final de 1922, Assis Brasil viaja a Belo Horizonte para conferenciar com Raul Soares de Moura - Presidente do Estado de Minas Gerais . Cecília Assis Brasil anota (CAB,p54): *É quase certa uma revolução quando Borges tomar posse*“(Idem, em 19 de janeiro, p.54). Na quarta-feira, 24 de maio de 1923, o vice presidente da República Estácio Coimbra e o Dr. Eurico Souza Leão tiveram uma longa conversação com Assis Brasil (Idem,p.61) e em 27 de junho Assis Brasil é chamado pelo presidente Bernardes para um encontro reservado. O Registro de Cecília de Assis Brasil é claro: *Hoje mesmo estive no palácio do Catete, acompanhado do Dr Francisco Antunes Maciel. Saiu da conferência ao entardecer, desiludido mais uma vez* (Idem, p.66). Perdido, aciona a revolta de 1923. Em 1924 volta à carga, tentando algum golpe palaciano para derrotar Borges de Medeiros, utilizando-se inclusive de seus contatos com alguns setores do Governo Federal. O movimento de 1924 é, para Assis Brasil, a continuação de 1923.

Entretanto, Borges de Medeiros consolidava sua posição, com competência política, no jogo de poder. Sua aliança com Bernardes fora antecipada desde 1923. Como testemunham os telegramas cifrados de Nabuco de Gouvêa ao Presidente do Rio Grande do Sul (6), já no início de 1924.

No jogo de xadrez da política nacional as oposições gaúcha tiveram de escolher, depois da derrota de 1923, outros parceiros: os jovens militares. Não por princípios, mas por oportunismo político, mesmo porque Assis Brasil mantinha sérias restrições a participação dos militares na política. É verdade que no jogo do movimento civilista, em oposição a candidatura de Hermes da Fonseca, Assis Brasil – no Congresso do Rio de Janeiro (7) – fora contrário a indicação de Rui Barbosa como candidato, retirando-se do congresso para não votar em Rui... Veio a votar no candidato civilista por imposição dos caudilhos regionais, como observa em suas

memórias Zeca Netto: *O Dr. Fernando Abbott havia colocado na presidência do Diretório do Partido Democrático (Partido Republicano Democrático) o Dr. Assis Brasil que, nessa qualidade telegrafou-me, perguntando-me porque havia-me pronunciado a favor da candidatura Rui, sem autorização da chefia do partido. Consultei os companheiros e resolvemos não responder a esse recado. E o Dr. Assis e o Dr. Abbott, para não ficarem isolados, votaram em Rui* (Zeca Netto, 1983, p.62).

É neste quadro de incoerências – típico das lutas intra-blocos - que os civis (maragatos) se incorporam , ainda que tardiamente, ao movimento tenentista de 1924 no Rio Grande do Sul. Também por oportunismo, os tenentes aceitam a colaboração dos civis oposicionistas gaúchos que estavam *seguros* de que os *rebeldes* não transformariam o levante numa *revolução* e numa *ditadura militar*. É para a afirmação desta posição que Batista Lusardo faz o discurso parlamentar ,na sessão de 29 de dezembro de 1924, lendo a carta de J.F de Assis Brasil, datada de Berachi (República Oriental do Uruguai) em 15 de dezembro de 1924: *...quando o Sr. Assis Brasil empresta a sua solidariedade ao movimento revolucionário do Sul, S. Exa. Declara. Com a autoridade de seu nome, que não o faz a um movimento militar, a um levante que queira implantar no País uma ditadura essencialmente (o grifo é meu) militar, mas que tem garantias seguras e positivas de que esses militares não querem implantar tal regime...* (BL. Perfis Parlamentares, 1983,p.75).

Assis Brasil e Batista Lusardo parece que desconheciam o rascunho de Constituição elaborada pelos revolucionários de São Paulo, “*encontrado nos arquivos do Gal. Isidoro Dias Lopes, após a retirada de suas tropas da capital paulista*” em julho de 1924 (ALP,p.404 e 405) no qual é proposto que *...a Direção suprema do país será confiada provisoriamente, a uma “Ditadura”, cujo governo se prolongará até que 60% dos cidadãos maiores de 21 anos de idade sejam alfabetizados* (Idem, p.404) e que *o Executivo será exercido por uma junta de dois membros militares e um civil...*(segundo Cyro da Costa (e) Eurico de Goes. *Sob a metralha...*Cia Gráfica Editora Monteiro Lobato. São Paulo, 1924, p. 383-385; ALP, p404-405). A revolta, se vitoriosa, entregaria o governo civil a Assis Brasil. Pelo menos é o que diz a carta de Isidoro Dias Lopes a Luís Carlos Prestes, datada de Apostoles, na Argentina, de 23 de dezembro de 1924.

Na carta a Batista Lusardo de 15 de dezembro de 1924, *...quando apenas os elementos comandados por Prestes, ao norte do Ibicuí”* (JT,1974,p.170) ainda resistiam no Rio Grande do Sul, escrevia Assis Brasil: “ *Nada tínhamos com ele* (referindo-se ao levante paulista), *nem fomos ouvidos sobre os antecedentes ou os fins dessa sublevação. Por isso, a opinião libertadora sul-riograndense permaneceu em atitude de mera especulação, tendo mesmo alguns dos nossos amigos influentes oferecido os seus serviços ao Governo Federal para o sustentarem, no caso de se tratar de um pronunciamento militar comum, destinado apenas a derrubar a autoridade, substituindo-lhe uma ditadura militar*” (BL. 1989, p.207)

A observação é de Isidoro Dias Lopes em carta a Luís Carlos Prestes em 23 de dezembro de 1923: *Finalmente o Dr. Assis Brasil resolveu-se a falar...mas já muito tarde. Hoje ou amanhã será lida na Câmara, pelo Dr. Batista Lusardo...Infelizmente repito, é muito tarde, pois a revolução no Rio Grande do Sul está agonizando* (LML, 1945, p.532).

Há certamente na carta de Assis Brasil algumas inconsistências justificadas exclusivamente sob o ponto de vista da propaganda política. Considerando as memórias de Batista Lusardo e Juarez Távora e as condições de exílio de Assis Brasil, a história é outra. O exílio, em 16 de julho foi o sinal. Mas, segundo as memórias de Batista Lusardo publicadas em *O Globo do Rio de Janeiro*, sob o título *A Coluna Prestes* através do Brasil (8) em 5 de julho de 1926 (BL,1977,p.259 e seguintes) o autor diz que entre 13 e 14 de agosto de 1924, *no rancho de Berachi* (9), *no Departamento de Cerro Largo no Uruguai, Assis Brasil reuniu-se com Zeca Netto, dois parlamentares das guarnições federaes do Rio Grande do Sul; o Dr. Rubens Maciel, e o Sr. Anacleto Firpo* (Idem, p.264-265). Portanto, os contatos já se realizavam antes, muito antes. Não é admissível uma reunião dessa importância sem longos e seguros contatos anteriores, principalmente pelo caráter decisivo da reunião.

Em suas memórias, Juarez Távora é explícito: *Nos primeiros dias de outubro de 1924: chegaram a Foz de Iguaçu vários agentes de ligação de elementos civis e militares, do Rio Grande do Sul, potencialmente revolucionários. Entre eles...Alfredo Canabarro, antigo oficial da Coluna Honório Lemes, revolução maragata de 1923, e, agora, seu emissário político; o Dr. Anacleto Firpo, amigo particular do Dr. Assis Brasil e representante dele e do General Zeca Neto...* (JT,1974,p.157), Juarez Távora, que estava em Montevidéu em 13 de outubro anota: *" Aí tomamos um trem para Mello, em cujas cercanias conferenciamos com o Dr. Assis Brasil e com o general Neto* (Idem, p.158). Por outro lado, dois dias antes, em 23 de dezembro, Isidoro Dias Lopes escrevia a Luís Carlos Prestes, praticamente transferindo a chefia do movimento a Assis Brasil onde diz: *"Manifesto claro do Dr. Assis que, chefe da Aliança Libertadora e com amplíssimos poderes que eu lhe trazia da Divisão "São Paulo" assumiria a direção política, administrativa, financeira e mesmo militar, em diretivas gerais, da revolução* (o grifo é meu) *Para isto, ele, com outros membros de sua escolha, constituiria a junta governativa..."*(Carone, 1975. p.305). Desta forma Assis Brasil passa a ser o senhor da revolução, fora do Rio Grande do Sul, comandada de Melo (Uruguai), enquanto Prestes se deslocava para Santa Catarina, em direção ao Paraná.

O Acordo de *Pedras Altas* -14/12/1923 e o Protocolo de Pacificação 17/12/1923 - foram apenas curativos: a ferida não cicatrizara, ainda sangrava. Dois dias antes, quando ainda eram discutidas as cláusulas do acordo, a polícia secreta de Borges de Medeiros apreendia um telegrama de Assis Brasil para Honório Lemes (12 de dezembro) no qual diz: *" Apesar grande esperança paz, não convém esperar desprevenido"*. (Sérgio da Costa Franco, 1996,p.25; IHGRGS/ABM).Dias antes da apreensão desse telegrama, 08 de dezembro, Borges de Medeiros enviava ao general Saturnino, Ministro da Guerra e que seria fiscal pessoal do Acordo, o seguinte telegrama: *" Cumpro dever comunicar V. Exa. Que Honorio Lemes rompeu armistício, apossando-se um trem transportar sua gente, declarando continuará hostilidades"* (Sérgio da Costa Franco, 1996.,p.119; IHGRGS/ABM).

Depois do Acordo assinado as desconfianças continuam e os preparativos a outros combates, fictícios ou reais, também. Ambos os lados seguiam o conselho de Assis Brasil: *" não convém esperar desprevenido"*.

Esta preocupação vigorou em ambas as partes. Se prevenir...

As “sobras de guerra” de 1923 não seriam sucateadas, pelo contrário, deveriam ser acumuladas para mais mortes. A guerra das sombras estava armada e reforçava seu potencial político-militar nos dois lados, ambos se prevenindo.

3 . QUEM SUSTENTOU, FINANCEIRAMENTE ,O LEVANTE E A CONTRAREVOLUÇÃO ?

As ações contra-revolucionárias em 1924 foram ferozes, maciças e organizadas para a guerra total. As despesas para a guerra aumentaram, em relação a 1923, nada menos do que em 264 % (5 751 652\$000 em 1923 e 20 990 317\$000 em 1924)! As despesas com a Brigada Militar e a Polícia tiveram aumento de 17,36 e 17,11% respectivamente, enquanto o orçamento do Estado cresceu 8,83%. Em 1924 Borges de Medeiros utiliza as despesas extraordinárias para as quais destinou 14 241 978\$000 na rubrica Segurança Pública, usada em todos os setores considerados indispensáveis ao esmagamento do levante, incluindo a manutenção de um extenso e denso aparelho internacional, nacional, regional e local de espionagem que se mostrou muito eficiente.

As despesas de guerra estão indicados na Tabela 1, na qual as porcentagens estão referidas ao total das despesas ordinárias.

Tabela 1

Despesas com a contra revolução do Estado do Rio Grande do Sul

Classificação das despesas	1923	1924	Diferença	Aumento em %
Brigada Militar	5050735	5927523	876788	17,36
Polícia	700917	820816	119899	17,11
Segurança Pública	-	1441978	14241978	264,94
(a) Sub-total	5751652	20990317	15238665	264,94
(b) Total das despesas	82001367	89241978	7240611	8,83
%(a)/(b)	7,01	23,52		

Fonte: Dados brutos. A.A.Borges de Medeiros. Mensagem enviada à Assembléia dos Representantes. Rio Grande do Sul:25 de outubro de.1924;.,29 de novembro de 1925.

A este imenso capital morto se agregavam os auxílios do Governo Federal e as despesas municipais (10), numa enlouquecida ganstança de morte que garantiriam a segurança do Estado: agentes secretos , informantes, enfim as mais estranhas despesas secretas, como mostram os telegramas de Gouvêa a Borges, nos quais todos os inimigos são denunciados e vigiados (IHGRGS, ABM).

Era o Estado em guerra, em todos os sentidos. O Estado armado e que se arma, pois o Acordo de Pedras Altas não satisfazia a ninguém.

Os negociantes e traficantes de armas estavam atentos, desde janeiro de 1924, atçados pelas probabilidades de continuação dos conflitos, como revelam os textos dos telegramas cifrados de Nabuco de Gouvêa a Borges de Medeiros a começar com uma declaração de princípio clara no texto de telegrama de Gouvêa a Borges de Medeiros, depois de falar com Bernardes: *...respeito irregularidade*

entrega armamentos revolucionários, o que obrigará paz armada (IHGRGS/ABM). Noutro telegrama, Gouvêa é enfático: *...deveis estar preparado com boa eficiência, de modo agir rápido, energeticamente. Estamos informados haver procura armas Montevideú, Buenos Aires, agentes revolucionários , acrescentando ...contato adido militar embaixada França, sobre falso representante da Creusot (IHGRGS/ABM. 18/02/1924).* Noutro, *Mandei para Sérgio todos documentos sobre compra nossos armamentos que breve deverão chegar (IHGRGS/ABM, 09/03/1924) ou Armamento embarcará também imediatamente conforme contrato assinado (IHGRGS/ABM, 17/03/1924).* Todo um conjunto de informações sobre o mercado de armas estão nos telegramas (IHGRGS.ABM) que, certamente, esperam uma pesquisa detalhada desse lado obscuro de todas as revoluções.

Pelos revolucionários – cuja documentação é praticamente inexistente - o mercado de armas também era agitado e, não só isto, tinha significativo valor, como se depreende de alguns fragmentos das

correspondências disponíveis, entre as quais a carta de Isidoro Dias Lopes a Prestes em 23 de dezembro de 1924: *podemos obter, em diversos pontos da fronteira argentina, umas 4 mil armas com uns 400 mil tiros...Como a vigilância é grandissima nas fronteiras...foi apreendida a nossa primeira remessa para cá, resolvemos adquirir um aeroplano de carga que burlaria a vigilância.*

Fazendo severas críticas ao general João Francisco, Isidoro comunica a Prestes, na mesma carta...*estamos em vésperas de ter aeroplanos, rádios, etc...*

Nesse domínio nebuloso e turvo das revoluções até o Ministro da Justiça e Negócios Interiores, João Luís Alves, se envolvia com o comércio de armas como é claro o telegrama cifrado de 11 de janeiro de 1924, na ingênua ou cínica fé na *concorrência honesta*, como manda dizer em telegrama de 18 de fevereiro de 1924 (IHGRGS.ABM).

Pelo governo, o financiamento da contra-revolução se fazia via Tesouro ou da contribuição fiscal da sociedade.

Quem, então financiava os revolucionários ?

As despesas não eram poucas e possivelmente não poderemos mensurá-las.

A simples apropriação dos recursos disponíveis nos cofres públicos quando das ocupações , as requisições impositivas – como a que Honório Lemes fez no Frigorífico Swift, em Rosário do Sul, cujo gerente entregou cheque nominal em nome de Assis Brasil para ser descontado em Montevideú - ou as requisições feitas nas fazendas e estâncias, ou contribuição dos correligionários, além do auxílio, denunciado por Gouvêa em telegrama a Borges de Medeiros de que José Joaquim Seabra (Presidente da Bahia e candidato a vice-presidente na chapa de Nilo Peçanha) estariam mandando dinheiro para os revolucionários?

Esta é uma questão nunca tratada na história dos levantes ou revoluções. Faz parte do domínio das sombras da historiografia individualizada ou modelada – como se fossem as revoluções nutridas simplesmente por idéias e sentimentos. É, certamente, uma questão difícil de ser equacionada e resolvida, mas é fundamental.

Domingos Meirelles faz uma afirmativa desafiante aos historiadores: *desde o início de outubro os conspiradores vêm recebendo armas e munições da fronteira com a Argentina. As armas, compradas por Assis Brasil (o grifo é meu) são levadas para Passo e Los Libres e, daí, transportadas para o Rio Grande (11), camufladas*

em caixas de frutas Argentinas (DM,2000,p.246). É verdade que o autor não dá a fonte da informação mas as circunstâncias conduzem a aceitar a denúncia, pela experiência e os contatos diplomáticos de Assis Brasil (12) e pelo seu exílio voluntário em Melo e as frequentes viagens a Montevidéu e Buenos Aires no seu período de exílio.

Entretanto, independentemente do papel de mercador de Assis Brasil, o que se coloca como problema é quem financiou Assis Brasil para a compra de armas.

Qual a procedência do dinheiro, necessariamente transformado em moeda conversível ? As respostas – e o plural é necessário – serão hipotéticas até que as investigações históricas encontrem provas. Certamente será necessário rever a correspondência de embaixadores, cônsules e adidos comerciais e militares da época, no Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Af, possivelmente, encontraremos indícios. Domingos Mereirelles oferece alguns, como a crise diplomática envolvendo Erwin Morgan, Embaixador dos Estados Unidos no Brasil durante o levante de São Paulo, pois “*o consul norte-americano de São Paulo foi proibido de enviar telegramas para o Departamento de Estado, em Washington, além de ser impedido de se comunicar, por telefone, com a embaixada no Rio de Janeiro*” ao que acrescenta, a censura “... mais dura e discriminatória para com os correspondentes da Associated Press e United Press Association...eles foram proibidos de receber qualquer tipo de telegrama do exterior” (DM,2000,p311), fatos que geraram protesto junto ao Itamaraty.

O mesmo Edwin Morgan “...torceu diplomaticamente para que os rebeldes separassem o Rio Grande do resto do país” (DM, 2000, p.386) e “ em relatório enviado a Washington, em 29 de novembro (12), apontava a principal vantagem da criação de um novo país que absorvesse os territórios do Rio Grande e do Uruguai” (Idem p.386; rolo 5, fotograma443 e 444. NA/USA).

Esse era o momento de confronto comercial aberto entre a Grã Bretanha e os Estados Unidos pelo mercado da América Latina.

O tema está aberto à investigação para tentar respostas às questões formuladas incluindo o papel diplomático extra-oficial de Assis Brasil nas negociações à obtenção de recursos financeiros à revolução.

No dia 07 de março de 1924 Nabuco de Gouvêa envia longo telegrama cifrado para Borges de Medeiros” *João Luiz suspeitara movimento alteração da ordem depois eleições federais”. João Luiz acha deveis vigiar estrada de ferro, estar atento Marcelino Ramos, fronteira Santa Catarina, Contestado, sobretudo Herval*” (13) *Haver procura armas Montevidéu, Buenos Aires, agente revolucionários”...”Fui procurado adido militar embaixada França pediu vos informe manobras falso representante Creusot procura vender armas Estado”...”Estamos tentando impedir volta Setembrino Estado (IHGRGS/ABM)*

Em telegrama cifrado Nabuco de Gouvêa comunica a Borges de Medeiros em 29 de março de 1924 que “ *O governo acaba de apreender carta do general Villeroy dirigida Portinho sobre entendimento revolucionários daí com elementos conhecidos daqui (IHGRGS/ABM). Telegrama cifrado de 11 de março comunica a Borges de Medeiros “ Seabra tem enviado dinheiro para o Rio Grande do Sul provavelmente auxilio revolucionários” (IHGRGS/ABM).*

4 . ASSIS BRASIL, O CHEFE ?

“ ...a sociedade dos criadores evoluía a ponto de substituir seus velhos líderes por novas personalidades que se qualificavam como criadores adiantados, ou melhor, muito viajados.”

Raymond Pébayle

Reflexões sobre a geografia histórica e cultural do
Rio Grande do Sul

Assis Brasil era o fiador do Acordo de Pedras Altas , assinado em sua própria residência. Mas o jogo político entre o Governo Federal e o estadual contrariava todos os interesses e objetivos dos maragatos.

A rebelião militar (dos tenentes) em 1924 foi, no Rio Grande do Sul integralmente apoiada por Assis Brasil, desde o momento de seu exílio em Mello, no Uruguai, no dia 16 de julho de 1924

A direção de Assis Brasil no levante militar em 1924 foi por longo tempo enfumaçada, por múltiplas razões. Em primeiro lugar pelo papel assumido por Prestes como exemplo e símbolo em função de sua prolongada resistência em São Luís; pelo rompimento do “*circulo de ferro*” no combate da Ramada , feitos significativos do imaginário militar e por assumir a continuação do movimento, quando a maioria de seus companheiros preferiu o exílio. Este mito se mostrou de tal forma dominante que a coluna em movimento, chefiada por Miguel Costa, ficou reconhecida como Coluna Prestes. Além disso, em 1930 Prestes adere ao comunismo (Manifesto, datado de Buenos Aires de maio de 1930; ALP, 460 a 463; *Diário da Noite*, São Paulo, 2ª edição, 29 de maio de 1930). Assim pode se- falar de um “*efeito Prestes*” que complicou a leitura histórica do movimento de 1924. Ao negar seu apoio – considerado moralmente importante ao movimento de 1930 – e ao negar apoio à Aliança e apresentar uma proposta à esquerda do novo bloco político liderado por Getúlio Vargas, Prestes e tudo a ele vinculado, passou a não interessar e, mais ainda, a prejudicar o “*grupo*”. Tal postura está claramente explicitada por João Alberto em suas memórias: *É preciso, agora, neutralizar sua ação...*, depois da misteriosa – por falta absoluta de relatos – visita em janeiro de 1930 de Luís Carlos Prestes a Getúlio Vargas em Porto Alegre. É ainda neste contexto que Lindolfo Collor escreve a Getúlio Vargas, expressando com clareza, uma posição: *...ficaremos ou não solidários com a eclosão da desordem? Se ficarmos, renegaremos de vez o nosso passado orgânico, a tradição conservadora do castilhismo e far-nos-emos co-partícipes, senão os maires responsáveis pelo que vier a acontecer. E que acontecerá? Vencida a revolução estaremos desmoralizados e exaustos. Vencedora, quem terá vencido ? – Nós, ou os revolucionários de escola ? Quem recolherá o fruto da vitória material: tu, ou Luís Carlos Prestes ? Cito este nome como símbolo* (Faoro, p. 686).

O efeito Prestes é observado por Faoro: *Contra ele, pesou e pesa uma densa cortina de mistério e silêncio, que perturba a análise acerca de seu papel na história contemporânea* (Faoro, Prefácio a *Prestes: lutas e autocríticas*, 1982, p.11).

A este quadro já complicado acrescenta-se o significado emocional de todas as mortes, de ambos os lados, resultantes dos confrontos regionais de 1893; 1923; 1924 e 1926, onde política e vingança frequentemente se confundiam e aos quais se acrescentava o confronto subterrâneo entre Exército e a força estadual, não menos importante, em função da contínua vigilância dos *provisórios*, sobre os quartéis.

Prestes, em seus depoimentos, minimiza a importância dos maragatos no levante de 1924. Exemplo típico desta postura é o texto de Anita L. Prestes, referindo-se ao contingente civil: *"Ao mesmo tempo, aderiram, e passaram a participar do movimento revolucionário vários caudilhos ligados a Assis Brasil, como o já citado Honório Leme, além de Felipe Portinho, Leonel Rocha, Pedro Aarão, Zeca Neto, Inocêncio e João Silva, João Portyinho, Juca Raimundo, Júlio Barrios, Mário Garcia, Sesefredo Aquino, Nestor Veríssimo, e alguns outros* (ALP, 1991, p.119).

No domínio pessoal e dos monstros psicológicos, a luta íntima, pessoal e ética de Assis Brasil: a sua preocupação em manter a imagem do cumpridor responsável pelo acordo político de Pedras Altas. Assim, somente em 15 de dezembro de 1924, em carta a Batista Luzardo (lida em 29 de dezembro) esclarece sua posição: *Como negar auxílio aos elementos do Rio Grande do Sul que oferecem sua solidariedade na obra de redenção nacional?*

Assis Brasil é dúbio – em termos de opinião pública – entre a revolução e a ordem, embora os indícios indiquem, com clareza, sua posição de dirigente ou, pelo menos, daquele que nada se faria sem o seu consentimento explícito. Coronéis ou caudilhos não tomariam decisões sem ouvir o Dr. Assis Brasil.

Batista Luzardo escreve para O Globo em 5 de junho de 1926, com o título de A Coluna Prestes através do Brasil, o seu depoimento *para facilitar, amanhã, a missão do historiador* que permite dar uma ordem cronológica da participação de Assis Brasil no levante de 1924. O relato do deputado que se identificou *...eu sou fruto da revolução. Estou aqui por delegação revolucionária do Rio Grande do Sul. Eu represento aqui aquela corrente* (GC, 1977, p.250), fez a crônica exemplar dos preparativos do levante. Tudo começa, segundo o depoimento, na localidade de Barachi, no Departamento de Cerro Largo (Uruguai), as margens do Rio Jaguarão, aproximadamente a 9 léguas do castelo de Pedras Altas, quando se reúnem conspiradores civis e militares na madrugada de 14 de agosto de 1924 com a presença de Zeca Netto, *dois embaixadores militares das guarnições conjuradas; Rubem Maciel e Anacleto Firpo, além de Assis Brasil e, na qual, em continuação, já no meio dia seguinte, Assis Brasil fazia serenar a roda dando-lhe um aspecto solene de compromisso. --Bem! En resumant, nós assentamos* (Idem, p.267). Nessa reunião foi marcada a próxima a ser realizada em Uruguaiana em 23 de agosto da qual *participaram cinco oficiais, delegados das demais guarnições (São Luís, São Borja, Alegrete, Sant'Ana do Livramento e São Gabriel* (Idem, p.268) que representavam 11 guarnições do Rio Grande do Sul. Nessa reunião foi marcada a data de 7 de setembro para o levante que começaria em Uruguaiana tendo como comandante o general Zeca Netto, *assistido por alta patente de uma das guarnições*

(Idem, p.269). Na véspera de 7 de setembro o plano tornou-se conhecido de Flores da Cunha e do governo do Estado, sendo a data adiada, inclusive por solicitação da guarnição de Alegrete. Anacleto Firpo é enviado, como emissário de Assis Brasil a Assunção para fazer contato com Isidoro Dias Lopes. Na passagem por Buenos Aires vai ao encontro de Siqueira Campos, até então alheio ao movimento. Ambos se encontram com Isidoro e Juarez Távora em Guaira. No retorno, Anacleto, Siqueira Campos e Juarez passam por Monte Caseros, em direção a Montevidéu de onde se deslocariam para Melo, para os contatos finais com Assis Brasil.

Em 5 de outubro de 1924 vários agentes de ligação de elementos civis e militares, do Rio Grande do Sul, potencialmente revolucionários, chegam a Foz do Iguaçu. Entre eles o 1º Tenente Osvaldo Pereira de Carvalho, que desertara do 6º Regimento de Cavalaria de Alegrete; Alfredo Canabarro, antigo oficial da Coluna Honório Lemes, na revolução maragata de 1923, e, agora, seu emissário político; o Dr. Anacleto Firpo, amigo particular do Dr. Assis Brasil e representante dele e do General Zeca Neto... onde expuseram a situação político-militar no Rio Grande do Sul, capaz de propiciar um levante de grande envergadura, em apoio às forças vindas de São Paulo.” (Juarez Távora, p.157) que prossegue dizendo que “Deixando em Artigas o Major Canabarro, seguimos, a 13 (de outubro) para Montevidéu. Aí tomamos um trem para Mello, em cujas cercanias conferenciamos com o Dr. Assis Brasil e com o General Zeca Neto, combinando-se a natureza da cooperação que os elementos civis maragatos prestariam ao levante militar. Concertaram-se também códigos para a coordenação escrita dos esforços militares e civis” (Idem, p.158).

O manifesto de Luís Carlos Prestes ao povo de Santo Ângelo, em nome da revolução, datado de 29 de outubro de 1924, é explícito: ...hoje irmanados pelas mesmas causas e pelos mesmos ideais levantaram-se as forças revolucionárias gaúchas de Palmeira , Nova Wuttenberg - atual Panambi - Ijuí, Santo Ângelo, São Nicolau , São Luís, São Borja, Santiago...e, hoje, entraram no nosso estado os chefes revolucionários Honório Lemos e Zeca Netto , tudo de acordo com o grande plano já organizado” (os grifos são meus). No mesmo dia, em São Borja os revolucionários lançam o manifesto assinado por Isidoro Dias Lopes, Honório Lemos , João Francisco , Zeca Netto, Olinto Mesquita , Felipe Portinho, Bernardo Padilha , Leonel Rocha e Miguel Costa (ALP,p.412-414). Na mesma São Borja é assinado pelo tenente João Pedro Gay outro manifesto que explica: *Honório, Zeca Netto, à frente de numerosas forças aguerridas, acabam de invadir o Estado por Quaraí e Pedras Altas. Numerosos chefes revolucionários, tais como Aarão Reis e Leonel Rocha, acham-se a postos animados do mais acendrado amor cívico* (ALP,p.414-415). Todos os manifestos trazem claras referências a participação dos maragatos. Prestes, no seu manifesto, é ainda mais claro ao se referir “ ...ao grande plano já organizado” (o grifo é meu).

Os preparativos do levante, no início de outubro, “começam” na Foz do Iguaçu , onde estiveram o: tenente Osvaldo Pereira de Carvalho Alfredo Canabarro cunhado de Honório Lemes; Dr. Anacleto Firpo , amigo de Assis Brasil; Zeca Netto e o tenente Siqueira Campos, reunindo-se com Juarez Távora.

No dia 08 de outubro, Siqueira Campos, Firpo , Canabarro e Juarez Távora encontram-se em Artigas (Uruguai) com Honório Lemes na fazenda Catalã,

planejando a ação revolucionária (MSS,p.135; J Távora, 1973,p.158). Alfredo Canabarro aceita com Honório; os demais vão a Mello conversar com Assis Brasil e Zeca Netto (Zeca Netto, 1983,p114, Collor, 1925,p.30). Os chefes civis Assis Brasil, Honório Lemes e Zeca Netto acertaram a data do levante (29 de outubro) e uma proclamação às Forças Armadas e ao Povo do Rio Grande do Sul, assinada pelo general José Antônio Netto (Zeca Netto) e o general Olintho Mesquita “(MSS, p.138; Correio do Povo, 23 e 28 de outubro, 1924).

Em carta de Isidoro Dias Lopes a Luís Carlos Prestes de 23 de dezembro de 1924 (Carone, 304-305), onde o general propõe, entre outras questões: “ Manifesto claro do Dr. Assis Brasil que, chefe de Aliança Libertadora e com amplíssimos poderes que eu lhe trazia da Divisão “ São Paulo”, assumiria a direção política, administrativa, financeira e mesmo militar, em diretivas gerais na revolução. Para isto ele, com outros membros a sua escolha, constituiria a junta governativa, se no Brasil, o Comitê Central, se no estrangeiro” (Carone, p.305; LML.1945, p530).

Carta de Juarez Távora, de Artigas (Uruguai) de 12 de outubro de 1924: “Estive hoje com o general Honório...Hoje mesmo pretendo seguir, se possível para Monte Caseros, afim de obter passaporte e pode.....e o Assis que se acha em Melo” (LML,1945,p.524), acrescentando “ De acordo com o que resolvemos depois da conferencia com Netto e o Dr. Assis Brasil, pretendo passar-lhe telegrama, avisando o dia do estouro da boiada...” (LML, 1945,p.525 . O grifo é meu).

Entre os documentos que identificam a “chefia” de Assis Brasil é o teor do Boletim nº 7 do Comando da 1ª Divisão Revolucionária, datada de Porto Mendes, no dia 26 de abril de 1925, *Para o conhecimento da Divisão e devida execução*”, onde é transcrita a carta ao comandante paraguaio da área fronteira onde penetrara a coluna, assinada pelo general Miguel Costa, coronel Luís Carlos Prestes, tenentes-coronéis Juarez Távora, João Alberto Lins de Barros, Oswaldo Cordeiro de Farias, João Cabanas; majores Coriolano de Almeida Junior, Paulo Kruger da Cunha Cruz, Vergílio R. dos Santos,; capitães Djalma Soares Dutra, Henrique Ricardo Hall, Ary Salgado Freire, Lourenço Moreira Lima, Emygdio da Costa Miranda *forçados por circunstâncias excepcionais e inapeláveis, entramos “armados” em território de vossa Pátria...Rogamo-vos, pois, que transmitais aos legítimos representantes do povo paraguaio, a expressão sincera do nosso respeito e os certifiqueis de que praticamos simplesmente um ato de legítima defesa. Comprometemo-nos, explicitamente, a respeitar as vossas leis e a ajudar-vos, se tanto for mister, a defender a integridade de vossa soberania.*

Declaramos outorgam que, praticando este ato de defesa extrema, fizemo-lo à revelia de nossos chefes Dr. Assis Brasil e marechal Isidoro Dias Lopes – com quem nenhuma ligação podemos ter no momento critico de sua decisão. Assumimos, assim, a ineira responsabilidade dele....” (LML,19445,p.127 e 129).

O texto é claro e não necessita interpretações: os chefes eram, naquele momento, Assis Brasil e Isidoro Dias Lopes.

4.1 – Tentativa de cooptação de Prestes?

Ao término da Coluna Prestes, Assis Brasil procura manter laços com Luís Carlos Prestes, já então consagrado pelos jovens militares e pela população, como líder e comandante. Não se trata de simples cortesia, é o esboço para um plano mais amplo, objetivando assegurar o apoio dos tenentes. Assim, Luís Carlos Prestes logo após sair da Bolívia vai se hospedar na casa de Assis Brasil, em Pedras Alta...

O Diário de *Cecília de Assis Brasil*, 1916-1928 é um amplo – lamentavelmente incompleto painel das relações de Assis Brasil com Luís Carlos Prestes. Relações afetivas do casal Assis Brasil e de Cecília, que demonstra seu acompanhamento do jovem comandante da coluna. Em 4 de fevereiro de 1925, escrito na Nova Estância, anota: *Faz um ano que Prestes emigrou. Segundo os jornais, ele deve vir da Bolívia para Libres, este mês*” (CAB, p. 178); no dia 15 de fevereiro registra: *Acabei de embainhar um lenço de seda para Maneco Martins, igual ao que fiz para Prestes*”.

Da Coxilha Grande anota no dia 3 de maio: “*E foi aqui que acabamos de conhecer o general Prestes, nosso primeiro hóspede na nova casa. Afinal de contas ele é um homem como todos os outros...apenas mais sossegado e amável e barbudo do que o comum. Ficou hospedado no rancho de palha e torrão, onde preparamos seu quarto. Mamãe, Dona Faustina, tenente Vale, Joaquim, Boy e eu acompanhamos a conversa entre o general e o Papai... Papai e Mamãe convidaram o general Prestes para encontrar-se com a mãe aqui. Tomara que dona Leocádia e suas filhas não se importem de emigrar para um lugar tão remoto como esta Estância da Coxilha Grande.*”(p. 186-187).Em 13 de maio registra: *Chegou o general Zeca Neto disse-nos que não quis sair de Montevideú, enquanto o general Prestes lá se encontrava. Veio entusiasmado com o nosso Prestes*”. O Prestes é um agremiador (CAB,p.187.).Logo em seguida, no dia 18 de maio, referindo-se ao recebimento do livro “*L’Iéal Français dans un couer Breton*” para ser “*enviado a Prestes, depois de lido*” (Idem,p.188), acrescentando no dia 1º de junho” *Escrevi uma cartinha ao general Prestes, remetendo o livro, mais as fotografias que tirei dele, quando esteve aqui*” (CAB,p.189). No Domingo, 3 de junho, anota “*Os jornais trazem este lindo telegrama do general Prestes para o Maurício Lacerda.* (Idem, p.189). No Sábado, 16 de junho, volta a se referir ao líder da coluna: *Carta do general Prestes remetida de Buenos Aires, a 12 do corrente. Depois de agradecer as fotografias e os livros que lhe remeti...* (CAB, p.191). Em 24 de julho: “*Chegou carta da Maninha, de Buenos Aires. O general Prestes foi almoçar com ela e Carolina. O escritório dele é poco movimentado, tiveram a impressão de que ele luta com dificuldades. Está pensando em dar lições de matemática. A mãe dele ainda não veio*” (CAB, p.194). Volta a se referir a Prestes nas anotações dos dias 4 de agosto, 15 de setembro e 18 de setembro quando observa” *Comecei a ler “The crossing”, de Winston Churchill, um romane histórico como eu gosto Neste livro figura um homem, com o qual eu gostava de comparar o general Prestes. Moço, bravo, com uma tenacidade de ferro e o gênio de conduzir homens...* (CAB,p.202).

Entre a primeira observação sobre Prestes, 4 de fevereiro e a última, de 18 de setembro de 1928 Cecília e Prestes tinham 29 anos de idade. A afetividade entre ambos se revela, com força, num detalhe: Cecília deu nome a seu revólver, como

anota no Diário no dia 18 de março de 1928 ” *Mas acomodava o meus Prestes em baixo do travesseiro, para “alguma precisão”* (CAB,p. 186)

4.2 – O perfil do chefe

Assis Brasil foi o líder dos grupos sociais que no Rio Grande do Sul perderam a importância e o poder político. Republicano histórico e primeiro e único deputado republicano no Rio Grande do Sul pelo Partido Republicano Rio-Grandense (eleito em. 1884, ainda na monarquia)., foi sempre figura de bastidores com uma trajetória política contraditória até o início da década de 30, quando ocupará, por imposição dos tenentes, o Ministério da Agricultura.

Sua vida política é de continua conspiração. Rompe com Júlio de Castilhos, seu cunhado, participa de sua substituição no governo através de um golpe, integrando o *governicho*. Segundo Zeca Netto, o que move Assis Brasil é o ódio, ao relatar que ao visitá-lo esse mostrou e leu um manifesto à população no qual o velho caudilho Zeca Netto conclui que em essência ressumbrava o ódio ao Dr. Júlio de Castilhos (Zeca Netto, 1983,p.21. O grifo é meu))

Dáí em diante é um conspirador permanente. Em 1923 torna-se chefe dos caudilhos revoltados . Conspira em 1924 e só se manifestando publicamente após o ultimatum de Isidoro Dias Lopes (LML, p.531 – Carta a Luís Carlos Prestes de 23 de dezembro de 1924), 1925,1926 e ,em 1930, apoia Getúlio Vargas, tornando-se então ministro da agricultura (01/11/1930 a 22/12/1932), sem que não fosse isento a severas críticas pois não compareceu a nenhuma das reuniões da comissão encarregada de elaborar o novo código eleitoral, para a qual fora designado pelo decreto 21402 de 14 de maio de 1932 *furtando-se ao ardor da luta, vivendo entretido em eternas missões no Rio da Prata, o ministro da Agricultura permitiu que a lei () retardasse quase um ano em elaboração* (Carone, Edgar, 1975,p.183). Neste momento crítico exerce simultaneamente atividade diplomática na Argentina. Dizem as más línguas, por interesse de Getúlio Vargas que o desejava fora do governo, apesar das juras anteriores

Assis Brasil não foi um homem de ações diretas, um guerreiro, embora demonstrasse publicamente suas habilidades no manejo de armas de fogo. Seu projeto para o Rio Grande do Sul ou para o Brasil estava limitado a uma idealista proposta jurídico política que nem Assis Brasil, quando no governo, se empenhou em esboçar.

O que se coloca como problema é qual o símbolo que certamente representava ?

Certamente os fazendeiros como ele, mas distinguia-se deles pela sua cultura, seus objetivos intelectuais, sua *nobreza* que segundo a lenda, agradava a Rainha da Inglaterra; por seu pedantismo e vaidade cuja manifestação material mais exuberante foi a construção do castelo de Pedras Altas, onde copiava – num outro contexto - formas e conteúdo das tradições aristocráticas européias. Esta imagem fascinava os rudes fazendeiros e foi esse fascínio que gestou a sua liderança, apesar da obliquidade de suas posições.

A personalidade de Assis Brasil impunha certos comportamentos dúbios e contraditórios. Não foi homem de ação. Na verdade era um político moldado

segundo o padrão burguês e aristocrático da Europa no final do século XIX. Homem rico – em comparação aos fazendeiros da fronteira – culto, ambicioso em relação ao poder, amante dos discursos e de idéias liberais acadêmicas. Fazendeiro – modernizador é verdade – exibicionista cujo melhor testemunho foi o castelo em Pedras Altas; viajante inveterado; embaixador, ministro plenipotenciário; amante da vida confortável, embora algumas vezes – no exílio – se impusesse alguns sacrifícios. Figura complexa que, através de sombras, sua filha Cecília foi capaz de expor.

Figura de bastidores. Cuidadoso com sua imagem. Indeciso, embora fosse, por seus atributos intelectuais, o líder de uma multidão de caudilhos. Sua indecisão, entretanto, era contrabalanceada pela euforia dos caudilhos que arrastavam os desempregados da campanha, homens sem nome e sem destino e também sem sepulturas.

O líder da campanha – cujo prestígio é nítido na eleição de 1922 – *na verdade se aproveitava da legenda tenentista, da condição de “chefe civil da revolução” mas não tinha vinculações mais sérias com o movimento... O que afastava Assis Brasil...de uma aliança organizatória com os “tenentes” não era o objetivo estratégico desses, mas a tática posta em prática. Por outras palavras, a utilização de um instrumento radical – a violência – embora para fins limitados...*(B.F,p.61).

5 . E DEPOIS ?

Assis Brasil, na sua velhice, é o homem trágico e, como tal, estóico. Em 1932 revela-se, ainda com vigor, o liberal conservador como sempre foi, o que o coloca em posição antagônica e irreconciliável com os *tenentes* e *revolucionários*, como atesta sua carta a Getúlio Vargas em 19 de março de 1932: *A Frente Única é o Rio Grande. Ela só admite o desenvolvimento lógico dos acontecimentos, com o cumprimento estrito do pacto-pré-revolucionário, discutido, deliberado, aceito e jurado, como é bastante notório para dispensar repetição aqui...brotou no nosso ambiente revolucionário uma forma de mentalidade, que logo se transformou em organização facciosa, composta de uma minoria ousada e audaciosa, por isso mesmo muito eficiente, que, sem rebuscos nem reservas, pretende revolucionar a Revolução, declinando dos postulados desta, como cousas antiquadas e reacionárias... Essa categoria de pretensos super-revolucionários originou-se em jovens inexperientes e naturalmente ignorantes, a quem outros mais adrentados em anos, mas sem sabedoria e a discrição da idade provecta, se foram juntando, por afinidades fáceis de compreender...*(PB,1989,p.273 a 276).

Neste momento reconcilia-se com seu velho inimigo: Borges de Medeiros, em mais uma conspiração, agora contra Getúlio Vargas.

Abandona o Ministério da Agricultura e a posição diplomática em Buenos Aires de cujas funções é exonerado respectivamente em julho e em dezembro e 1933. Antes porém é convidado para representar o Brasil no exterior, para retribuir – em nome do governo brasileiro – a visita do Príncipe de Gales ao país. Aceita a missão especial e segue para os Estados Unidos e depois para a Inglaterra onde, em Londres, participa da Conferência Econômica Mundial, enquanto seus companheiros

ainda se encontravam exilados na Argentina e, para os quais, Getúlio Vargas, em resposta a telegrama de Flores da Cunha, faz uma concessão especial: *...podem regressar ao Estado, como meio de justificar seu afastamento* (de Assis Brasil) *aceitando comissão exterior* (o grifo é meu). *Tudo isto sem publicidade nem qualquer outra declaração ostensiva...e limita-se apenas ao Rio Grande...*(PN, 1989, p.300, segundo documento do arquivo de Getúlio Vargas).

Todos são humilhados.

Ainda em 1933 é eleito Deputado Constituinte à Assembléia Nacional, sendo empossado em 22 de novembro, mas renuncia ao mandato em 14 de fevereiro de 1934.

O homem revoltado se entrega, *nos impasses situados entre a cumplicidade e a impotência* (J. Kristeva, 2000,p.329, noutro contexto).

Em 1937 o Estado Novo.

A morte chega em 24 de dezembro de 1938, ao término do por do Sol no topo das coxilhas que ornem o seu castelo de Pedras Altas.

Cumpriu sua ameaça, fez correr rios de sangue...

BIBLIOGRAFIA

- ABRIL CULTURAL. Nosso Século. 1910/1930. 1ª e 2ª Parte. Círculo do Livro. São Paulo. 1980.
- AITA, Carmem (e) AXT, Gunter (organizadores). José Antônio Flores da Cunha. Discursos (1909-1930). Col. Parlamentares Gaúchos. Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 1998.
- ALVARUS. Hoje tem espetáculo. Selio Valverde Livreiro Editor. S/l. 1941.
- AMARAL, Rodrigo. Estratégias para fabricar consciências. Gazeta Mercantil. São Paulo, 22 de junho de 2001. Fim de Semana, 23 a 24 de julho, 2001.p.11.
- ARENDT, Hannah. A Condição Humana. Forense Universitária. Rio de Janeiro. 5ª edição.
- BARBOSA, Rui. Correspondência coligida, revista e anotada por Homero Pires. Sraiva. São Paulo. 1932.
- BARROS, João Alberto Lins de. Memórias de um revolucionário. 1ª Parte. Companhia Editora Nacional. São Paulo. 1954
- BRASIL, Cecília de. Diário de Cecília de Assis Brasil, período 1916-1928 (seleção de Carlos Reverbcl). L&PM. Porto Alegre. 1983.
- BROSSARD, Paulo. J.F. de Assis Brasil. Senado Federal. Brasília. 1989, 1º volume.
- CAMUS, Albert. O Homem Revoltado. Editora Record. Rio de Janeiro. 1996.
- CARNEIRO, Glauco (seleção, introdução e notas). Batista Lusardo. Col. Perfis Parlamentares (22). Câmara dos Deputados. Brasília. 1983.
- CARNEIRO, Glauco. Lusardo, o último caudilho. Vol.1. Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1972, 2ª edição.
- CARONE, Edgar. O Tenentismo. (Acontecimentos, personagens, programas)DIFEL. Col. Corpor e Alma do Brasil. DIFEL. São Paulo. 1975.
- CARVALHO, Setembrino de. A pacificação do Rio Grande do Sul. Barcellos, Bertaso & Cia/ Livraria do Globo. Porto Alegre. 1923.
- CHAVES, Flávio Lureiro (e) DAL MESE, Flávio. Castelo de Pedras Altas. As raízes de um novo ideal. GBOEx. Porto Alegre. s/d.
- FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder. Editora Globo. Porto alegre. 1973. 2º Volume.
- FAUSTO, Boris. A revolução de 1930 – Historiografia e história. Brasiliense. São Paulo. 1976. 4ª edição.
- FONSECA Filho, Hermes da. Marechal Hermes. s/edit. Serviço Gráfico IBGE. Rio de Janeiro. 1961
- FONSECA, Nair de Teffé Hermes da. A verdade sobre a Revolução de 1922. s/e. Rio de Janeiro. 1974.
- FONSECA, Pedro C. Dutra. RS: Economia & conflitos políticos na República Velha. Mercado Aberto. Porto Alegre. 1983.
- FRANCO, Sérgio da Costa. A pacificação de 1923. Editora da Universidade/ EST Edições. Porto Alegre. 1996.
- JOHNSON, Richard et alii. O que é, afinal, Estudos Culturais ? Autêntica. Belo Horizonte. 1999.
- KRISTEVA, Julia. Sentido e contra-senso da revolta. Rocco. Rio de Janeiro. 2000.

- LIMA, Herman. História da caricatura no Brasil. Livraria José Olympio Editora. Rio de Janeiro. 1963.
- LIMA, Herman. Rui e a caricatura. Gráfica Olímpica Editora. Rio de Janeiro. 1950.
- LIMA, Lourenço Moreira. A Coluna Prestes (marchas e combates). Editora Brasiliense. São Paulo, 1945, 2ª edição.
- MEIRELLES, Domingos. As noites das grandes fogueiras. Uma história da Coluna Prestes. Editora Record. Rio de Janeiro/São Paulo. 2000. 7ª edição.
- MORAES, Dênis de (e) VIANA, Francisco. Prestes: lutas e autocríticas. Editora Vozes. Petrópolis. 1982.
- NETTO, José Antônio. Memórias do general Zeca Netto. Martins Livreiro. Porto Alegre, 1983.
- PESSOA, Epiácio. Pela Verdade. Francisco Alves. Rio de Janeiro. 1925, 2ª edição.
- PRESTES, Anita L. A Coluna Prestes. Editora Brasiliense. São Paulo. 1991.
- SABATO, Ernesto. La resistencia. Seix Barral. Buenos Aires. 2000.
- SANTA ROSA, Virgílio. O sentido do tenentismo. Schmidt. Rio de Janeiro. 1933.
- SARTRE, Jean-Paul. Questão de método. Difusão Européia do Livro. São Paulo. 1966.
- SILVA, Hélio. A grande Marcha. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1965.
- SODRÉ, Nelson Werneck. História Militar do Brasil. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1965.
- TÁVORA, Juarez. À guisa de depoimento sobre a revolução brasileira de 1924. Mendonça, Machado & Cia. Rio de Janeiro. 1928. Volume 3.
- TÁVORA, Juarez. Uma vida e muitas lutas. 1º. Volume. Livraria José Olympio Editora. Rio de Janeiro, 1974, 5ª. Edição.
- VARGAS, Getúlio. Diário. Vol. I (1930-1932). Siciliano/Fundação Getúlio Vargas. São Paulo e Rio de Janeiro, 1995.

NOTAS

- (1) – A questão do soldo e vencimento dos militares está sempre presente nos momentos de crises políticas ou institucionais. Luis Carlos Prestes registra em depoimento a Dênis de Moraes e Francisco Viana, em comentário sobre o movimento tenentista: *...os militares se sentiram estimulados a entrar na política. Havia um agravante: os vencimentos dos militares não correspondiam às suas necessidades, o que suscitava outras reivindicações* (Ob.cit.,1982,p.34).
- (2) – Vide em anexo a carta de Hermes da Fonseca a Borges de Medeiros, comunicando sua renúncia ao Senado da República.
- (3) - As cartas eram falsificadas, embora a comissão composta de representantes do Clube Militar, de Artur Bernardes e do jornal Correio da Manhã tenham dividido suas opiniões sobre a autenticidade do documento. Simões Correia considerou a carta apócrifa e Serpa Pinto – representante do Clube Militar - autêntica. Em 1923 “ *...dois indivíduos de antecedentes duvidosos, se declararam...como autores da falsificação da carta*” (JT,19, p.112). Os falsificadores, contudo, não foram inqueridos ou sujeitos a processo por falsificação.
- (4) –Juntamente com Isidoro Dias Lopes que muito resistiu ao convite de comandar a revolução de 1924, foram consultados várias patentes superiores, entre os quais o general Ximeno de Villeroy – altamente vigiado pelos serviços secretos do governo, como registra o telegrama cifrado enviado em 24/03/1924 a Borges de Medeiros, vinculando-o com Felipe Portinho no Rio Grande do Sul (IHGRGS/ABM, original). Além de Villeroy foram considerados os generais Mendes de Moraes; Odílio Bacellar e, por sugestão de Isidoro, Dantas Barreto. Entretanto, no caso especificamente paulista, as anotações de Zeca Netto são incisivas: *Os verdadeiros chefes eram o capitão Joaquim Távora e o coronel Miguel Costa* (Ob.cit. p.111).
- (5) – Depois da eleição de Carlos Barbosa, substituindo Borges de Medeiros, João Abott se alia a Assis Brasil, no Partido Republicano Democrático que participa da um congresso civilista no Rio de Janeiro para lançar candidato de oposição a

Hermes da Fonseca. O Congresso lança a candidatura de Rui Barbosa. Como observa Zeca Netto, ambos “*não aceitaram a candidatura Rui e se retiraram sem votar*” (Zeca Netto, ob.cit. p.61/62)

(6) – Uma das pesquisas necessárias no âmbito histórico diz respeito aos recursos financeiros e humanos mobilizados e utilizados durante as “revoluções”. Os municípios, através das Intendências, tiveram um papel muito importante na mobilização de recursos financeiros. Entretanto, esta é uma lacuna nas investigações historiográficas.

(7) – O fato foi noticiado pela A Federação de 02/12/1924, segundo a qual as armas estavam sendo embarcadas como batatas, mas se constituíam num grosso contrabando de 10 mil caixas de balas, 400 mausers e grande quantidade de dinamite. O mesmo jornal noticia em 04/12/1924 a apreensão na localidade de Itararé, província de Misiones, na Argentina de armas que seriam enviadas aos revolucionários do sul.

(8) – Ministro plenipotenciário em Buenos Aires (1890-1894); Embaixador em Portugal (1894-1898); Embaixador nos Estados Unidos (1898-1903); Representante brasileiro na Argentina (1905-1907); Secretário do Congresso Pan-Americano (1906), segundo cronologia de Paulo Brossard.

(9) – Carlos Reverbel que fez a introdução, a seleção e as notas do Diário de Cecília Assis Brasil, observa que *foram perdidos os cadernos referentes aos anos de compreendidos entre 1919 e 1922...Igualmente incompleto é o caderno que diz respeito a 1924* (CAB, p.6). Além dessas perdas é de se registrar que o coordenador da edição fez uma seleção, não fazendo a transcrição integral do texto.

(10) – Getúlio Vargas registra em seu Diário que nos primeiros dias de fevereiro de 1932 o Diretório Libertador do Rio Grande do Sul manifesta solidariedade aos democráticos de São Paulo, iniciando-se os ataques de Pilla contra Vargas. No dia 14 de março Assis Brasil encontra-se com seu velho rival Borges de Medeiros, durante a manhã e a tarde. Na noite de 16 envia telegrama a Vargas. No dia 28 de março reúnem-se em Cachoeira do Sul, com Flores da Cunha, Assis Brasil, João Neves, Lindolfo Collor, Batista Lusardo, Borges de Medeiros e o general Ptolomeu Brasil, quando é mantido o *heptálogo* de 15/03/1932. O comentário de Getúlio Vargas em seu Diário: *Borges de Medeiros e Assis Brasil, após 40 anos de divergências e....., conferenciaram no palácio do governo em Porto Alegre. Os libertadores estão muito agitados* (GV, 1995, p.93).

FONTES

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS). Arquivo Borges de Medeiros (ABM), organizado por Sérgio a Costa Franco.

A Federação

Correio do Povo

Mensagens à Assembléia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul enviadas pelo Presidente, 1923, 1924, 1925, 1926.

Relatórios da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul: 1920 a 1926.

Identificação da fonte das citações transcritas

ALP -	Anita Leocádia Prestes
BF -	Boris Fausto
BL -	Batista Lusardo
C -	Edgar Carone
CAB -	Cecília Assis Brasil
DM/FV -	Dênis de Moraes e Francisco Viana
GV -	Getúlio Vargas
IHGRGS/ABM -	Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul/Arquivo Borges de Medeiros (organizado por Sérgio da Costa Franco).
JT -	Juarez Távora
LML -	Lourenço Moreira Lima
PB -	Paulo Brossard
PCDF -	Pedro C. Dutra Fonseca
RF -	Raymundo Faoro
ZN -	Zeca Netto

Nosso Século. 1900/1910. 2ª. parte. Abril Cultural. 1985. p.60



Assis Brasil

seritör



Coronel José Marcellino de Figueiredo

W. Marcellino de Figueiredo

UM JANTAR E MUITA HISTÓRIA

Blau Souza⁴³

A Guerra dos Sete Anos envolveu quase toda a Europa de 1756 a 1763. Portugal ingressou nela tardiamente e contrariando a vontade do chamado Pacto de Família (1761) que deveria reunir os exércitos de França, Espanha, Portugal e Nápoles, países governados por reis da Casa de Bourbon, contra a emergente Inglaterra e seus aliados. Portugal optou pelos ingleses, seus parceiros do Tratado de Metwen desde de 1703. Com isso, foi invadido pelas forças espanholas e o Marquês de Pombal, ministro todo-poderoso de Dom José I, reconheceu o despreparo do exército português e recorreu à ajuda de estrangeiros. As forças portuguesas passaram a ser comandadas pelo Duque de Lippe, natural da Prússia, então aliada da Inglaterra, e que morava em Londres. As cidades tomadas pelos espanhóis foram reconquistadas e logo houve um armistício e o Tratado de Paris que assegurou a paz entre os litigantes. Os ingleses foram os grandes vencedores, passando a possuir o Canadá, terras da margem esquerda do Rio Mississipi e outras vantagens. Portugal pareceu satisfeito ao manter seu território na Europa, mas muito perdeu na América do Sul. Ceballos que invadiu o Rio Grande de São Pedro em 1763 já na fase de armistício e de paz estabelecida, concordou em devolver a Colônia do Sacramento, mas recusou-se a devolver as terras do Rio Grande e o controle das margens do desaguadouro da Lagoa dos Patos. A Espanha estava mais forte do que Portugal na América e Ceballos propugnava pela volta da validade do Tratado de Tordesilhas. Todos ansiavam por paz na Europa e os portugueses não tiveram resposta para seus protestos. Desativaram boa parte do exército e reposicionaram muitos regimentos. Assim, um dos regimentos de Voluntários Reais que atuara na Beira, em Trás-os-Montes e em terras de Espanha fora deslocado para a cidade do Faro. Nele servia o capitão de cavalaria Manoel Gomes de Sepúlveda.

Na tarde de nove de julho de 1764 o comandante tenente-coronel John Gordon convidou oficiais seus comandados para que jantassem em sua casa. Compareceram dois majores e dois capitães do Regimento de Voluntários Reais. Os capitães eram o escocês John Mac'Donnel, da infantaria e Manoel Jorge Gomes de Sepúlveda, da cavalaria e português de Bragança. Terminado o jantar, levantaram da mesa os dois capitães que se colocaram junto de uma janela buscando claridade para ler uma carta. Conversavam sobre a última campanha e a respeito da antigüidade e dos merecimentos dos capitães Manoel Jorge e Antônio de A. Castelo Branco, fazendo alusões ao brigadeiro Hamilton. O assunto passou a ser conhecido pelos demais, graças à elevação das vozes. A seguir desavieram-se tendo Mac'Donnel usado "palavras malsoantes" que foram respondidas pelo português. Logo, agarraram-se e lutaram "aos murros".

O tenente-coronel, que voltava do interior da casa, conseguiu apartar os brigões com auxílio dos majores. Mac'Donnel, entretanto, liberou-se e foi para o canto da sala onde estava seu espadim, que desembainhou, partindo para cima de Sepúlveda. Segurou-o, o comandante, que o fez retroceder. Manoel Jorge também chegara até a sua arma, pronto para defender-se. Mac'Donnel provocava o

⁴³ Palestra realiza a convite do IHGRGS em 26.3.2001

adversário convidando-o a sair à rua se fosse capaz para tanto, pois não deveriam brigar na casa do comandante. O escocês saiu porta a fora enquanto Manoel Jorge foi impedido de fazê-lo pelo tenente-coronel. Mac'Donnel, espadim debaixo do braço, foi para o terreiro atrás da Igreja de Nossa Senhora do Pé da Cruz. Provocador, passeava à frente da residência do comandante. Algum tempo depois, voltou e foi levado para o interior da casa pelo anfitrião, que procurava acalmá-lo. Retornaram à sala onde estavam Sepúlveda e os dois maiores. E novamente engalfinharam-se os dois capitães. Foram separados, enquanto o comandante considerou-os presos e os mandou para seus quartéis.

O primeiro a sair deveria ser Manoel Jorge que logo obedeceu, encaminhando-se para a escada. Desceu até a parte mais baixa, de onde se virou para fazer uma cortesia e perguntou se estava preso. Confirmada a prisão, ele prosseguiu, dizendo que isso não lhe ficava bem. Mac'Donnel acompanhava tudo de uma janela e chegou até o cimo da escada, de onde falou:

-- Tu, canalha, de sorte alguma ficará bem comigo.

Manoel Jorge revoltou-se e chamou Mac'Donnel de cão judeu, complementando que não lhe tinha medo e que também o escocês não ficaria bem com ele.

Burlando a atenção dos demais, saltou Mac'Donnel escada abaixo, sem espada ou espadim, procurando cair sobre o adversário. Só não atingiu seu objetivo porque Jorge Manoel desviou-se e, desembainhando o espadim, aparou o escocês no pulo, fazendo a arma penetrar em seu peito. O tenente-coronel e os maiores acudiram a segurar Manoel Jorge que se esforçava em quebrar sua arma com as mãos. Mac'Donnel subiu alguns degraus e caiu morto.

O comandante gritou à sentinela para que impedisse a saída de qualquer pessoa e mandou que trouxessem o cirurgião. Desabotoando a farda do escocês, verificaram a ferida profunda na porção esquerda do peito, de que ainda escorria sangue. Manoel Jorge fugiu pelos quintais.

O relato feito acima é baseado nos depoimentos das testemunhas tenente-coronel John Gordon, maiores Francisco Bernardo e Le Baron Celzer D'Elwanger, o criado Simão da Fonseca e o sargento Antonio Vicente Pimentel. Todos constam do processo que se encontra em uma das pastas sobre Sepúlveda no Arquivo Histórico Militar em Lisboa. A informação objetiva substitui repetições, fórmulas da prática processual da época e prolixos textos de difícil entendimento.

O próprio capitão Manoel Jorge Gomes de Sepúlveda, antes de deixar Portugal, preocupou-se em comunicar a ocorrência ao todo-poderoso Marquês de Pombal e ao Conde de Lippe, comandante geral dos exércitos portugueses. É interessante conhecer sua versão dos fatos, bem como seu estado de espírito e sua disposição de lutar pela vida e pela liberdade, mesmo tendo causado a morte de um oficial da aliada e poderosa Inglaterra. As cartas também fazem parte do acervo do Arquivo Histórico Militar. Eis a carta ao Marquês de Pombal:

" Ilmo. e Exmo. Senhor

A grande benevolência, constante piedade, o sublime ministério de Vossa Excelência; e as violentas opressões de homiziado na natural defesa da honra que tenho adquirido no Real Serviço e a herdada de meu pai, o coronel de cavalaria Antonio Gomes Abreu de Sepúlveda, me permite a depor humildemente na presença

de Vossa Excelência o acontecimento que mais me magoa por ser o primeiro intervalo, que com repugnância da vontade, me separa do exercício das tropas de Sua Majestade que tenho seguido estimulado das obrigações e do afeto de fiel vassalo do gênio e da sucessão hereditária.

Sendo eu chamado, hoje, a jantar a casa do meu Tenente-coronel João Gordon, aonde também concorreram os dois maiores desse Regimento, um escocês capitão de infantaria chamado João Mac'Donnel; depois da mesa suscitou entre nós uma questão militar sobre a divisa de capitão. Ele me disse, o capitão, que eu mentia. Respondi que mentia ele, a que respondeu com uma repentina bofetada, agarrando-nos aos muros até que, chegando o mesmo tenente-coronel, nos prendeu. Porém, não obstante esta separação, continuou o mencionado capitão a insultar-me de fraco e canalha. E dizendo eu ao tenente-coronel não era justo fosse a prisão o motivo de eu ficar mal, insistiu o referido capitão a acometer-me com estas palavras: Tu, tu comigo nunca hás de ficar bem. E vindo ele para mim e eu para ele, no primeiro encontro recebeu uma estocada na barriga de que logo caiu morto.

Esta, senhor, é a realidade do sucesso que ao presente me priva da liberdade e que peço a Vossa Excelência, com o mais profundo respeito, se sirva pô-lo na presença de Sua Majestade para não ir indefesa a minha honra e justiça que doutro modo atualmente não posso alegar, certificando-se que eu nunca busquei outros duelos nem conflitos mais do que os que se encaminham ao Serviço da Monarquia e são ofensa à Pátria; sendo o meu procedimento bem constante, regulado sempre pelas ordens do nosso clementíssimo soberano, às quais me entregarei à primeira insinuação do seu real agrado e as do acertado arbítrio de Vossa Excelência, que Deus guarde.

Faro, 9 de julho de 1764

Manoel Jorge Gomes de Sepúlveda

P.S. – Não faço esta de próprio punho por ficar ferido junto a um olho e na testa.”

Ao Conde Reinante de Schamburg Lippe, marechal general dos exércitos de Sua Majestade Fidelíssima, escreveu no dia seguinte:

“Sereníssimo Senhor

Para Vossa Alteza saber o motivo e razão que tive para matar com a minha espada a um Capitão desta Infantaria de Voluntários Reais Mac'Donnel, vou referi-lo.

No dia de ontem, nove do corrente, fui chamado a jantar com o meu tenente-coronel comandante João Gordon aonde também concorreram os dois maiores deste regimento e o capitão morto. E sobre um ponto militar principiámos depois da mesa uma disputa, de sorte que ele me disse: mentes. E eu lhe respondi que mentiria ele. Logo me deu uma bofetada na cara e ficamos agarrados, jogando os muros até que o tenente-coronel chegou e nos prendeu. Porém, não obstante isto, continuou ele a chamar-me fraco e canalha. Eu disse ao tenente-coronel que não era justo que a minha prisão fosse motivo de eu ficar mal, ao que o morto respondeu: Tu, canalha, sempre comigo hás de ficar mal. Eu respondi: Tu, judeu, nunca comigo hás de ficar bem. Neste tempo, veio ele para mim e eu para ele e no primeiro encontro caiu ele morto de uma estocada na barriga. Esta é a verdade do caso, como dirá na sua conta meu tenente-coronel, eu o suponho da sua honra.

Para não me sentenciarem indefeso, peço a Vossa Alteza um seguro para poder neste Reino continuar o meu livramento. Sou por hora obrigado a retirar-me para o país da Espanha a esperar esta decisão, protestando a Vossa Alteza que eu me não retiro do Serviço del' Rei, antes desejo muito continuá-lo, da mesma sorte que o fizeram meus antepassados.

Não escrevo a Vossa Alteza de minha própria letra porque me embaraça pouco fazê-lo uma ferida que recebi do mesmo morto em um olho.

Deus guarde Vossa Alteza serenamente muitos anos.

No campo, em 10 de julho de 1764.

Sou de Vossa Alteza, com o mais profundo respeito,
súdito obediente e criado reverente

Manoel Jorge Gomes de Sepúlveda
Capitão de Cavalaria de Voluntários Reais"

O doutor João Gomes Esteves Norte, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, capitão e auditor do Regimento, com mais dois capitães indicados por Gordon tomaram os depoimentos visando julgamento e penalização do réu Manoel Jorge Gomes de Sepúlveda pelo Conselho de Guerra. Os interrogatórios acabaram em 14.09.1764 sem ouvir o réu ausente.

Na primeira vez que o Conselho apreciou o caso (17.09.64) decidiu, através de suas cinco classes, pela necessidade de ouvir o réu ou decidir à sua revelia somente após Editos de ampla divulgação e decorridos dois meses para que ele se manifestasse. Essa decisão foi sugerida pelo auditor, baseado no Novo Regulamento Militar e em disposições da lei civil. Após circularem os Editos, com especial destaque para os colocados no Pelourinho da cidade do Faro, continuou o silêncio do réu dentro do processo. Em 12.01.1765 reuniu-se o Conselho de Guerra e o auditor fez volumoso relatório, cheio de citações latinas e alusões ao Direito Civil. Basicamente, examinou circunstâncias do ocorrido descaracterizando Sepúlveda como agressor e reconhecendo que ele agira em defesa da vida e da honra.

Segundo o Novo Regulamento Militar, deveria ser condenado à morte todo o soldado que, com premeditação e à traição, matasse o seu camarada ou outra pessoa qualquer. Não houvera premeditação, nem traição. A iniciativa das ofensas fora sempre de Mac'Donnel segundo a unanimidade das testemunhas. Por decisão quase unânime das cinco classes do Conselho, o capitão Manoel Jorge Gomes de Sepúlveda foi livrado da pena de morte e condenado a servir a Sua Majestade como soldado raso por um ano em lugar que se lhe fosse determinado. A sentença e os autos subiram à consideração de Sua Majestade Fidelíssima que reprovou o procedimento do Conselho. Havia o novo regulamento disciplinar imposto às tropas pelo alemão Conde de Lippe. Era necessário prestigiá-lo, bem como reservar ao rei as medidas de abrandamento de pena. Esses aspectos ficam bem evidentes abaixo:

"Despacho Del'Rey Nosso Senhor

Sua Majestade reprovou o voto e parecer deste auditor, o qual para a escusa de um delito entre militares, e para subterfugir à disposição de uma lei também militar, que se deve entender e observar lateralmente no seu genuíno sentido, não devia ir buscar sutilezas de Direito Civil que nos auditórios servem de embaraço e nos Conselhos de Guerra não são de algum uso, nem servem senão de produzirem o

mau efeito com que neste caso foram iludidos os outros vogais para se apartarem da clara disposição da lei, pela qual o réu se acha incurso na pena capital.

E se havia circunstâncias para lhe ser a pena moderada depois de lha declararem, as devia este Conselho por na Real Presença para recomendarem o mesmo réu à clemência de Sua Majestade; competindo só ao mesmo Senhor temperar as disposições das suas leis quando para isso se lhe propõem justas e atendíveis causas. Declarando pois o dito Senhor, nula e de nenhum efeito a sobredita sentença notoriamente proferida contra a disposição da lei, manda que o Conselho se torne a congregar, para que, regulando-se como deve, venha a Real Presença de Sua Majestade a sentença que for por ele legitimamente proferida.

Bom Sucesso, 30 de maio de 1765.”

Além das disposições disciplinares existia a natural pressão dos ingleses, temerosos de que o caso representasse perigoso precedente a empanar suas pretensões de mando e poder. O caso por ordem de Sua Majestade voltou ao Conselho de Guerra para que novamente sentenciasse o réu. No dia vinte de junho, como seria de esperar, foi o réu condenado à morte. Entretanto, foram reforçadas as circunstâncias do fato na esperança de que influíssem na Real Clemência de Sua Majestade. Acresceram: “Ter o réu servido com zelo e honra na guerra passada”.

Com a mesma letra do anterior despacho, há um acolhimento da sentença e são feitas muitas considerações escludentes de traição ou premeditação. É ressaltado que tudo ocorreu após jantar, quando “mais que sangue, circulava vinho nas veias”. No despacho colocado à margem é confirmada a pena de morte, mas Sua Majestade “por bem e por graça” a comuta, sem referir outras penalizações. Não há data no despacho. Na mesma página em destaque, à direita e no alto, sem assinaturas, há a seguinte inscrição: “Fica por hora suprimido. 9 de maio de 1768”.

Bem antes de sair a sentença, Sepúlveda já estava no Brasil por disposições da política do Marquês de Pombal. Das muitas páginas do processo, pouco fica do ponto de vista prático. Como ocorria freqüentemente, Portugal, da mesma forma que a Espanha, não se atinha a tratados, regimentos, leis. A solução era política, sobretudo nos tempos do despotismo esclarecido de Pombal, ministro de Dom José I.

O certo é que se apresentou ao Conde da Cunha, vice-rei do Rio de Janeiro, garboso oficial português com a seguinte carta de apresentação:

“Ilustríssimo e excelentíssimo senhor

Em navio da presente frota embarca Manoel Jorge de Sepúlveda, que se há de apresentar a V. Exa. Com o nome de José Marcelino, o qual sendo capitão do Regimento de Voluntários Reais, matou um seu camarada inglês, também capitão. E porque até o presente, e agora buscou ocultamente o serviço, e sendo como é oficial de préstimo, não é justo que se perca, não convindo, porém, que se saiba que tornou a ele. Ordena Sua Majestade que V. Exa. o admita em qualquer dos regimentos dessa capitania com o dito posto debaixo do referido nome de José Marcelino, e guardando-se um inviolável segredo.

Deus guarde V. Exa.

Palácio da Ajuda, 1º de março de 1765

(Ao senhor Conde da Cunha)

Francisco Xavier de Mendonça Furtado”.

Desconhece-se quando passou a acrescentar “de Figueiredo” ao nome proposto. Seria para torná-lo mais imponente e respeitável? Na verdade, existia em Portugal um José Marcelino de Figueiredo, que era tenente de cavalaria e se envolveu em complicações, incluindo aventuras amorosas num convento e uma possível indução de namorada a que envenenasse o marido. (Correio do Povo-Caderno de Sábado- 10.05.69. - Francisco Riopardense de Macedo). O uso do nome de alguém vivo em Portugal buscaria confundir averiguações? Acreditamos estar certa Maria Dutra, ao relacionar o uso do nome Figueiredo com a amizade existente entre as duas famílias em Trás-os-Montes, tanto que vários Figueiredo foram padrinhos de filhos de Manoel Jorge na sua volta a Portugal e houve pelo menos dois casamentos selando esse relacionamento. Sem dúvida, a riqueza de fatos a povoarem a vida de Sepúlveda no Rio Grande de São Pedro, durante quatorze anos, teve naquele jantar do Faro um início promissor. O clima de paz pós-guerra da metrópole, com redução de efetivos militares, não condizia com a ânsia de reconquista da terra ocupada pelos espanhóis no Rio Grande de São Pedro.

Tenho a honra de levar ao conhecimento de
 V. Ex.^a que meu Pai e M.^{me} Ex.^a Manoel
 Jorge Gomes de Sepúlveda a cubera vida presen-
 te esta manhã as oito horas e trinta e quatro,
 e que amanhã as sete da tarde se hade
 sepultar na Igreja de S. Francisco da Lida-
 de, participação que he do meu dever dirigir
 a V. Ex.^a não só em consequencia do Mto. Lugar
 que V. Ex.^a preenche, mas tão bem em testemunho
 e reconhecimento do muito que V. Ex.^a sempre obedi-
 guis. Por esta occasião dirijo a V. Ex.^a os protestos
 do meu respeito.
 Deo Guarde a V. Ex.^a Lisboa 18
 de Abril de 1844.
 D. Miguel Pereira Corja De V. Ex.^a
 Monto e C.^a e C.^a
 Antonio Correa de Castro e Sepúlveda

Antônio Correa de Castro e Sepúlveda participa a morte de seu pai.
 Acervo do Arquivo Histórico Militar – Lisboa/Portugal

Erico Verissimo: o narrador como testemunha da História

Flávio Loureiro Chaves⁴⁴

Senhor Governador do Estado, Professor Olivio Dutra

Senhor Presidente do Instituto, Dr. Luis Alberto Cibils

Senhores membros do Instituto

Senhoras e Senhores

Sendo impossível mencionar individualmente todos aqueles que proporcionaram o meu ingresso nesse Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, transformo meus agradecimentos numa saudação ao seu ilustre presidente, Doutor Luiz Alberto Cibils, cujo exemplo de austeridade e dedicação ao estudo da nossa História recebi já como seu aluno nas aulas de sociologia da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Foi também aí, nesse espaço privilegiado da nossa cultura, que conheci meu eminente colega, Doutor Gervásio Neves, em dias que já vão distantes e nem por isso são menos significativos na experiência da nossa geração acadêmica. Sou grato à generosidade com que vem de me recepcionar nesta Casa em pronunciamento que acolho e passo a abrigar lado a lado com tão gratas lembranças.

Este é um momento altamente significativo para mim e, por isso, quero associá-lo a uma personalidade que sempre esteve intimamente vinculada à instituição, à sua seriedade científica e aos seus objetivos precípuos de conservação e irradiação do acervo histórico sul-riograndense. Refiro-me a Guilhermino Cesar, vulto tutelar que durante muitos anos serviu ao Instituto Histórico com o seu trabalho, tão notável na competência com que construía qualquer investigação quanto na vigilância crítica que invariavelmente revestia o seu raciocínio.

Seja-me permitido, assim, recordar na tarde de hoje que foi por sua iniciativa que ingressei na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e aí trabalhei vários anos como seu assistente na cátedra em que teria a honra de sucedê-lo. A ele, precisamente, devo a aproximação indissolúvel entre a História e a Literatura, vínculo estreito que sempre orientou seu itinerário intelectual, fosse no exercício do magistério ou na redação de textos decisivos, como é o caso da *História da literatura do Rio Grande do Sul*, ainda hoje indispensável para quem queira aproximar-se ao exame da nossa cultura. De fato, com ele aprendi a lição áurea

⁴⁴ Conferência inaugural na posse como sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, em 30 de maio de 2001

que ficou inscrita no pórtico dessa obra, quando afirma que não podemos "ficar exclusivamente na apreciação de valores estéticos frios, senão verificar também a origem, a possível motivação psicológica, assim como a resultante cultural (i. é *histórica*) de tais manifestações."

Devo a Guilhermino Cesar, ainda mais, a referência obrigatória que ele sempre fazia ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, como se este fosse o território preferencial de sua ação. E é por tudo isso que, lembrando-o hoje, quero assumi-lo por paradigma do próprio lema que se inscreve no selo da instituição: "Incorruptam fidem professis neque amor quisquam et sine odio dicendus est". Esta é também a forma de manifestar minha mais profunda gratidão.

* * *

Referir o romance de Erico Verissimo é aludir inapelavelmente à própria história do Rio Grande do Sul. Instado a escrever um prefácio à reedição de *Caminhos cruzados*, em 1966, altura em que já ia adiantada a sua obra narrativa, ele assim "explicou" o sentido do livro que publicara trinta anos antes: "É evidentemente um livro de protesto, que marca a inconformidade do romancista ante as desigualdades, injustiças e absurdos da sociedade burguesa. E conclui que a sucessão dos quadros de *Caminhos cruzados* "resulta numa espécie de sorte transversal duma sociedade".

Nesta expressão – "o corte transversal duma sociedade" - revela-se um projeto, o projeto da narrativa realista de Erico Verissimo. As personagens (fictícias que sejam) não podem ser compreendidas senão quando diretamente relacionadas ao contexto histórico e social em que atuam e este, por sua vez, será denunciado na pluralidade dos dramas individuais. O texto de ficção instaura um mundo imaginário e, não obstante, mantém a referência direta à realidade que lhe deu origem.

Ai está a sociedade brasileira dos anos 30 e 40, que se vai revelando num amplo painel; tal é a matéria de *Música ao longe*, *Um lugar ao sol*, *Saga*, *Olhai os lírios do campo* e *O resto é silêncio*. Em qualquer caso as narrativas iniciais se desenvolvem em torno a dois focos temáticos. Ou bem registram o processo de urbanização da cidade de Porto Alegre e a formação da classe média, ou bem fotografam a pequena Jacarecanga, típica comuna do interior gaúcho onde o poder econômico encontra-se dividido entre o velho patriarcado rural e o contingente dos imigrantes em franca ascensão.

Num ensaio em que falava de Simões Lopes Neto, Raymundo Faoro indicou os dois fatores decisivos que atuaram na formação, da sociedade gaúcha: a militarização do pampa e, logo, sistema de dominação patrimonial em que foi gerada a estância. A crônica dos

fundadores pertenceu aos estancieiros-soldados, proprietários das sesmarias que lhes eram entregues em paga pelos serviços prestados nas guerras de fronteira. Agora, avançado o século, essa sociedade atravessa um momento de profunda transformação. O fortalecimento das cidades e a emergência duma classe média mudaram a face do antigo Rio Grande, agrário e patriarcal. Vejamos o fundo do quadro no qual se delineia uma nova perspectiva para a visão cultural do gaúcho e sua transição rumo aos novos tempos.

Em 1930, João Pinto da Silva publicara a edição definitiva da *História literária do Rio Grande do Sul*, situando-a num terreno onde, rigorosamente, ainda tudo estava por fazer. Ainda nos anos "30", Cyro Martins inaugura o ciclo do "gaúcho a pé" na edição do *Sem rumo* (1937) à qual sucederia o aparecimento de *Porteira fechada*. Aqui, despojado da antiga grandeza épica, engolfado pela industrialização do pampa, o velho guasca d'outrora torna-se um exilado na terra em que nasceu; expulso do campo, vem morrer miserável na periferia das cidades. Moysés Vellinho, em *Letras da província*, cuja primeira edição data de 1944, põe em discussão o caráter social da literatura sul-riograndense, impugnando frontalmente todo e qualquer "regionalismo saudosista", à maneira de Alcides Maya, para reclamar um expressão condizente com os novos tempos. Augusto Meyer, também ele, autor de uma poesia que já nada tem de regionalista, vai acumulando os ensaios que, em 1941, hão de desaguar na edição primeira de *Prosa dos pagos*, derrubando mais de um dos preconceitos que pretendiam nimbar o centauro dos campos da aura de campeador medieval.

A época de Erico Verissimo é sobretudo um tempo de passagem e, assim, de extensa revisão da identidade sul-riograndense. Não é outro o elo que permite reunir autores tão diversos quanto estes que acabo de mencionar e que, aliás, estariam todos prodigiosamente reunidos, entre 1945 e 1957, no empreendimento da revista *Província de São Pedro*, legítimo estuário das várias tendências e dirigida por Moysés Vellinho sempre acima da "retórica do regionalismo".

Ora observando a burguesia urbana, ora examinando a nossa realidade na transformação do campo e da propriedade rural, Erico Verissimo integrava-se justamente neste movimento revisionista que caracterizou os meados do século 20. O projeto de fazer "o corte transversal de uma sociedade" (para conservarmos sua expressão peculiar) obedece já a uma motivação essencialmente histórica, pois é a História que se vislumbra nas últimas reflexões da personagem de *O resto é silêncio*, que viria à luz em 1943 em meio a uma intensa polêmica travada com os círculos mais conservadores da província:

"Ele via o trigal e a primeira charqueada. Pensava na solidão das fazendas e ranchos perdidos nos escampados, nas mulheres de olhos

tristes a esperar os maridos que tinham ido para a guerra ou para a áspera faina do campo. Imaginava os invernos de minuíano, as madrugadas de geada, as soalheiras de verão e a glória das primaveras. As lendas que iam surgindo nos matos e nas cançadas, nos socavões da serra, nos aldeamentos dos índios e nas Missões. As povoações novas que surgiam e as antigas que cresciam, transformando-se em cidades. (...)

Por sobre tudo isso, sempre e sempre o vento e a solidão, os horizontes sem fim e o tempo. A cada passo o perigo da invasão, o tropel das revoluções e das guerras. (...) Havia ainda mulheres de luto pelos homens mortos na última guerra quando chegaram os primeiros colonos da Alemanha e mais tarde da Itália. De novo processaram-se misturas. Vieram novas revoluções. Cresceram as cidades e os cemitérios.”

Devaneio poético é, sem dúvida, esse que se inscreve nas páginas derradeiras de *O resto é silêncio*; entretanto, já contém a idéia mestra na qual o "corte transversal duma sociedade" alcançaria a sua expressão ótima. Não é lícito sonegarmos Erico Veríssimo ao seu tempo e, se é verdade que sua geração repensou a identidade do Rio Grande do Sul, não será menos verdadeiro situá-lo no caudal desse movimento que abarcava a sociologia e a política, os estudos históricos e a renovação das formas literárias. No seu caso não encontraremos, diante da sociedade presente, a nostalgia ressentida de um José Lins do Rego, nem o engajamento partidário de um Jorge Amado, autores que nesse mesmo momento despontavam na literatura brasileira como os apóstolos do chamado "romance social". Talvez por isso mesmo o seu projeto se fez mais amplo e, também mais complexo. De fato, encerrado o "ciclo de Porto Alegre", apenas seis anos depois de *O resto é silêncio*, aparece o primeiro volume de *O tempo e o vento* em 1949.

A gênese e a natureza do texto encontram-se no próprio romance, através do personagem/narrador Floriano Camará:

"Já vejo claro o que vai ser o novo romance. A saga duma família gaúcha e de sua cidade através de muitos anos, começando o mais remotamente possível no tempo. Talvez no Presídio do Rio Grande no ano de sua fundação, com um oficial ou soldado do Regimento dos Dragões. Não! Tenho uma idéia melhor. Vejo o quadro. 1745. No topo duma coxilha,

uma índia grávida, perdida no imenso deserto verde do Continente. O filho que traz no ventre é dum aventureiro paulista que a preou, emprenhou e abandonou. A criança nasce na redução jesuítica de São Miguel, onde a bugra busca refúgio. A mãe morre durante o parto, esvaída em sangue. A fonte... Porque esse bastardo, um menino, virá a ser um dos troncos da família que vai ocupar o primeiro plano do romance, e que bem poderá ser o clã dos Terra-Cambará. Quero traçar um ciclo que comece nesse mestiço e venha a encerrar-se duzentos anos mais tarde.”

A narrativa de *O tempo e o vento* abarca efetivamente esse arco pois só concluirá sua ação em 1949, ano da queda do Estado Novo. Entre os dois pontos extremos o “amanhecer do Continente de São Pedro” (como diria Moysés Vellinho em *Fronteira*) e a fímbria dos nossos dias deu-se a formação do Rio Grande do Sul. Aí convergem os temas e as preocupações sociológicas dos romances da primeira fase. O narrador observa a História.

Trata-se de um *romance de fundação*, portanto. Mas Erico Verissimo, amadurecendo um projeto ideológico a par do refinamento dos meios expressivos, não o construiu já à maneira de Walter Scott, cuja influência vinha desde o romantismo conforme ao modelo de José de Alencar. O modelo que adotou é o de Tolstoi, o modelo do *Guerra e Paz*, onde a ficção admite aberta e intencionalmente a crônica histórica em sua tessitura porque é a História o seu objetivo último. Por isso, a estrutura se arma circularmente, como se fosse ampliando círculos concêntricos: a história de uma família (Terras e Cambarás) vem a ser, num segundo círculo, a história de uma cidade (Santa Fé); esta se desdobra na nomeação de uma região (o Continente de São Pedro) onde é possível ler a crônica de um tempo (a formação do Brasil contemporâneo) e nesta, finalmente, transparece uma determinada visão do mundo, quero dizer, a visão história de Erico Verissimo. É bem verdade que as grandes forças da narrativa estão sintetizadas nas personagens fictícias e em sua ação imaginária mas, no presente caso, reduzir significa ampliar, cobrindo o itinerário do particular ao geral, do regional ao universal. Solidamente ancorado numa região, que pretende detalhar até na geografia e no recorte dos vultos típicos, *O tempo e o vento* está situado acima do regionalismo.

Eis um caso no qual talvez seja melhor dizer antes o que o texto *não é* justamente para chegarmos a ver *o que é*. Se não é uma idealização romântica, nem um sub-produto do regionalismo retardatário, resta dizer que também não é uma epopéia guasca, como quiseram ver apressadamente muitos leitores de ocasião ou como quiseram travesti-lo alguns áulicos do tradicionalismo paroquial.

Apesar de inaugurar com o canto épico d'*O Continente*, porventura explícito na saga de Ana Terra e Pedro Missioneiro, *O tempo e o vento* lança suas raízes na fundação de uma cidade e, assim, no mundo histórico, investigando a partir daí a fisionomia do Rio Grande e da classe média brasileira. No percurso ver-se-á precisamente que os antigos paradigmas do heroísmo perverteram-se agora em tirania e dominação. Trata-se, pois, de uma anti-epopéia. A estrutura cíclica de *O tempo e o vento* está apoiada na intercalação entre o passado e o presente, confrontados em rigorosa investigação. O texto não é apenas *O Continente*, primeira parte da obra; pois a esta somam-se *O retrato* e os três volumes de *O arquipélago*. E é justamente aí que toda a narração se impõe na palavra de Floriano Cambará, um Personagem/escritor, alter ego de Erico Verissimo. Sua presença esclarece definitivamente a intenção do romance: ele não elabora a crônica de uma Santa Fé imaginária e de um Rio Grande do Sul concreto para celebrar a glória dos antepassados, mas para verificar a contradição dramática entre os ideais e o momento presente. Esta vem cifrada na desarticulação moral de uma família (os Cambará) e na falência de um regime político (a ditadura getulista), revelando um cenário degradado no qual todos são prisioneiros. Daí para trás observam-se dois séculos da História.

Essa questão foi colocada abertamente na própria malha de *O tempo e o vento* e transparece numa advertência que Roque Bandeira faz a Floriano Cambará, ao adverti-lo da complexidade do empreendimento a que se vai lançar o escritor:

"Enquanto se tratar do passado remoto, tanto do Rio Grande quanto da tua família, tudo estará bem. A bruma do tempo, a escassez de informações, a qualidade épica daquele período da nossa História. As bandeiras, as arriadas, as guerras de fronteira, a vida rude e simples tudo isso te ajudará. Ao percorreres os campos e as almas do Continente, serás guiado pelo radar da tua imaginação, da tua intuição poética. Mas à medida que te fores aproximando dos tempos modernos, ficarás confundido e desorientado pela abundância de material, pela riqueza de sugestões e informações e também pelo fato de passares a ser, tu mesmo, uma testemunha da História".

Ora, o testemunho da História, aqui, dá-se menos pela extensão da matéria contextualizada e muito mais pela seleção dos fatos que o narrador pretende ter por paradigmáticos. Poucos têm notado, que a narrativa de *O continente* não se situa no passado remoto mas já no limiar do século 20. Passa-se, toda ela, entre 25 e 27 de junho de 1895

durante o cerco do Sobrado, onde o republicano Licurgo Cambará resiste obsessivamente ao assédio das forças do maragato Alvarino Amaral. Esse é o pretexto para que se abra um imenso "flash back" retroagindo nos caminhos da memória até alcançarmos as origens, isto é, a fundação da estirpe dos Cambarás e do Rio Grande do Sul.

O episódio centralizador é, portanto, a Revolução de 1893, verdadeira voragem da barbárie e da violência, para seguirmos a lição de Artur Ferreira Filho, sempre tão equilibrado nas suas conclusões, quando afirma que "os guerreiros de '93' conseguiram igualar os ferozes caudilhos platinos do século 19". Segue-o Carlos Reverbel, ao observar que a revolução de 93 é toda uma resposta aos que afirmam que o Rio Grande nunca teve caudilhos. (...) Deve-se reconhecer, a propósito, que houve momentos, na revolução de 93, em que foram praticados atos à melhor maneira do caudilhismo platino". Pois bem, Erico Verissimo escolheu esse episódio - e não outro para ancorar aí um dos momentos decisivos de *O tempo e o vento*, justamente aquele que centraliza a narrativa de *O Continente*.

Essa eleição intencional sinaliza um determinado rumo. Aqui o texto literário parece colocar-se "a contrario sensu" da própria História que vem de ser fotografada com rigorosa exatidão. Eis um cenário pontuado por guerras de fronteira e revoluções intestinas; não obstante, a posição proposta pelo narrador é uma posição pacifista. A marcha dos acontecimentos transcorre no rastro do heroísmo e do machismo; no entanto, sua leitura se dá sob uma ótica liberal e anti-machista. A História, enfim, é uma engrenagem perversa acionada na voragem da violência; mas o romance só a registra por oposição, contrapondo ao desastre a ação das personagens imaginárias, nascidas, estas sim, da livre criação do escritor. Não é outro o significado profundo que explica a inserção da barbárie de 1893 no próprio núcleo da narrativa de *O Continente*.

Permito-me dar um exemplo claro do que venho de afirmar, indo buscá-lo num outro evento menos passionai mas ainda assim emblemático. É o registro da Revolução Farroupilha de 1835. Deixemos que o texto fale por si mesmo:

"Um dia, um capitão farrapo, de espada na cinta, lenço republicano no pescoço, bateu na minha porta, tirou o chapéu e entrou. / Venho da parte do General Canabarro. Tenho o pesar de lhe comunicar que seu filho, o Tenente Crescêncio, morreu em ação como um bravo. O general me pediu que lhe desse os seus pêsames. / Fiquei tonta, meio cega, mas fiz força pra não chorar. Porque essas coisas, como tantas outras, a gente deve fazer quando está sozinha. / Diga ao General Davi que lhe fico muito obrigada. / E como não tinha mais nada que dizer,

perguntei ao capitão: Aceita um amargo? Ou uma guampa de leite ? /
E depois que ele foi embora, peguei na renda de bilro, porque estas
mãos que vassuncê está vendo não sabem ficar sossegadas. Mas este
coração de velha é que ficou sem sossego, e não encontrei pra ele outro
trabalho se não pensar nos ausentes. / (...) / Dona Picucha Terra
Fagundes, toda vestida de preto, pele de marfim, olhos de noz-moscada,
buço cerrado, verruga no queixo, xale xadrez e chinelas de ourelo."

Para Erico Verissimo a História não constitui um percurso linear. É sobretudo um jogo de contrastes e oposições e neste jogo participam as personagens imaginárias, às vezes sublinhando os fatos retratados, mas mais freqüentemente para contraditá-los numa cerrada dialética. Ora, a história do Rio Grande do Sul e do Brasil meridional, sendo a história de um circuito de colonização e formação da sociedade neo-capitalista, afirmou-se mediante a carreira de guerras e violências que percorrem o texto de ponta a ponta. Mas a ideologia do autor, ao contrário, é uma ideologia humanista e liberal; preocupa-o sobretudo o tema da tirania e da opressão; nos vultos individuais, que se recortam sobre o grande painel coletivo, ocorre o drama da perda da liberdade.

Observando a História, a ação de *O tempo e o vento* aproxima-se aos dias contemporâneos, alargando a perspectiva do quadro. Não se trata já de uma dada região mas, a partir de *O retrato*, visualiza-se a própria sociedade brasileira ulterior à revolução de 1930. O texto estabelece assim a sua própria coordenada histórica. Relembremos que apenas quatro anos antes da edição inaugural de *O tempo e o vento*, dera-se a queda de Getúlio Vargas, o mesmo político que defendera a democracia liberal e o federalismo ao fim da década de 20 para, logo em seguida, tornar-se o governante centralista de um regime autoritário. Abrindo a rememoração com uma aparente crônica épica nos confins da Província de São Pedro, o texto incide, a partir do segundo volume, na matéria da história recente, interpreta-a e julga-a na malha da narrativa, não raro impugnando-a mediante a ação das personagens imaginárias.

Tal só se tornou possível porque a *intuição* da História veio a ser ordenada numa *visão* da História e o texto literário é o seu resultado final. Uma leitura abrangente das três partes que compõem *O tempo e o vento* - O continente, O retrato e O arquipélago - revela sucessivamente a crise de um espaço histórico construído por várias gerações após a desintegração do mito fundador e a crise da própria História. À integridade humana de Pedro Missioneiro, Ana Terra e Bibiana, contrapõem-se os desastres da própria descendência. Desagrega-se a estrutura familiar, simbolizada no Sobrado, e bem assim a superestrutura

implicada que passa a ser argüida sob o ângulo da crise do liberalismo democrático no Brasil contemporâneo.

Fundindo a observação da vida coletiva e a existência dos seres de ficção, confrontando-os incessantemente, o texto expõe aqui o seu ponto nevralgico, define o traço indispensável à reflexão histórica de Erico Verissimo. O "alter ego" do escritor, Floriano Cambará, defende o princípio de que chegou a hora de examinar o "arquipélago", isto é, a sua sociedade, "sem verbalizações épicas". E sua crítica se desenvolve em vários níveis, quer nomeando os fatos históricos e políticos, quer fazendo-os refletir no microcosmo imaginário de Santa Fé. Eis o corte transversal duma sociedade.

Impõe-se entretanto uma questão. Pode a ideologia do escritor tornar-se tão importante ao ponto de determinar a literatura e a própria estrutura da narrativa? A resposta é plenamente afirmativa se considerarmos o problema que vem de ser proposto: Erico Verissimo é a sua própria personagem; há uma identidade intencional e explícita entre ele e o Floriano Cambará, narrador de *O arquipélago*; ou, melhor dizendo, o narrador e sua personagem formam uma unidade indissociável. Pois é justamente a ele que, num certo dia de 1937, instalado o Estado Novo, alguém pergunta como a ditadura recém proclamada pudera impor-se sem derramamento de sangue. Ele responde então:

"É muito simples, *darling*. O brasileiro é avesso à violência. E passamos a outros assuntos. No entanto, é bem provável que naquela mesma hora os especialistas da polícia estivessem aplicando nas suas vítimas seus requintados métodos de tortura. Tu ouviste falar neles... (...) Nós os moços da praia ouvíamos falar nessas brutalidades, mas preferíamos achar que tais rumores não passavam duma mórbida ficção, produtos dum sinistro folclore em processo de formação... recusávamos aceitar essa realidade não poética."

A passagem não é essencial apenas por servir de documento exemplar duma determinada fase da política brasileira, nem por ter readquirido trágica atualidade apenas trinta anos depois. O texto pode ser tudo isso, mas também é mais do que isso. É sobretudo a visão da História no contraste entre a ficção e a realidade que lhe deu origem. Ai se lê (como em muitas outras passagens) o atestado da crise da ideologia liberal e democrática. Trata-se da ética do narrador e, entrando esta em crise, torna-se a crise o tema nuclear, quer da História, quer da Literatura: o desacordo entre o pensamento e o ato, entre reflexão e ação. Por isso, insisto nos diversos níveis em que se desdobra o realismo de Erico Verissimo quando exerce o

testemunho da História, implicando preliminarmente uma crítica social, logo dimensionando o contraste entre as personagens e o seu contexto histórico, para finalmente atingir o juízo da própria História uma engrenagem sobre a qual já não atuam as vontades individuais, quando o mundo oferecido perverteu-se em tirania e dominação.

1835, 1893, 1930. Se reordenarmos as coordenadas históricas de *O tempo e o vento*, chegaremos a ver agora porque o escritor escolheu-as, justamente estas e não outras, para balizar a ação narrativa do romance. A visão retrospectiva não funciona senão como uma tentativa de compreensão do presente, assumindo a consciência do passado.

Na repetição itinerante da violência, na eclosão de forças essencialmente destrutivas da liberdade individual, encontra-se a história humana, talvez à maneira de Giambattista Vico, quando afirma na *Scienza Nuova* que "natura di cose altro non é che nascimento di esse in certi tempi e com certe guise, le quali sempre che sono tali, indi tali e non altre nascon le cose".

No fundo esse é o motivo pelo qual Floriano Cambará/Erico Verissimo assume na página derradeira de *O arquipélago* a missão de narrar a história de Santa Fé e da formação do Brasil meridional. O corte transversal duma sociedade terá de ser mais do que a celebração épica dos fundadores. Partindo da simples crônica dos caudilhos para então formular a dialética histórica de *O tempo e o vento*, Erico Verissimo fecha um ciclo completo; o último parágrafo de *O arquipélago* coincide com o primeiro parágrafo de *O continente*, globalizando a reflexão histórica:

"Era uma noite fria de lua nova. As estrelas cintilavam sobre a cidade de Santa Fé, que de tão quieta e deserta parecia um cemitério abandonado."

Se é verdadeiro o meu pressuposto que o romance histórico de Erico Verissimo gravita em torno do movimento revisionista da nossa identidade a que se voltaram seus companheiros de geração, também é necessário ver agora que, no seu caso, tal atitude alcançou um contorno bastante radical. Revistos duzentos anos da História Sul-riograndense, ao longo de *O tempo e o vento*, as últimas páginas instauram uma discussão onde a ideologia do narrador não deixa de manifestar-se com uma clareza meridiana. Transparece num diálogo entre Floriano Cambará e Terêncio Prates. Diante da crítica acerba à tradição de violência e combate, esse último provoca uma definição:

- Se nós os gaúchos jogamos fora os nossos mitos, que é que sobra ?

Florianos olha para o estancieiro e diz tranqüilamente:

- Sobre o Rio Grande, doutor. O Rio Grande sem máscara. O Rio Grande sem belas mentiras. O Rio Grande autêntico. Acho que à nossa coragem física de guerreiros devemos acrescentar a coragem moral de enfrentar a realidade. (...) A mim me impressiona muito menos uma carga de cavalaria dos Farrapos do que a coragem das mulheres desses guerreiros que ficaram em suas casas esperando os maridos, os filhos e os irmãos que tinham ido para a guerra. As mulheres que durante horas incontáveis de agonia ficaram ouvindo o uivar do vento no descampado e o lento arrastar-se do tempo. (...) Elas eram o chão firme que os heróis pisavam. A casa que os abrigava quando eles voltavam da guerra. O fogo que os aquecia. As mãos que lhes davam de comer e beber. Elas eram o elemento vertical e permanente da raça.

Tudo isso nos leva a uma lição de Lukács que diz respeito à própria definição do romance histórico. Por si só não é histórica aquela literatura que compete com a crônica pura e simples dos fatos ou inclui em sua matéria eventos e figuras decalcadas diretamente sobre a existência real. Entretanto poderá sê-lo (e com maior força de convicção, como no caso de *O tempo e o vento*) aquela outra literatura que, embora fictícia, assume como preocupação central a História e a expressão de uma visão histórica. Tomando por coordenadas da sua narrativa os acontecimentos cruciais de 1835, 1893 e 1930, o livro de Erico Verissimo - redigido entre 1949 e 1962, não é decisivo apenas por fazer-lhes o registro exaustivo, mas vem a sê-lo principalmente porque situa-se ideologicamente na contra-mão. Só assim reflui sobre a mesma realidade que lhe deu origem, iluminando-a para subvertê-la e, diante da História, propõe uma *visão* histórica.

De fato, quer a confrontemos com as guerras e revoluções que assinalam a formação rio-grandense ou com as manifestações do autoritarismo contemporâneo, a ficção de Erico Verissimo é uma literatura da resistência e, assim, profundamente enraizada numa ética humanista. Não bastasse a relação essencialmente problemática que se estabelece entre os fatos históricos e as personagens imaginárias que o escritor movimenta, poderíamos ainda assim contemplar a manifestação dessa ética humanista num outro plano. Trata-se da oposição frontal entre o Capitão Rodrigo e Ana Terra, melhor dizendo, entre o masculino e o feminino, entre o horizontal e o vertical ou, ainda, entre uma força de destruição e uma força de preservação. Nesses arquétipos reside o drama da História e da humana condição. É certo que,

af, já ingressamos num universo puramente simbólico, mas não será menos exato dizer que precisamente nesta simbologia complexa o narrador finalmente substantiva a sua visão histórica. Entre destruição e preservação, a Literatura desenha a realidade sem nostalgia nem rancor, propondo a resistência possível.

Partindo da simples fotografia dos caudilhos do Brasil meridional ou formulando a dialética histórica de *O tempo e o vento*, a narrativa realista alcança a encruzilhada do nosso tempo, onde a privação da liberdade deixou de ser mero elemento episódico da intriga romanesca para tornar-se um referente necessário do mundo em crise. A pequena vila de Santa Fé passou a funcionar então como a sua síntese e a região, além do que possam assinalar os limites geográficos, torna-se, efetivamente, "imago mundi". O espaço fictício de Erico Verissimo é espelho e revelação, menos por ler a História através duma ideologia mas, antes, por alcançar traduzi-la nessa expressão metafórica, resultado final de *O tempo e o vento*.

Há certos livros nos quais o cruzamento entre a História e a Literatura constitui um momento privilegiado no aparecimento da obra-prima e também no seu resultado, o papel que passa a desempenhar na consciência coletiva.

Assim foi com o *Dom Quixote* de Cervantes e *Os Lusíadas* de Camões, verdadeiras sùmulas de uma época que findava e, ao mesmo tempo, antevisões da idade moderna, na convergência de todos os contrastes, como quer Arnold Hauser na *História social da literatura e da arte*. Assim foi com o *Guerra e paz* de Tolstoi e com *O leopardo* de Lampedusa, também situados na transição de dois mundos, resgatando o passado para iluminar o presente. No Brasil, estou certo, *O tempo e o vento*, firmemente implantado na exata metade do século 20, traduz essa função indispensável do imaginário na fixação da identidade histórica de um povo e de uma nação.

No último texto que o seu autor escreveu, o *Incidente em Antares*, em 1971, insere-se uma estranha fábula. Os mortos abandonam as sepulturas e voltam à praça da cidade para julgar os vivos. Mais uma vez prevalece "o corte transversal duma sociedade", pois no cenário de degradação os vivos são os que estão verdadeiramente mortos. Na obscura noite dos anos '70', Erico Verissimo ainda era a resistência e, por isso, ainda é a história brasileira, minuciosamente reconstruída na primeira parte do livro e severamente ajuizada na segunda parte, que centraliza a atenção do narrador, talvez desencantado do presente mas nem por isso disposto a renunciar.

Após sua longa jornada, como na parábola de Kafka, o escritor tem diante de si as portas da lei, quero dizer, da História. Mas onde a chave?

COMPREENDENDO OS PRECONCEITOS E AS DISCRIMINAÇÕES

Sérgio Alves Teixeira

Embora aceito para integrar esta Casa em julho do ano passado, minha posse só se dá agora,⁴⁵ por motivos de ordem pessoal, bem compreendidos por seu Presidente. Sua generosa compreensão, postergando a data desta posse para quase além do limite do razoável, me permitiu, entre outras coisas, preparar a comunicação para ser apresentada nesta oportunidade.

Todavia, antes de apresentá-la, se impõem algumas considerações. Como professor e pesquisador de Antropologia com interesse pelo estudo dos rituais seculares, vejo esta cerimônia como um ritual de agregação. Precisamente, o ritual de minha agregação ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

É postulado para os estudiosos dos rituais, que a ritualização de um fato social qualquer, *per se*, transforma-o em momento, em circunstância, em evento especial. São especiais porque, solenizados pelo ritual, são oportunidades para se proclamar, reafirmar, legitimar, trazer à reflexão, princípios, projetos, trajetórias, conquistas. Isto é, coisas que determinam orientam, marcam e estimulam ações individuais, coletivas ou institucionais e que despertam interesse social. Daí as práticas rituais serem predominantemente atos coletivos.

Para uma compreensão mais abrangente dos poderes da ritualização é relevante registrar que ela também pode ser utilizada como poderoso instrumento para mistificar inverdades e legitimar fraudes de toda ordem, com conseqüências que podem ser gravíssimas. Processos eleitorais e judiciais manipulados como instrumento de ação política ilustram bem a situação. Assim, podemos dizer, que no primeiro caso a ritualização tem sinal positivo e, no segundo, negativo.

Retornando a esta cerimônia que, como bem sabemos, recebe sinal positivo, uma leitura centrada em seu formalismo dirá, equivocadamente, que eu ocupo a posição mais destacada no que aqui está se passando. Já uma leitura densa, preocupada com a dimensão substantiva desta mesma cerimônia mostrará, acertadamente, que é o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul que

ela põe em primeiríssimo plano. E, com integral justiça, pois ao longo de seus oitenta anos ele acumulou méritos para isto. Sua própria fundação já seria credencial para tanto porque, como disse Sérgio da Costa Franco em seu belo discurso comemorativo aos oitenta anos desta Instituição, o seu "... nascimento teve as tintas de uma necessidade espiritual coletiva. A preservação da memória grupal da região se desenhava como um imperativo aos intelectuais da geração de Vinte". A esta credencial somam-se muitas outras, das quais me permito destacar duas que entendo proeminentes. Uma é ter sabido construir um acervo bibliográfico e documental de primeira ordem. A outra é a fidelidade à recomendação de seu primeiro presidente, Desembargador Florêncio de Abreu, sobre o fazer histórico, e apresentada em seu discurso, quando da comemoração do primeiro aniversário desta Casa. Por sua validade atemporal, entendo não ser supérfluo reiterá-la, como também fez Sérgio da Costa Franco e, certamente, pela mesma razão, no seu já referido discurso. Disse nosso primeiro presidente: "Mas, meus senhores, história não é coisa que se invente; não é obra de ficção; não é produção da fantasia que possa sair espontânea do cérebro de um homem, como Minerva da cabeça de Júpiter. Para escrever a história de uma dada época, de um dado povo, é mister, por um lado, o trabalho prévio, penoso, paciente, beneditino, de acumular, de classificar e interpretar copiosa documentação de autoridade histórica e coligir insuspeitos testemunhos, e, por outro lado, o concurso de variadíssimas contribuições parciais, em que muitos espíritos colaboram. É esse formidável trabalho preliminar que vos está precipuamente confiado. Não trabalhais para o presente, mas para o futuro, e nisto vai o melhor mérito dos vossos esforços."

Quanto a mim, mesmo ocupando, de fato, posição subalterna nesta cerimônia, ela me engrandece, pois consagra minha admissão no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, o que me preocupa, me honra e me agrada.

Preocupa-me pelo compromisso de corresponder à avaliação daqueles que reconhecendo em mim atributos acadêmicos e de personalidade me fazem seu confrade. A unanimidade do julgamento só faz aumentar o compromisso que agora

⁴⁵ Em 16-5-2001.

assumo. Minha disposição para honrá-lo só será menor do que a minha frustração se não souber fazê-lo.

Honra-me ser aceito numa Casa que desde estudante secundário, como se dizia noutros tempos, algumas vezes freqüentei, sempre com respeito reverencial, para ouvir lições e buscar informações, e que continuo a admirar pelo seu papel na preservação da memória social do Rio Grande do Sul e do Brasil. Também me sinto honrado por integrar uma instituição à qual pertenceram e pertencem tantas pessoas de relevo na vida política e intelectual de nosso Estado e de nosso País. Ainda há pouco, quando da comemoração dos 80 anos de fundação desta Casa, tal afirmação evidenciou-se. Na ocasião foi lida a ata de sua primeira reunião, cumprindo boa norma aqui seguida, quando da cerimônia anual que celebra sua fundação. Concluída a leitura, que apresentou os nomes dos fundadores, minha mulher, também presente à cerimônia, me chamou a atenção para o fato de quase todos eles emprestarem seus nomes para nomear logradouros públicos, colégios e/ou cidades. Como distinção igual continua a ser dispensada a outros que integraram esta Instituição, tem-se nisto bom indicador do prestígio generalizado que desfrutaram os que chegam até aqui. O que, não tenho dúvidas, é ampliado por ela.

A agregação a esta Casa também me honra por me tomar par de pessoas com relevantes contribuições nas diversas áreas que compõem o campo das Ciências Humanas, tão cara a todos nós e cujo estudo é indispensável para a plena compreensão da vida social.

Agrada-me ingressar neste Instituto pela oportunidade que terei de prolongar ou restabelecer convivências com amigos, colegas, professores e alunos de há muito tempo. Alguns deles, contemplando quase todas estas situações. Agrada-me também a possibilidade de convivência com pessoas com interesses afins. Por fim, também me agrada a possibilidade de aprender com aqueles que a partir de agora me aceitam como confrade.

Encerrando estas considerações se impõem alguns agradecimentos, que faço não por ser de praxe, mas por ser devido.

Agradeço a Raphael Copstein e a Sérgio da Costa Franco, por lembrarem de mim como um possível confrade aqui e fazerem as primeiras demarches junto a seus

pares para tanto. A Sérgio da Costa Franco também agradeço o discurso de boas vindas.

Agradeço aos meus novos confrades que, por unanimidade, me distinguiram com seu aval para ingressar como membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Agradeço a todos que com suas presenças prestigiam esta cerimônia.

Passemos agora à comunicação, a qual dei o título de *Compreendendo os preconceitos e as discriminações*.

Como esta Casa, ainda que voltada prioritariamente para os estudos históricos e geográficos abre espaços para as áreas afins e, sendo eu, oriundo da área da Antropologia, pensei apresentar uma comunicação que contemplasse os três campos. Para tanto pretendo fazer um exercício de reflexão sobre preconceito e discriminação. Considerando tais questões como fatos sociais generalizados, centrarei atenção em seus fundamentos e dinâmicas, dando ênfase ao que se passa no universo étnico e racial do Brasil.

Para prevenir eventuais interpretações equivocadas de meu pensamento, que possam ser sugeridas já a partir do título desta comunicação, inicio minha exposição explicitando três pontos que entendo relevantes para evitá-las. A primeira é que meu interesse na compreensão de preconceitos e discriminações de qualquer ordem não é para ficar inerte ante tais manifestações e práticas mas, ao contrário, contribuir para melhor enfrentá-las. A segunda é proclamar que considero, axiomáticamente ultrajantes da dignidade humana e contrárias à vivência democrática, manifestações de preconceito e práticas discriminatórias de qualquer tipo. A terceira é que reconheço que, por velada e/ou pequena que seja, a prática discriminatória ou preconceituosa que atinja qualquer indivíduo ou grupo, eles serão, sempre, material e/ou emocionalmente ofendidos. Dito isto me considero livre para discorrer sobre o que entendo sejam os fundamentos e dinâmicas dos preconceitos e das discriminações.

Além da possibilidade de contemplar os campos da História, da Geografia e da Antropologia e de meu interesse pelo estudo dos chamados desvios sociais ou, como também se diz em Antropologia, pelas acusações de desvios, questões estas sempre

vinculadas a preconceitos e discriminações, outro fato me leva a abordar este tema. Refiro-me às reiteradas e crescentes denúncias e registros de discriminação e de preconceitos de muitos tipos no Brasil, com destaque para os étnicos e raciais. Digo isto tendo em mente manifestações desta ordem que têm nos veículos de comunicação social, nos parlamentos e no universo acadêmico seus principais nichos. Assim, bem se vê, que seus autores são pessoas com escolaridade e atividades profissionais de todos os matizes. Obviamente, com maior ou menor ênfase, tais manifestações não só questionam ou mesmo negam a propalada tolerância brasileira para com as diferenças, como proclamam nosso país como essencialmente hipócrita nesta área.

O acompanhamento destas manifestações desperta meu interesse para dois aspectos que julgo oportuno chamar a atenção. Um é que, mesmo quando expressando a verdade, tais manifestações se pretendem revelações de primeira mão que desnudam coisas até então negadas ou ignoradas por muitos ou sabidas por poucos. Ora, tal presunção só pode ser atribuída à ingenuidade ou má fé de quem assim pensa. Tenho por certo que, qualquer pessoa com um mínimo de senso de observação que viva no Brasil tem plena noção de que nós, brasileiros, no conjunto, cultivamos preconceitos e discriminações de muitos tipos, entre eles os de ordem étnica e racial. Não vejo como pudesse ser diferente, já que tais práticas acompanham a trajetória humana ao longo dos tempos e pelas motivações que veremos.

O outro aspecto que quero destacar é que tais registros, mesmo quando acadêmicos, costumam silenciar quanto aos fundamentos sociológicos dos fatos trazidos à cena. O que é uma grave falha, reforçada pelo fato de que com suas denúncias pretendem, com razão, contribuir para superar o que condenam. Tal pretensão se fragiliza, no entanto, porque o enfrentamento estratégico de todos os preconceitos e discriminações pressupõe a compreensão de tais fundamentos.

Início minha análise justamente por aquele que é o principal campo para as manifestações de preconceitos e discriminações: o étnico e racial. De fato, as mais contundentes de tais manifestações: escravidão, genocídio e políticas de exclusão social têm entre os elementos legitimadores mobilizados por seus agentes, diferenças

de cunho étnico e racial entre eles e suas vítimas. Isto é o que mostram seus registros através dos tempos e dos lugares. Para ficar só em fatos bem conhecidos e recentes ou atuais, a questão é emblematicamente ilustrada pela política de eugenia nazista, pelo *apartheid* sul africano, pelas limpezas étnicas nos Bálcãs e Ruanda, pela escravidão na África e Ásia e pela hostilidade franca a imigrantes em diversos países da Europa.

É imperativo dizer que qualquer que seja o elemento mobilizado para ativar preconceitos e discriminações e, por real que seja, (etnia, sexualidade, gênero, etc.) o sinal negativo que o acompanha é um rótulo criado pela sociedade. É precisamente este sinal que é invocado para legitimar os preconceitos e as discriminações. Tenha-se também presente que, mesmo que tal elemento seja objetivamente falso, se o rótulo for aplicado com êxito, o resultado é o mesmo. A propósito, registre-se também, que o mesmo dado que falsamente é atribuído a alguém para rotulá-lo negativamente, se real em relação a outro, porém mantido em reserva, o mesmo rótulo não lhe é aplicado.⁴⁶

Ainda que, como regra geral, os agentes de preconceitos e discriminações ajam e validem suas atitudes com a invocação dos rótulos com sinal negativo atribuídos por eles às suas vítimas, eles também podem fazer o mesmo invocando rótulos com sinal positivo, concedidos a si mesmos. A pretensão de superioridade racial; de civilizador; de portador/difusor da verdadeira fé, de concepções políticas, econômicas e morais superiores; de povo eleito/protegido por divindades, ilustram emblematicamente tais rótulos. Nos expansionismos político/econômico/cultural, como o europeu nos séculos 15-20; o soviético no século 20; o chamado processo de globalização em curso, estes rótulos adquirem grande relevância. Sua implantação se fez e se faz acompanhar pela negação do relativismo e pluralidade culturais e conseqüente afirmação da padronização cultural e do etnocentrismo.

⁴⁶ Algo semelhante se dá com a produção artística. Uma dada obra, desconsiderada ou muito valorizada, pode ter tal avaliação invertida, pela revelação de autoria distinta da até então admitida.

No que respeita à raça, é útil ter presente que em termos científicos trata-se de um conceito ambíguo⁴⁷ e, por isto, há muito abandonado pela Antropologia. Mesmo assim, muito provavelmente, ela é o elemento mais invocado para as manifestações preconceituosas e práticas discriminatórias. A raça se presta particularmente para tais coisas porque, em termos de senso comum, ela é apresentada como conceito objetivo, a partir de determinadas características físicas de imediata visibilidade, mais ou menos distintas que, logicamente, todos os grupos humanos apresentam. Cor da pele, tipo de cabelos e formato das pálpebras são características mais mobilizadas pelo senso comum, isoladas ou em conjunto, para conceituar raças com acreditada objetividade. Muito naturalmente, esta forma de conceituá-las, incorpora a noção de disposições raciais inatas. Assim conceituadas e, dadas as circunstâncias, elas são operacionalizadas como tendo sinais negativos ou positivos.

Entendo que uma comparação entre um dado da escravidão negra no Brasil e nos Estados Unidos contribui decisivamente para a compreensão de nosso tema. Refiro-me ao fato de que não obstante os históricos da escravidão nos dois países mostrar que no Brasil ela teve uma dimensão muito maior, aqui não se tenham desenvolvido práticas agudas de preconceitos e de discriminações de cunho étnico e racial, em contraste com o que se passa nos Estados Unidos. A explicação para isto é a chave para compreender a minha questão.

A explicação mais satisfatória que encontrei para este fato é de ordem demográfica e é dada por Marvin Harris, num trabalho de 1964 e publicado no Brasil em 1967, com o título de *Padrões raciais nas Américas*. De modo sucinto, ele diz que ao contrário do que se passou com a colonização nos Estados Unidos, onde o número de brancos sempre foi muito maior do que o de escravos, libertos e mestiços, no Brasil colonial a situação era inversa. Ele registra, por exemplo, que os percentuais aproximados, de brancos e não brancos nos Estados Unidos em 1820 eram, respectivamente, de 80% e 20%, sendo o inverso no Brasil em 1819(p.134). Isto levou sua elite branca a criar um grupo intermediário de gente livre, composto

⁴⁷ Em termos científicos, toda a pretensão à pureza racial é destituída de fundamentos reais. Não só a troca genética envolvendo todos os grupos humanos foi e é fenômeno generalizado, como se iniciou há cerca de um milhão de anos, como comprovam evidências arqueológicas, paleontológicas e genéticas.

por negros e, sobretudo, de mestiços, que se colocasse entre ela e os escravos, para o desempenho de “certas funções essenciais econômicas e militares para as quais o trabalho escravo era inútil e para as quais não havia brancos disponíveis”(p.137). Já nos Estados Unidos a presença de uma vasta camada intermediária de gente branca não deixava espaço para o liberto exercer atividades de tal natureza, fosse ele negro ou mulato. Isto implicou no desenvolvimento de dois padrões fundamentais de relações inter-raciais.

Nos Estados Unidos levou ao estabelecimento de grupos raciais nitidamente definidos pela descendência. No caso dos negros, pela regra da hipodescendência⁴⁸, que determina sua afiliação ao grupo subordinado, ou seja, ao seu próprio grupo. Temos assim um sistema classificatório preciso, que evita ambigüidades, que classifica como negro qualquer pessoa acreditada ter ascendentes neste grupo. Isto leva a extremos, como o de classificar como negra uma pessoa sem qualquer traço físico que possa, sequer, levantar suspeita de ter uma ascendência no grupo. Tudo isto está afim com a constatação de que quanto mais precisa for a identificação dos competidores, mais acirrada será a competição.

Um filme, penso que da década de 60, que reiteradamente a televisão reprisa e intitulado *Imitação da vida*, aborda muito bem o tema. No filme, uma empregada doméstica de pele negra, tem uma filha que, por seus atributos raciais aparentes de branca, passa como sendo filha da patroa branca de sua mãe, plenamente integrada a seu grupo racial. Quando é revelado que sua mãe era, de fato, a empregada, sua classificação racial é mudada.

Já no Brasil passa-se o inverso, com a identidade racial não sendo definida por qualquer critério rígido. Traços físicos e considerações de ordem sócio-culturais e afetivas são mobilizadas de modos variados para se estabelecer identidades raciais imprecisas. Entre nós, como é de conhecimento geral, há imensa variação de termos para qualificar pessoas a partir de suas características somáticas. Pesquisas sobre o tema chegaram a levantar 100 termos classificatórios, num mesmo grupo. Certamente, também é do nosso conhecimento generalizado, casos de pais e irmãos

⁴⁸ Sem prejuízo do entendimento do autor, que acato, trata-se de fato de hiposdescendência.

serem classificados em grupos raciais distintos, mesmo sendo sabidos seus laços de parentesco. No que interessa a este trabalho, disto resulta que no Brasil não há grupo racial precisamente definido e, sendo assim, também não pode haver política racial precisa em relação a qualquer grupo. Tal elasticidade de classificação racial se desenvolveu como estratégia para a constituição daquele grupo intermediário entre negros escravos e a elite branca.

Aí está a explicação para que preconceitos e discriminações étnicas e raciais sejam agudas nos Estados Unidos e mais suaves no Brasil, o que torna possível, aqui, camuflá-las com razoável êxito. Fique claro, numa espécie de redundância necessária, que só pode ser camuflado com algum sucesso o que é camuflável, por não ser por demais evidente. Do mesmo modo, é imperativo reconhecer o que se evidencia por si mesmo. Assim, a convivência racial no Brasil, amistosa, segundo uns e, marcada pela hipocrisia, segundo outros e, nos Estados Unidos, marcada pelo antagonismo explícito, não se deve a exercícios de vontades, mas a imposições de suas realidades sociais. Assim, parafraseando Ortega y Gasset, pode-se dizer que as sociedades são elas e suas circunstâncias.

Desta comparação já se infere não só os fundamentos sociológicos dos preconceitos e discriminações étnicas e raciais, como os de todo e qualquer tipo: *conflitos de interesses*. Assim, bem se vê, preconceitos e discriminações, em essência, nada mais são do que instrumentos simbólicos e práticos mobilizados na defesa de interesses em conflito. As oportunidades, maneiras, intensidades, etc. com que são mobilizados constituem sua dinâmica, que é impulsionada pelas situações concretas em que operam os interesses em conflito.

O que faz com que todos os preconceitos e discriminações sejam fatos sociais importantes, além de sua generalidade, como já disse, é seu alto potencial de eficácia. Importante dizer que tais coisas têm bases estruturais, como já veremos.

A generalidade tem raízes na própria estratégia basilar da organização social humana: o desenvolvimento de grupos de interesses que, com frequência e intensidades variadas, se articulam ou se opõem para a consecução de seus interesses. Como estratégia para assegurar fidelidade, tais grupos se esforçam para desenvolver identidades próprias. Invariavelmente, tais esforços apelam também para prescrições e proscricções, em relação a outros grupos.

Levi-Strauss, com seus estudos sobre o totemismo e a regra da proibição do incesto, que são reconhecidos como seminais por seus mais eminentes colegas, contribui decisivamente para a compreensão de toda esta questão. Diz ele, em síntese, e, no que interessa a este trabalho, que com o totemismo e a regra da proibição do incesto, a sociedade humana fundou sua organização social com base na multiplicidade de grupos, gerados para operarem, ou não, alianças matrimoniais entre si. Ele ressalta a máxima relevância deste fato dizendo que "nunca será demasiado salientar que, se a organização social teve um começo, este somente poderia ter consistido na proibição do incesto" (1972:325) e, por conseqüência, a institucionalização da exogamia e da disciplina sexual. Disto resultou que os grupos que deviam ou podiam concorrer para casamentos entre seus membros, por via das alianças matrimoniais que estabeleciam entre si, se tornavam potencialmente aliados. Já com os grupos que não podiam estabelecer tais alianças se passava o oposto.

Se no alvorecer do surgimento da cultura, nos termos aqui expostos, as solidariedades e os antagonismos grupais se manifestavam pela existência ou não de alianças matrimoniais entre grupos, com a crescente complexidade da vida sócio-cultural no transcorrer dos tempos, miríades de outros elementos passaram a orientar tais solidariedades e antagonismos. Raça, etnicidade, territorialidade, nacionalidade, classe social, convicções religiosas e políticas, sexualidade, gênero, idade, saúde/doença, compleição e estética corporais, etiqueta social, hábitos alimentares e de vestuário, estado civil, se constituem em pequena amostra de tais elementos.

Tenha-se presente que estes elementos, como quaisquer outros que venham a ser invocados para orientar preconceitos e discriminações, por peculiares que possam parecer, serão sempre de curso corrente nos grupos onde são invocados. Por isto que, preconceitos e discriminações, ainda que apareçam como tendo origens e alvos individuais, em sua essência, remetem a sentimentos e interesses generalizados.

Por sua vez, estes sentimentos e interesses concorrem, de modo necessário, para uma usual maneira de ativar preconceitos e discriminações: a construção de tipos sociais ou entidades que, potencialmente, possam vir a ser responsabilizadas por

determinados acontecimentos. Em jargão antropológico, são os culpados de sempre, com presença assegurada em quase todas as sociedades.

Pensar preconceitos e discriminações como estratégias eficazes para a defesa de interesses implica, entre outras coisas, entender que eles e elas, não se dão por motivos graciosos ou por ingenuidade desprovida de qualquer interesse. Ingenuidade ou ignorância absoluta é aceitar a idéia de mero preconceito.

Se em sentido literal, como registrado nos dicionários, preconceito é julgamento ou opinião formada sem levar em conta fato que os conteste, em sentido sociológico ele é acrescido de um sinal negativo. É precisamente por este sinal que é inaceitável a idéia de mero preconceito. Por isto, um juízo ou opinião preconceituosa, jamais será uma coisa simples, destituída de qualquer outro interesse que não o de enunciá-la. Assim é imperioso reconhecer que todo o juízo preconceituoso é enunciado exatamente pelo sinal negativo que lhe é inerente e fonte de seu potencial de eficácia. Sua eficácia é dupla: ao mesmo tempo em que desqualifica seu alvo, qualifica seu agente para qualquer interesse em jogo. Tudo isto recoberto pela hipocrisia, que lhe permite proclamar sua qualificação para o que lhe interessa, sem ofensa ao princípio segundo qual elogio em boca própria é vitupério.

Vê-se, assim, que as manifestações de preconceitos são estratégias para a obtenção/validação de vantagens. E mais, são estratégias fortemente marcadas pela dissimulação, o que, quando bem conduzida, dificulta perceber sua real dimensão. A dissimulação atinge seu ápice quando o alvo e o agente do juízo preconceituoso são uma mesma pessoa ou entidade. Isto se dá como manifestação de cultura espúria, como entendida por Ribeiro(1977:78-83), que induz o dominado a se perceber pela ótica do seu dominador, a qual, por definição, sempre lhe será negativa. Em qualquer caso, como se vê, o juízo preconceituoso é operacionalizado pelo discurso.

Registro duas situações vivenciadas hoje no Brasil que ilustram bem a questão. Uma é o emprego intensivo de expressões em língua inglesa em detrimento de idênticas ou equivalentes em língua portuguesa. A outra é a comparação sistemática, de questões de nossa vida pública e privada, com o que é acreditado se dar em países do chamado Primeiro Mundo. Em ambos os casos nossas coisas recebem sinal negativo. A língua portuguesa por ser considerada como instrumento imperfeito de

comunicação; nossos modos de ser e proceder por serem considerados como técnica e/ou moralmente incorretos. A defesa da tese, que volta e meia ressurgue, de que seríamos mais desenvolvidos se tivéssemos tido por metrópole colonizadora não Portugal, mas a Holanda, a França ou a Inglaterra, aponta na mesma direção. Com tal modo de pensar, junto com o desprezo pelas próprias raízes, tolamente acolhe-se o mito do bom colonizador. Esclareço que não estou sugerindo que nosso idioma, como se deu ao longo do tempo com ele e todos os demais, deixe de ser fertilizado no intercâmbio com outros. Estendo a mesma consideração para os nossos modos de ser e proceder. Assim, espero não ser identificado com Policarpo Quaresma nem como xenófobo.

Em contraste com a operacionalização dos juízos preconceituosos que é bastante simples, por via do discurso dissimulador, a operacionalização das ações discriminatórias, isto é, negativas de oportunidades, demanda certa complexidade, para minimizar ou inibir a reação dos discriminados. Na maioria dos casos, a operacionalização daquelas ações se dá pela combinação de procedimentos práticos com um discurso legitimador/dissimulador. Este só é dispensado quando a ação discriminatória pode ser eficazmente ocultada ou abertamente assumida, respaldada pela coerção física, o que é mais raro. Qualquer que seja a estratégia empregada para operacionalizar uma dada ação discriminatória, ela sempre buscará compatibilidade com o contexto social onde tudo se dá. Por estar afim com as prioridades deste estudo é pertinente considerar tal questão no Brasil.

A discriminação, como praticada aqui é, logicamente, afinada com o nosso contexto social, que tem na camada intermediária de negros e mestiços livres, antes referida, um de seus elementos basilares. É este contexto que possibilita, a um só tempo, que no Brasil a discriminação se volte mais para pessoas do que para grupos étnicos e raciais e, também, o discurso que pretende minimizá-la ou mesmo negá-la. Quero crer, que a hipocrisia que muitos vêem como marca característica da discriminação à brasileira, tem origem numa leitura que não considera toda a densidade deste contexto.

As questões que abordei até o momento enfocam as práticas preconceituosas e discriminatórias como fenômenos que se passam entre indivíduos e grupos distintos

e/ou afastados e que, de fato, ofendem gravemente suas vítimas. Sem dúvida esta é a dimensão mais visível e geral daquelas práticas. Todavia, elas podem contemplar uma dimensão inversa. Em outras palavras: não só o preconceito e a discriminação também podem ter como alvos pessoas ou grupos bem próximos de seus agentes como, inveridicamente, pode ser alegada a condição de vítima de tais agressões.

Embora o preconceito e a discriminação contra pessoas ou grupos como os acima referidos, também possa buscar proveito para seus autores às custas de suas vítimas, aqui vou considerar um aspecto peculiar desta questão. Refiro-me a coisas como ocultar vínculos íntimos com pessoas ou grupos, por serem percebidos como tendo algo negativo. Tal se dá como estratégia para proteger/possibilitar uma dada carreira e pode se manifestar em relação a vínculos tão próximos como os matrimônios, filiação e paternidade/maternidade. Uma peculiaridade desta estratégia é a de prevenção contra ataques preconceituosos desferidos através de fofocas. Estas, por sua vez, são instrumentos eficazes para expressá-los. Os fatos que cito a seguir, de meu conhecimento pessoal, mostram, emblematicamente, que ações daquele tipo atendem a poderosos condicionamentos sociais. O primeiro é o de um professor universitário que mantinha a esposa quase reclusa e isolada em casa, por ser mais velha do que ele e feia. O segundo é o de uma menina branca, filha de mãe mulata e pai branco, ambos com doutorado em prestigiada área científica, que aos oito anos de idade e aluna de um dos mais tradicionais colégios de Porto Alegre, pediu à sua mãe que quando fosse deixá-la e pegá-la no colégio, não se deixasse ver, para que seus colegas não soubessem que ela era filha de uma mulata.

Por sua parte, a alegação inverídica, de vítima de preconceito e discriminação, mencionada há pouco, se constitui em estratégia para coisas como postular benefícios, escapar das responsabilidades por ações irregulares ou para justificar insucessos em disputas legítimas. Tal alegação, que também é uma forma de acusação, se bem conduzida, é acreditada como verdade. Em tal caso pode assegurar os objetivos buscados.

O processo que manipula esta mentira e faz como que ela seja pensada como verdade, ainda que condenável por definição, joga com algo que pode dar um moderado otimismo a todos aqueles que se opõem a quaisquer tipos de preconceitos

e discriminações. Refiro-me ao sentimento de repulsa a tais posturas e práticas. Bem analisando os fatos, vê-se que este sentimento de repulsa é um dado maior no processo que faz a falsa ofensa ser acreditada como real. A repulsa à ofensa predispõe à reparação.

Falei em otimismo moderado porque, realisticamente, não imagino que os preconceitos e discriminações, pela sua eficácia para a obtenção de benefícios para seus agentes, venham a ser abolidos como instrumentos de ação social. Por isto a necessidade sem fim de enfrentá-los, onde quer que se faça possível, seja pelo discurso e/ou pela prática.

Como professor e antropólogo interessado no combate a todas as formas de preconceito e discriminação, firmei a convicção de que o campo pedagógico oferece o melhor instrumento para enfrentá-las: a compreensão de seus fundamentos sociológicos. Com ele suas vítimas, independentemente de circunstâncias e, por si mesmas, estarão bem equipadas para reagirem a tais ultrajes. Por isto que, da sala de aula que questiona, ao museu que mostra, todos os fóruns que contribuem para tal compreensão se credenciam ao apoio de todos que se opõem aos preconceitos e às discriminações. A propósito, convém destacar que esta Casa, pelo seu valioso acervo bibliográfico e documental e pelas atividades culturais aqui desenvolvidas, também contribui para enfrentar preconceitos e discriminações.

Falei em museu como espaço que pode dar eficaz contribuição no combate aos preconceitos e às discriminações instigado pelo que é apresentado pelo Museu Nacional de Antropologia do México. As mensagens contidas em duas inscrições que lá se encontram, que transcrevo a seguir e com os quais encerro este trabalho, mesmo distantes de seu *locus*, se mantêm válidas. A sadia recomendação à auto-estima pela valorização das origens, a exaltação da unidade humana e o convite à reflexão pela rejeição ao etnocentrismo e a toda a pretensão de superioridade racial que elas expressam, como já veremos, faz tempo, me causaram funda impressão.

Reportando-se ao magnífico prédio do museu e ao seu colossal acervo didaticamente apresentado, lê-se:

Na entrada:

"O povo mexicano ergue este monumento em honra das admiráveis culturas que floresceram durante a era pré-colombiana em regiões que são agora território da República. Frente aos testemunhos daquelas culturas o México de hoje rende homenagem ao México indígena, em cujo exemplo reconhece características essenciais de sua originalidade nacional."⁴⁹

Na saída:

"Na grandeza de seu passado os povos encontram valor e confiança ante o porvir.

Mexicano, contempla-te no espelho dessa grandeza.

Estrangeiro, comprova aqui, a unidade do destino humano.

Passam as civilizações, porém nos homens ficará sempre a glória de que outros homens tenham lutado para erigi-las."⁵⁰

Muito obrigado.

Referências bibliográficas.

HARRIS, Marvin. *Padrões raciais nas Américas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

LEVI-STRAUSS, Claude. "A família." In: SHAPIRO, Harry. *Homem, cultura e sociedade*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1972.

RIBEIRO, Darcy. *As Américas e a civilização*. Petrópolis, Vozes, 1977.

⁴⁹ Extraída do discurso do Presidente da República do México, Adolfo López Mateos, na inauguração do atual prédio do museu, em 17.9.1964.

⁵⁰ De autoria de Jaime Torres Bodet, poeta e diplomata mexicano (1902-1974).



O Cap. Av. Aderbal da COSTA OLIVEIRA, no Campo de Marte, em São Paulo, recebe cumprimentos depois do voo de demonstração com um dos novos aviões, importados para as Forças Constitucionalistas . O General Klinger aparece ao centro da fotografia. CF. Narrativas Autobiográficas, vol. VII, 1953

REVOLUÇÃO DE 1932 TEATRO DE OPERAÇÕES DO EXÉRCITO DO SUL

Altino Berthier Brasil⁵¹

A Revolução de 1932, também chamada de Revolução Constitucionalista ou Revolução de São Paulo, representou o choque de duas vontades:

De um lado São Paulo reclamando por uma Constituição, exigindo o restabelecimento da democracia, e a imediata vigência da lei. Não tinha caráter separatista, muito embora clamasse por autonomia, e pretendesse manter a hegemonia econômica e política da qual São Paulo era detentor. Havia um grande inconformismo com a frustração de 30, quando os paulistas não puderam conter o movimento revolucionário que levou Getúlio ao poder. A auto-estima era baixa, alimentando um sonho revanchista. Os recursos de um Estado rico levaram-no a montar uma propaganda contestatória que, dia-a-dia, conclamava o povo a subversão. Podemos dizer que a Revolução de 32 foi um contramovimento à Revolução de 30.

Do outro lado, os demais Estados, entre eles, com destaque, o Rio Grande do Sul, fiéis à ordem instituída por Vargas, queriam dar um basta à república do Café-com-Leite, marcada pela alternância política da oligarquia cafeeira de São Paulo, e a dos produtores de leite de Minas Gerais. Alegadamente, propunha-se a destruir as estruturas arcaicas então vigentes.

A fim de acalmar o ânimo dos bandeirantes, Getúlio resolveu trocar o Interventor (João Alberto), nomeando o Cel. MANOEL RABELO. A situação permanecia tensa, porque se tratava de um militar sem credibilidade entre as lideranças paulistanas. Depois, para minimizar a crise que já estava alinhando o Rio Grande do Sul a São Paulo, Getúlio nomeia novo Interventor, desta vez um civil paulista, Dr. Pedro de Toledo, velho diplomata e ex-embaixador do Brasil na Argentina. Esse ato amainou um pouco a situação, já que tendia para a insurreição armada. Mas a calma aparente não durou muito tempo.

Uma visita de Oswaldo Aranha a São Paulo reacendeu a rebeldia, com discursos inflamados contra a presença do Ministro da Justiça de Vargas. Entre os oradores era unânime o apelo aos brios tradicionais e a honra dos bandeirantes e seu passado histórico. São Paulo era considerado como um Estado "ocupado". Houve manifestações da Força Pública, passeatas de civismo e exaltação à luta armada.

Essa pressão popular envolveu até o próprio Governador Pedro de Toledo, que num ato de coragem e desprendimento cívico, optou por uma atitude de rebeldia a Getúlio, nomeando um novo secretariado com membros de sua confiança. Assim que o povo tomou conhecimento, saiu às ruas em passeata, numa estrondosa manifestação de apoio ao venerando Governador, que ganhava prestígio entre as massas.

A jornada daquele dia 23 de maio, foi das mais agitadas: passeatas de protesto contra o Governo Central, agora com saques e ataques a jornais de

⁵¹ Palestra proferida a convite do IHGRGS em 21 de junho de 2000

tendência federal. Houve tiroteios esparsos, e num deles morreram quatro jovens: Miragaia, Martins, Dráuzio e Camargo, os quais forneceram as iniciais de seus nomes para senha (MMDC) da explosão sediciosa. A situação chegou a um nível incontrolável. O povo paulista formava uma mistura gasosa. Para explodir só faltava uma faísca. Ainda nesse mês de maio, Getúlio anuncia que as eleições para a Constituinte seriam realizadas o ano seguinte (1933). Mas já era tarde demais.

A Faculdade de Direito leva às ruas o tradicional trote de abertura do ano letivo. Esse desfile, engrossado por grande massa popular, transformou-se em uma manifestação estrepitosa e frenética. Os políticos haviam feito um acordo entre as Frentes Únicas de São Paulo e do Rio Grande do Sul, objetivando uma ação em conjunto. Seria uma conflagração armada em que Minas Gerais deveria ficar neutra. Os planos pareciam ter atingido um nível julgado suficiente para o rompimento das hostilidades.

O Governador Pedro de Toledo, o General Isidoro Dias Lopes e o General Bertoldo Klinger formavam uma liderança incontestável no Estado. Klinger afirmava contar com 5000 homens fortemente armados no Estado do Mato Grosso, onde era comandante militar. São Paulo mobilizava milhares de voluntários, provindos de todas as camadas sociais, especialmente da chamada classe média. Predominavam entre os exaltados, os jovens estudantes universitários.

Consideravam aquele movimento uma cruzada capaz de congregar aqueles que se sentiam traídos pela Revolução de 30.

Armas e munições haviam sido adquiridas no estrangeiro, e já se achavam a caminho, embarcadas no navio Jaboaão, para serem desembarcadas no porto de Santos. Os políticos paulistas e gaúchos desenvolvem um trabalho intenso. João Neves da Fontoura chega a São Paulo e verbera contra o Chefe do Governo Provisório, que é acusado de fazer um governo sem programa, um governo de promessas, de mentiras, de afilhadismo e de conchavos secretos.

Mas o Governo Federal estava bem atento ao que se passava em São Paulo. Getúlio age com energia. Determina prisões em massa. Reage em diversos Estados onde era mais acesa a campanha constitucionalista. São Paulo pretendia marchar para o Rio de Janeiro e depor Getúlio. Até a data do movimento já havia sido marcada.

Getúlio estava consciente que deveria depor Pedro de Toledo, mas titubeava ante o prestígio e o ilibado conceito que o velho político gozava em todo o povo da terra bandeirante.

Mas eis que um fato importante veio influir na eclosão do movimento. Getúlio nomeia Ministro da Guerra o General da Reserva Augusto Inácio do Espírito Santo, que não tinha o curso de Estado Maior. Isso provocou um protesto do Gen. Bertoldo Klinger, que aí encontrou razões para justificar sua revolta. Dirigiu um ofício violento e indecoroso ao Ministro, chamando-o de enfermo e incapaz para o exercício da função. Getúlio não teve dúvidas e, de pronto, exonerou o Gen. Klinger do Comando em Mato Grosso, reformando-o administrativamente. Os políticos e a imprensa tomaram esse ato do Governo Provisório como um afronta a São Paulo.

Chega o dia 9 de julho de 1932, um sábado. O Gen. Isidoro dá por deflagrado o movimento sedicioso. O início do levante estava previsto para o dia 14 do mesmo mês, mas acabou saindo com cinco dias de antecedência, fato que redundou em grave prejuízo para a causa rebelde. A palavra de ordem ecoou de casa em casa, de pessoa a pessoa:

REVOLUÇÃO! Corre a senha MMDC sinalizando o início da luta. No Largo de São Francisco, os estudantes da Faculdade de Direito se apresentam em massa para a mobilização. O povo embriagado de entusiasmo pede armas e se une para o que chamava de Exército Constitucionalista. O Coronel Euclides Figueiredo assume o Comando da 2ª. R.M. e de toda a tropa militar e civil reunida em São Paulo.

O movimento estava na rua.

O apoio prometido pelo Rio Grande do Sul fracassou, o mesmo acontecendo com o de Minas Gerais e da guarnição de Mato Grosso.

A 12 de julho chega a São Paulo o Gen. Bertoldo Klinger, que foi delirantemente recebido pela população.

Saudado pelos políticos, ouviu de um respeitável tribuno as seguintes palavras:

"Conduza-nos general. Leva-nos a vitória para que o Brasil possa viver livre e volte ao trabalho".

Enquanto isso, a voz inflamada dos oradores concitava a população à luta. Só se ouvem vivas ao general revolucionário, que acabou respondendo:

"A espada desembainhada num lampejo presta continência à lei".

Era a concordância em assumir a responsabilidade de comandar o movimento armado. Os meios de comunicação colaboraram para que o povo respondesse unânime àquele brado, tomado em defesa de uma causa julgada sagrada: a Constituição prometida e sempre retardada pelo Governo Provisório. Não se pode negar que por trás de tudo estivesse plantado o interesse econômico dos barões do café, a sobranceira ilusória de uma juventude idealista e uma ânsia de poder pelo domínio político do país.

Mas, Getúlio Vargas no comando do Governo Provisório continuava firme em seu plano de mudar. De reformar as estruturas esclerosadas da República Velha. As características de seu governo eram completamente diferentes e sustentavam uma revolução de base. Foi proclamada uma ênfase ao social, envolvendo as classes trabalhadoras, até então marginalizadas.

Com exceção de parte do Estado do Mato Grosso, todos os demais Estados mantiveram-se fiéis ao governo e Getúlio.

Flores da Cunha, Interventor do Rio Grande do Sul, além de não atender ao compromisso com os paulistas, dispôs-se logo à luta, deslocando forças em direção ao sul de São Paulo.

Definem-se os teatros de operações. A Marinha de Guerra bloqueia o porto de Santos, bem assim todo o litoral paulista, evitando a chegada de qualquer suprimento via marítima.

De Minas Gerais e do Rio de Janeiro fluíam tropas em ondas sucessivas, que não demoraram a fechar a fronteira, encurralando São Paulo pelo norte. As tropas paulistas, tomadas pelo inopinado da deflagração do movimento, fortificaram logo o flanco sul, e se movimentaram em direção ao Rio de Janeiro. Este seria o corredor por onde objetivavam chegar ao Catete e depor Getúlio.

O comando das operações paulistas, enquanto o Estado se aprestava na mobilização de recursos, resolveu reforçar as fronteiras, cavar trincheiras e estabelecer-se em defensiva. Essa decisão parece, hoje, ter sido um equívoco. Deixou a iniciativa do ataque aos getulistas, que, preparados, passaram à ofensiva.

As tropas federais foram confiadas ao comando do Gen. Góes Monteiro. Foram distribuídas em quatro grandes destacamentos: Cel. Daltro Filho, Cel. Cristóvão Ferreira, Cel. Guedes da Fontoura e Cel. Collatino Marques. Esse setor, denominado Vale do Paraíba, constituiu-se o principal teatro de operações, muito embora o setor sul também tivesse sido palco de encarniçados combates. O setor TÚNEL - SERRA DA MANTIQUEIRA tornou-se célebre pela sua resistência, projetando o nome do Cel. Euclides Figueiredo.

Mas o objetivo dessa nossa resenha é recapitular, embora resumidamente, o desenvolvimento das tropas do DESTACAMENTO DO EXERCITO DO SUL.

É claro que para este trabalho consideramos apenas a parte descritiva. Não nos achamos com direito nem competência para emitir um julgamento. A tese nos interessa, contudo, pelo seu valor histórico, e por ter envolvido grandes vultos de nosso passado recente, entre eles, o velho Gen. JOÃO FRANCISCO PEREIRA DE SOUZA, a "Hiena do CATI", autêntico representante de nosso legendário valor combativo.

Desenvolvimento das Operações no Sul

A 15 de julho, Getúlio convoca ao Catete, seu tio e amigo, o General da Reserva, Waldomiro Castilhos de Lima, que é nomeado Comandante Geral do Exército do Sul. A seguir, convoca também o General João Francisco Pereira de Souza, que, sob o comando do Gen. Waldomiro, é designado para Comandante das Forças Nacionais em operação no norte do Paraná.

O cargo de Interventor no Estado do Paraná é exercido por um amigo dedicado de Getúlio, o competente Manoel Ribas, que de pronto mostrou-se preparado para a eventualidade.

Em Curitiba, é ultimado o Plano de Operações do Exército do Sul. São formados dois grandes grupamentos. O primeiro, é o DESTACAMENTO GENERAL JOÃO FRANCISCO, que tem seu Estado maior constituído do Gen. Elísário Paím, o Cel. Moreira Lima, o Cel. Fidêncio de Meio e o Cel. Quim César. Este destacamento recebeu a missão de libertar o norte do Paraná, cortar o tráfego

da Ferrovia Sorocabana, evitar incursões pelo Paranapanema e defender o flanco de Mato Grosso. Contava com a Divisão de Cavalaria Ligeira, o 10º. Corpo Provisório do Rio Grande do Sul, um contingente do 3º. Btl. Provisório da Brigada Militar, e uma Cia. de Sapadores. Os recursos iniciais do Destacamento era pequenos (apenas 180 fuzis). Mas, nos dias que se seguiram, a mobilização no Paraná foi intensa, rápida e providenciada pelo interventor Manoel Ribas.

Outro grupamento, era o chamado DESTACAMENTO CORONEL SAIÃO, comandado pelo Coronel João de Siqueira Queiroz Saião. Era constituído do 15º. BC, do 9º. RAM, 5º. RCD, 13º. RI, 13 e 14 BC e do 5º. BE, tropas da guarnição do Paraná e Santa Catarina. Missão do Destacamento Saião:

I. Ação rápida ao longo da ferrovia SPRG, sobre o eixo Itararé-Faxina~Buri (onde morre em ação o Cel. Aparício Borges e seu corneteiro)

II. Ação rápida pela rodovia BR-101, neutralizando o Vale da Ribeira. Este setor ficou afeto ao Cel. Ayrton Plaisant, Comandante da Força Pública do Paraná, com tropas do 1/5º. RCD, bombeiros e voluntários.

Começam as operações. Do Sul chegam forças federais a Ponta Grossa. No começo de agosto passa por Jaguariaíva o 3º. Corpo Provisório da Brigada Militar do Rio Grande do Sul (o famoso Pé no Chão, de Palmeira), sob o comando do Coronel Serafim de Moura Assis, que parte imediatamente para o campo de luta, na vanguarda do Q.G., até Buri. O DESTACAMENTO CEL. SAIÃO avança de vitória em vitória, atingindo Capão Bonito, Fundão (onde é dizimada a Legião Negra de São Paulo), Guapiara e Rio das Almas (onde foram empregados tanques paulistas). Devemos destacar o papel do 3º. Corpo Provisório da Brigada Militar, que se houve com brilho exemplar.

Da mesma maneira, o DESTACAMENTO GENERAL JOÃO FRANCISCO avança de vitória em vitória, travando os combates de Pedra Criminosa, Mata-Burro, Serraria, Salto Grande e Saltos de Itararé. A 6 de agosto, ocupa Jacarezinho e Cambará. A 24 de setembro, entra em São Paulo, por Ourinhos.

Numa segunda fase das operações, agora no território de São Paulo, as forças sulistas convergem para Sorocaba. A 30 de julho a situação dos paulistas era insustentável. A 1º. de outubro, por intermédio de seu Comandante, o Coronel Herculano de Carvalho, a Força Pública de São Paulo cessa as operações. As tropas do Exército do Sul atingem as imediações da capital de São Paulo, onde estacionam. O General Waldomiro Lima assume o cargo de Interventor de São Paulo, como chefe do Governo Civil e Militar.

Comentários e Algumas Curiosidades

A Revolução de São Paulo, nos lembra uma série de acontecimentos: em São Paulo, além da mobilização de pessoal, houve uma extraordinária mobilização industrial, que envolveu até a Escola Politécnica. Foram fabricados canhões, capacetes de aço, tanques, pólvora, munição, etc.. Notou-se o envolvimento do povo de um modo geral. As senhoras ofereceram suas jóias, e se apresentaram como enfermeiras e médicas. A Propaganda foi grande, com a imprensa, rádio, panfletos e através de bons oradores (como o Sr. Ibrabim Nobre).

Pela primeira vez no Brasil, foi empregada a Aviação, tanto para combates aéreos, como para bombardeios e apoio às tropas de terra. Os aviões situacionistas eram vermelhos, e os paulistas, com um sinal identificatório preto e branco. A maior base aérea paulista estava na localidade de Faxina. O primeiro bombardeio foi à Amparo, depois ao Campo de Marte, a Campinas, Santos, etc.. Foi tal a devastação aérea, que chegou até a provocar a morte, por suicídio, de Santos Dumont, em Guarujá. Entraram em ação os famosos trens blindados, tanto na Mogiana como na Sorocabana. Houve emissão de dinheiro em São Paulo, assim como selos postais. Houve até o expediente paulista de fabricar umas matracas, que simulavam tiros de metralhadora.

Pelo fato de minha família estar residindo em Barra Bonita, no norte do Paraná, fui testemunha de alguns fatos, que ficam aqui como memória oral desse acontecimento histórico. Meu pai, Antônio Silveira Brasil, com 32 anos de idade na época, logo após a eclosão do movimento, no mês de julho, alistou-se voluntariamente na Legião Comandante Lobo, em Cambará/PR. A 16 de agosto foi transferido, a pedido, para a Coluna General João Francisco. A 31 de agosto, foi nomeado Secretário da 1ª. Seção do Estado maior. A 5 de setembro, assumiu o Comando do Pelotão de Sapadores, na vanguarda da Coluna. Tomou parte nos combates de: Salto Grande do Paranapanema, Mata-Burro, Pedra Criminosa (onde foi ferido) e Serraria.

Foi promovido ao posto de 1º. Tenente, sendo logo desmobilizado. Nessa minha memória oral, lembra-me a fuga de uma cidade para outra, ao som de tiros de canhão. No hotel Paraná, em Jacarezinho, onde estava localizado o Q.G. do Gen. João Francisco, mantive contato pessoal com o velho General. Assisti a morte de um soldado, que, bêbado, desafiou a sentinela. Vi soldados matarem boi e beber o sangue do ferimento. Lembra-me perfeitamente a travessia do Paranapanema, as trincheiras paulistas, a ponte destruída e os trens blindados. Até as canções da época, "João Pessoa" e "Na Serra da Mantiqueira", estão gravadas na minha memória. Também não posso esquecer das dificuldades encontradas pela minha família em Ourinhos, com as feridas ainda abertas, e quando éramos considerados "tropa de ocupação". Depois a volta estrepitosa e festiva dos gaúchos, nos comboios, de retorno ao Sul.

Notações e Conclusão

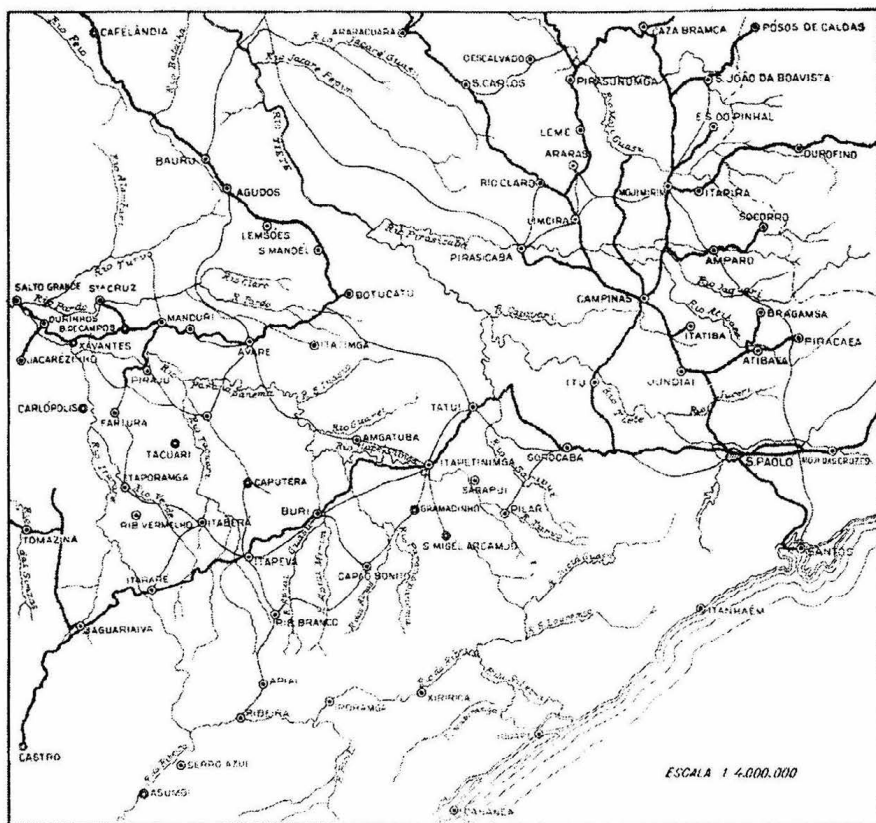
Destacamos que o Gen. WALDOMIRO CASTILHOS DE LIMA não entrou com suas tropas, nem desfilou na capital de São Paulo. Estacionou nos arredores, com o espírito de conciliação, reconstrução e de retomada do desenvolvimento.

Destacamos, também, a fibra e o valor combativo dos paulistas. A mobilização de todos os seus recursos e a sociedade uníssona em busca de um ideal julgado nobre. Do lado situacionista, destacamos a vibração de todos aqueles que partiram para garantir a ordem legal, num exemplo de desprendimento e coragem. Registramos também, a projeção social e cultural de uma geração inteira de homens públicos, de políticos íntegros, verdadeiros líderes. Colocados

de um lado e de outro, eles tiveram a hombridade de pôr em jogo seu destino pela causa que julgavam a melhor para a Pátria: Isidoro Dias Lopes, Bertoldo Klinger, Euclides Figueiredo, Pedro de Toledo, Júlio Mesquita Filho, Altino Arantes, Francisco Morato, Rodrigues Alves Sobrinho, Basílio Taborda, Herculano de Carvalho, Ibráim Nobre, Ataliba Leonel, Prudente de Moraes Neto, Flores da Cunha, Borges de Medeiros, João Neves da Fontoura, Oswaldo Aranha, Batista Luzardo, Lindolfo Collor, Maurício Cardoso, Góes Monteiro, Eurico Gaspar Dutra, Raul Pula, Canabarro Lucas, entre tantos outros.

Concluindo, assinalamos:

- Nessa luta fratricida, não houve vencedores nem vencidos. Só houve um perdedor: o país, a Pátria de todos. O que se lamenta é a morte de seus filhos e os prejuízos materiais incalculáveis a nós debitados. Os Srs. sabem que guerra não é assunto de amabilidades ou gentilezas. Contudo, a grande verdade é que as forças em confronto se mantiveram com disciplina e dignidade. Não houve saques, "paredón", desforra ou vingança. Apenas um silêncio respeitoso.
- Havia gaúchos a favor de São Paulo, e muitos paulistas a favor de Getúlio, mas paradoxalmente, ambos os contendores mataram e morreram em nome do mesmo Brasil.
- A unidade espiritual e territorial do país, em nenhum momento, foi comprometida.



São Paulo – mapa parcial sem escala – Reproduzido nas *Narrativas Autobiográficas*, do General Klinger, vol. VII (*Em Continência à Lei*), 1953, entre pp. 432-433

Discurso comemorativo aos 80 anos do IHG⁵²

Sérgio da Costa Franco

O Presidente Luís Alberto Cibils incumbiu-me desta fala especial a propósito dos oitenta anos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, completados a 5 de agosto. E não me furto de dizer que atendo à encomenda com algum orgulho - orgulho a que se adicionam mesmo certas pitadas de vaidade -, por poder testemunhar de público e relatar de viva voz a vitória de uma instituição a que demos muito das nossas inquietações intelectuais, dos nossos ideais e das nossas próprias vidas.

Numa de suas máximas - irônicas quase sempre, porem sábias - LA ROCHEFOUCAULD fez a defesa da vaidade: "A virtude não iria longe, se a vaidade não lhe fizesse companhia". A vaidade seria um dos combustíveis, um motivo de alento da virtude.

O fato de integrarmos esta instituição cultural de 80 anos, trazendo à ilharga uma revista que atingiu seu número 135, enriquecida por uma biblioteca de milhares de raridades, de um arquivo documental que rivaliza com vários arquivos públicos, e com um fichário genealógico que faz inveja aos linhagistas, explica e justifica a nossa vaidade. E por sabermos que a instituição resultou do trabalho de quase três gerações de estudiosos, não nos permitimos dormir sobre os louros, nem esperar que outros, coevos ou sucessores, se incumbam de conservá-la e de fazê-la prosperar. A própria vaidade nos estimula a não deixar fenecer esta criatura alimentada por esforços coletivos e por dedicações individuais quase anônimas.

Os denodados intelectuais que em 1920 fundaram o Instituto certamente deploravam a circunstancia de não termos até então, no Rio Grande do Sul, imitado o exemplo do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Pernambuco, de Santa Catarina e outros Estados, onde já se tinham criado organizações não-governamentais específicas para o estudo das ciências humanas e da natureza regional. Por circunstâncias que não foram elucidadas, aqui haviam fracassado varias iniciativas anteriores. E no entanto a província era densa de evocações históricas. Desde antes da independência pátria,

⁵² Em 7 de agosto de 2000.

fizera história na definição das fronteiras meridionais e nas guerras platinas. Construíra sua própria identidade política, usando bandeira, escudo e hino tomados de empréstimo à malograda República de Piratini e ao seu imaginário. A sociedade gaúcha fora sempre seduzida por grandes individualidades carismáticas, como Bento Gonçalves, Osório, Silveira Martins ou Júlio de Castilhos, cultuava heróis e acalentava mitos. E embora a própria ordem jurídica então vigente acenasse para a sociologia como um instrumento indispensável da orientação política, o Estado não vira nascerem instituições culturais afeiçãoadas às ciências humanas ou à geografia, esta, sempre encarada como irmã e um dos fatores determinantes da evolução histórica.

Cabe lembrar que, no próprio ano de 1920, a mitologia histórica invadia o Estado: o Partido Federalista mandara vir de Montevidéu as cinzas de seu chefe Silveira Martins, falecido em 1901 no exílio voluntário do Prata. E alguns dias depois da fundação deste Instituto, toda a oposição rio-grandense cultuou a sombra de seu falecido líder em verdadeiras manifestações de massa, que se sucederam em Rio Grande, Porto Alegre, Santa Maria e Bagé. Se o situacionismo alimentava-se da mitologia republicana do 20 de Setembro e do 14 de Julho, a Oposição nutria-se das tradições liberais do gasparismo e de uma já tradicional rejeição ao autoritarismo castilhistas. Todo o debate político centrava-se na discussão de uma carta constitucional que então se aproximava de seu terceiro decênio. No Rio Grande do Sul não se fazia política sem invariável apelo à memória histórica.

Por tudo isso, o nascimento do Instituto Histórico e Geográfico teve as tintas de uma necessidade espiritual coletiva. A preservação da memória grupal da região se desenhava como um imperativo aos intelectuais da geração de Vinte. Não se nega que o evento teve, então, certo calor oficial. Fundado nas salas do Arquivo Público do Estado e com os estímulos do Presidente Borges de Medeiros, seu primeiro sócio honorário, o Instituto nasceu com as bênçãos da imprensa local, que lhe dedicou vastas e generosas matérias. A fundação do Instituto ocupou longas colunas na *Federação* e no *Correio do Povo*.

No entanto, num meio fortemente dividido e polarizado pela dissensão política, parece ter havido nítida preocupação de fazer o Instituto imune ao

partidarismo. Entre seus fundadores, situava-se uma figura solar da Oposição, como era o Eng.º Antão de Faria; sócios correspondentes foram Assis Brasil e Demétrio Ribeiro, velhos dissidentes republicanos. Também não é verdade que fosse o Instituto uma organização cultural de positivistas. Basta ver o número de sacerdotes que desde logo participaram de suas fileiras, como autênticos representantes do pensamento católico. Padre Carlos Teschauer S.J.; o Padre João Batista Hafkemeyer S.J., o Monsenhor Luís Mariano da Rocha e o Padre Roberto Landell de Moura foram sócios fundadores, e o Padre João Lütgen foi sócio correspondente da primeira safra. Também fundadores foram o Professor Alfredo Clemente Pinto, o Dr. Armando Dias de Azevedo e o Dr. Adroaldo Mesquita da Costa, expressões do laicato católico rio-grandense. É possível mesmo que positivistas ortodoxos tenham sido raros no quadro dos membros efetivos.

Porém mais do que ao calor oficial e à feliz conjunção de intelectuais de todas as tendências, o Institut Revista do IHGRGS, nº 136-20010 deve seu desenvolvimento à visão e clarividência de seus fundadores, que souberam traçar rumos irretocáveis para uma associação cultural do seu gênero. Veja-se, como modelo dessa orientação, o discurso com que o primeiro presidente, Desembargador Florêncio de Abreu, celebrou o primeiro aniversário da entidade, em 1921. Disse ele, então, começando por citar Sílvio Romero, que era um declarado inimigo do comtismo e dos políticos castilhistas:

Sílvio Romero, na sua "História da Literatura Brasileira", admira-se de que as pátrias letras, entre outras muitas lacunas, apresentem uma grande falha causada pela ausência de trabalhos históricos; e, se tal reparo tinha cabimento em relação à história do Brasil em geral, com muito mais justeza poder-se-ia aplicá-lo em relação à história do Rio Grande do Sul em particular. Mas, meus senhores, história não é coisa que se invente; não é obra de ficção; não é produção da fantasia que possa sair espontânea do cérebro de um homem, como Minerva da cabeça de Júpiter. Para escrever a

história de uma dada época, de um dado povo, é mister, por um lado, o trabalho prévio, penoso, paciente, beneditino, de acumular, de classificar e interpretar copiosa documentação de autoridade histórica e coligir insuspeitos testemunhos, e por outro lado, o concurso de variadíssimas contribuições parciais, em que muitos espíritos colaboram. É esse formidável trabalho preliminar que vos está precipuamente confiado. Não trabalhais para o presente, mas para o futuro, e nisto vai o melhor mérito dos vossos esforços.

Ainda hoje não se encontraria melhor recomendação a fazer aos cultores e pesquisadores da História regional. Por mais brilhante que seja a historiografia imaginosa e romanceada, ela não se ajusta a finalidades científicas. Também não vale a historiografia desligada dos fatos, adstrita a preconceitos filosóficos e a generalizações teóricas.

Reexaminando a vida de nosso Instituto, sobretudo através de sua Revista, que é o testemunho maior de sua obra, vejo que o paciente programa de reunir e acumular dados foi e continua sendo cumprido com fidelidade. Foi nossa Revista que ressuscitou documentos e depoimentos de fundamental importância, que se achavam perdidos ou esquecidos, ou, de qualquer modo, fora do alcance dos estudiosos. Longe de pretender uma relação exaustiva, lembro, para exemplificar, a reprodução das *Memórias Econômico-políticas* de Gonçalves Chaves, das *Antigualhas* de Pereira Coruja, das *Memórias* de Antônio Vicente da Fontoura, de Manoel Caldeira e de Francisco de Sá Brito sobre a Revolução Farroupilha, do *Almanaque da Vila de Porto Alegre* por Manoel Antônio de Magalhães, do início do diário de Saint-Hilaire em tradução do Dr. Adroaldo Mesquita da Costa, um decênio antes de aparecer editado em livro, do *Diário de uma excursão eleitoral* de Luís Alves Leite de Oliveira Bello, do *Compêndio Noticioso*, de João Francisco Roscio, das memórias do Visconde de São Leopoldo e do Barão de Jacuí, e, mais modernamente, de preciosos documentos dos arquivos de Borges de Medeiros, do Marechal Câmara, de Apolinário Porto Alegre e do Visconde de São Leopoldo.

Tudo isso foi feito com os nossos próprios recursos, à custa da dedicação de associados ou dos nossos esforçados funcionários, que têm sido, - é justo proclamá-lo nesta oportunidade, baluartes da eficiência e do funcionamento desta Casa. Não por acaso, nossa biblioteca leva o nome de Thomaz Carlos Duarte, que durante decênios foi o administrador do Instituto e terminou eleito sócio benemérito. E homenagem não menor terá que ser prestada algum dia ao seu filho e continuador, Miguel Antônio Duarte, nosso constante e esclarecido colaborador.

É certo que, em tempos passados, o Instituto recebia modestos auxílios e subvenções do Estado ou do Município de Porto Alegre, a quem prestava assessoramento histórico, sempre que solicitado, como ainda hoje acontece. Também é certo que, ao tempo do Governador Walter Jobim, com ampla aprovação da Assembléia Legislativa, fomos beneficiados pela doação de um velho prédio, que o Estado recebera em pagamento de tributos, e que já' vínhamos utilizando por cessão de posse. A propriedade desse pardieiro, de recuperação economicamente inviável, foi que nos permitiu, mais tarde, participar da incorporação do Edifício IHG, negociação em que o Instituto foi aquinhoado com esta magnífica sede da Rua Riachuelo. Ainda que hoje vivamos apenas de nossos próprios recursos, não seria justo que silenciássemos sobre a contribuição recebida dos poderes públicos, em passados momentos da evolução política do Estado. Com reverência declino a identidade de nossos sócios beneméritos, que foram Getúlio Vargas, Walter Jobim, Edgar Luís Schneider, Ildo Meneghetti, Mem de Sá, Walter Peracchi Barcelos, e, fora das fileiras de políticos, o funcionário Thomaz Carlos Duarte e os consócios Prof. Guilhermino Cesar e Monsenhor João Maria Balém.

Temos plena consciência de haver cumprido nossos propósitos de velar pela preservação da memória histórica do Rio Grande do Sul, como bem poucas instituições oficiais ou oficiosas o fazem. E a população sabe disso, tanto que é regular e repetido o aporte de acervos de livros, de documentos ou de peças de museu que o público vem espontaneamente entregar aos nossos depósitos, certo de que aqui nada se perde e tudo se guarda com amor e senso de responsabilidade, o que nem sempre acontece alhures.

Em 1920, não havia departamentos universitários que cuidassem de História, de Geografia, de Etnografia ou de Lingüística regionais. A preocupação acadêmica com tais matérias é coisa dos últimos cinquenta anos. Por isso mesmo, este Instituto, com um pugilo de autodidatas, fez-se pioneiro na investigação e no estudo de tais disciplinas, às quais hoje as universidades públicas e privadas dedicam vultosas verbas e um numeroso corpo de docentes, cumulados de graduações e pós-graduações. Poder-se-ia até pensar que nossa finalidade esteja esgotada, uma hipótese inaceitável por variados motivos.

Longe de mim a intenção de qualquer cotejo entre a produção intelectual deste Instituto e a das instituições acadêmicas, constantemente renovadas pela juventude discente, e que têm obrigação de ser fecundas em talentos e na gestão de informações e de pesquisas. Porém, em termos de preservação da memória e conservação de arquivos documentais para servir a investigação, colhe-se a impressão de que ainda não fomos superados. Do contrário, não seriam tão freqüentes e tão constantes, em nossa sala de leitura, os graduandos e pós-graduandos das universidades locais. Com 80 anos de vida, o Instituto mantém sua vitalidade. Ainda há poucos dias, nosso "site" na Internet repercutia na Espanha, donde nos vieram pedidos de informações, com a simultânea oferta de livros de um historiador daquele país. As permutas de revistas e livros nos mantêm em contato com o Brasil, a América Latina e o mundo. Ao apelo de órgãos públicos, como a Assembléia Legislativa, temos correspondido com uma reiterada cooperação. Prefeituras do interior do Estado consultam-nos sobre dúvidas em questões históricas regionais. E até cidadãos comuns, imaginando que somos instituição pública mantida pelos tributos fiscais, consultam-nos sobre dados estatísticos, biográficos ou genealógicos.

Aos nossos respeitáveis sócios fundadores, desaparecidos todos, podemos assegurar, com a alegria do dever cumprido, que não abandonamos seus propósitos nem defraudamos seus ideais.

Disse.

Documentação



Acervo IHGRCS

José Antônio Corrêa da Câmara (POA 8.2.1824/ RJ 18.8.1893)
Marechal Câmara – 2º. Visconde de Pelotas
Desenho de autoria de Antônio Cândido de Menezes - 1885

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul publicou em seu Ano I, 1º. trimestre (p.22/44) e 2º. trimestre (p. 166/209) de 1921 as *Memórias de Francisco Pedro de Abreu (Barão de Jacuhy)*, interpretadas pelo consócio Pe. João Baptista Hafkemeyer, S.J. e baseadas em Manuscrito de 28 páginas (56 folhas), arquivado na Lata 14, n. 7. O Manuscrito apresenta a caligrafia de “Chico Pedro”.

Em outro Manuscrito, há pouco descoberto junto a documentos pertencentes ao consócio Dr. Othelo Rosa, transcreve-se fielmente, a seguir, a primeira e última partes que não constam no texto do manuscrito utilizado pelo Pe. Hafkemeyer. Este Manuscrito, sem autoria expressa, cotejado com documentos escritos e assinados por Francisco Pedro de Abreu, conduz à interpretação de que não seja a sua caligrafia. O Manuscrito é composto por 26 páginas (51 folhas) e a exemplo do primeiro, cada folha está dividida em duas colunas.

[fl.1]

Anacefaleose; abreviada da [sic] carreira da vida, d. **Pedro José Gomes de Abreu**, e de sua família, Natural da **Vila de Melgaço**, no Reino de **Portugal**, filho legítimo, de **Antonio Gomes**, e de D. **Caitana Maria de Abreu Magalhães**, neto pela parte paterna, de **Diego de Abreu Magalhães**, e de D. **Jerônima de Araújo**; descendentes da ilustre casa, dos **Abreus da Vila de Melgaço**, tão fieis à Monarquia Portuguesa, como bem os mostra, a história da Restauração de **Portugal**, do poder dos Franceses, Lº 3 Cap. 10, §§ 3º. e 4º. e 5º.

Educado decentemente o dito **Abreu** pelos seus Pais, tendo princípio de Estudo na Aula Régia da dita Vila do Padre **Manuel Alva de Travessa**⁵³ deixando de continuar por morte de seu Pai, e na idade de 14 anos; a exemplo de seus tios **Antonio de Abreu Magalhães**, e o Padre **Matias [?] de Abreu Magalhães**, se dirigiu ao **Brasil**, pela cidade do **Porto**, acompanhado do dito seu tio **Antonio de Abreu Magalhães**, e de lá ao **Rio de Janeiro**, e deste a **Porto Alegre**, aonde chegou no princípio do ano de 1792, e vendo-se tão distante, sem calos de seus Pais, nem parentes, e ainda verde nos anos, fez toda a diligência de se não esquecer da educação de seus Pais, e seguir os meios de se conduzir com honra, encaminhando-se ao Negócio de Fazendas, no qual existia com todo o crédito, quando em 1800 tomou Estado de Casado com D. **Maria Alves de Azambuja**, Filha legítima do estimável, e honrado, Ancião **Antonio Alves Guimarães**, também natural de **Portugal**, e de sua Mulher D. **Mariana de Jesus de Azambuja**, natural de **São Pedro do Sul do Rio Grande**, filha legítima de D. **Rita Lemos de Azambuja**; e do Capitão **Francisco Xavier de Azambuja**; e Irmã do Coronel de linha **Jerônimo Xavier de Azambuja**, tio carnal da Mulher do dito **Abreu**, e esta prima do Tenente Coronel de 2ª. linha **Manuel Alves Guimarães** e do Capitão **Antonio Alves de Azambuja**, prima irmã do Dr. **José de Araújo Ribeiro**, Ex-Presidente do **Rio Grande do Sul**, Ministro Representante da **Europa**, cunhado do Ex-Presidente de **Goiás**⁵⁴, o Marechal, **Miguel Lino de Moraes**, Irmão também de D. **Delfina** Mulher

⁵³ No original: Pº Mº Alva da Travesa

⁵⁴ No original: Goiás

do Coronel **Brusco**, Primo Irmão de D. **Ana Esméria**, Mulher do Marechal **Félix José de Matos**⁵⁵, e outros oficiais; Família distinta e estimação pelas suas ações, e Religião.

Unindo em consórcio o dito **Abreu**, com D. **Maria Alves de Azambuja** em o ano de 1800; de seus consórcio tiveram nove filhos, dos quais até 1845, existem cinco vivos, 4 homens, e uma Mulher: A saber **Antonio Pedro de Abreu**, **João Pedro de Abreu**, **Paulo José de Abreu**, e **Francisco Pedro de Abreu**, e D. **Ana Clara de Azambuja** ainda no estado de solteira; O 1º. Major do Esquadrão da **Guarda Nacional do Triunfo** do qual foi criador; o 2º. Major do Corpo 11º. da **Guarda Nacional**; estes já Tenentes da extinta 2ª. linha desde 1827; com Patentes Imperiais; e o 3º. Capitão da 6ª. Companhia do 5º. Corpo da **Guarda Nacional**; e o 4º. **Francisco Pedro de Abreu** Comandante do mesmo 5º. Corpo.

Todos no estado de solteiros em companhia de seu Pai, procuraram decentemente os meios de seus interesses, bem como o mais moço **Francisco Pedro de Abreu**, não só negociava, como [1v.] administrava os bens de seu Pai, no Distrito 7º. da Vila do **Triunfo**, sendo o Estabelecimento da **Barra**; o de Santo **Tomé da Barra do Aracá**; e o de Santo **Antonio do Douradilho**, os quais todos os três estavam bem poboados [sic] e só de animais vacuns, continham mais de duas mil rezes.

Neste estado desafrontado, se achava o Pai, e sua Mulher e filhos; quando em vinte de setembro⁵⁶ de 1835, é estalada contra a Província, a voz da anarquia contra a Lei, e contra o Governo do Sr. D. **Pedro 2º.**, dia de feia recordação, para os presentes, e vindouros. Com este fatal fato, sem respiro, se pôs Pai, e filhos, em dissimulação, escogitando [sic] todos os meios de não entrarem nas fileiras Rebeldes, promovendo secretamente os meios de subsistir a Lei, e o Trono Imperial; dando para isso ocultamente, princípio a uma reunião na **Serra do Douradilho**, entrando nela Pai e dois filhos, **Paulo**, e **Francisco**, únicos que se achavam em casa, a qual estando já de dez pessoas não pôde ir a efeito, por ser descoberta pelo Juiz de Paz Rebelde **Jerônimo Ribeiro da Cunha**, que os perseguiu de morte com uma partida de 20 homens.

À vista do que se viram obrigados a desistir, encaminhando-se o Pai, e seu filho **Paulo**, debaixo de todo o risco, para a Capital de **Porto Alegre**, para a legal reação de 15 de junho de 1836, e outros três, **Antonio**, **João**, e **Francisco** seguiram debaixo de grande risco, por entre partidas Rebeldes, à distância de cem léguas, a reunir-se ao Brigadeiro **Bento Manuel Ribeiro**; que constava reunia forças em defesa do Império; E o filho **Antonio Pedro de Abreu** já em 17 de março de 1836, assistiu ao Ataque no **Passo do Rosário**⁵⁷, contra as forças Rebeldes, comandadas pelo Coronel **Corte Real**⁵⁸, que foram derrotas; e em seguida, os três filhos, **Antonio**, **João**, e **Francisco**, em 31 de março de 36 assistiram ao Ataque no **Arroio dos Ratos**, de **Bento Manuel Ribeiro**, contra o Chefe dos Rebeldes, **Bento Gonçalves da Silva**⁵⁹; em cuja ocasião se postaram bem seus filhos, distinguindo-se mais o dito seu filho **Francisco**; e como o encontro fosse de noite ficou indeciso, havendo feridos, e mortos, de parte a parte,...

⁵⁵ No original: Felis

⁵⁶ No original: 7brº

⁵⁷ No original: Paso do Rozario

⁵⁸ No original: Corte Rial

⁵⁹ No original: Bento Glz da Sª

Depois desta ação, se retirou o Brigadeiro **Bento Manuel**, para a Campanha, da onde então, em 25 de julho de 36, se encaminhou em socorro à Capital de **Porto Alegre**, sitiada pelos Rebeldes; nesta força de socorro já vinha o Tenente **Antonio Pedro de Abreu** comandando uma Companhia de Lanceiros de Esquadrão do Major **Atanásio**, e o Tenente **João Pedro de Abreu**, de Ajudante das Forças de **Caçapava**⁶⁰ comandada pelo Tenente **Carlos**; e **Francisco Pedro de Abreu** ainda sendo paisano⁶¹, operando igualmente, e socorrendo com as suas quadrilhas de cavalos, servindo com excesso e favor, por mais de um ano, sem querer nem Postos, nem soldo da Nação, o que era bem conhecido do Governo.

Antes da passar a Coluna socorrente⁶² para a Capital, os 3 Filhos, do dito **Abreu**, como práticos dos Distritos das Charqueadas da **Barra**, seguiram por ordem de **Bento Manuel Ribeiro** com o Capitão **Charão**, apreendendo rebeldes, e a reunir gente, e cavalos; Em cuja ocasião foram presos muitos Rebeldes, e entre estes o célebre Juiz de Paz rebelde, **Jerônimo Ribeiro da Cunha**.

[a Revista do IHGRGS Ano 1, 1º trim. 1921, p.208]

[fl. 24v.]

O Barão com todo custo de persuasões pode vencer dos oficiais e mais forças, de se dispersarem conforme a ordem do Governo, e passarem o **Quarai**⁶³ **Mirim** para suas casas; e o Barão seguiu para **Porto Alegre**, deixando também⁶⁴ a sua estância composto [sic] de trinta mil rezes, em poder daquela cáfila de ladrões, para o acabarem de todo, além de mais de vinte mil patações que tinha feito de despesa com pólvora, e armas, cavalos, e gente.

Chegando o Barão em **Porto Alegre**, recebe ordem do Presidente da Província para seguir para à Corte a falar à Sua Majestade Imperial⁶⁵, aqui teve o Barão de também fazer despesas a bem de seguir para a Corte a beijar a mão a S.M.I. tendo então ocasião o **Barão de Jacuí**, de bem aclamar ao Governo, (aquilo) aquilo que era ignorado do Governo, sobre pretensões⁶⁶ de **Rosas, Orives** [sic] e **Lasmas** [sic], cujo conhecimento de causa do mesmo Governo Imperial, veio abortar⁶⁷ em uma decisível [sic] guerra; Voltando o **Barão de Jacuí** para a sua Província do **Rio Grande** etc.

O Governo do Império, conhecendo a urgente necessidade, de por meio de força dissipar todas as atraçoadas pretensões dos Inimigos; Nomeia Presidente da Província do **Rio Grande do Sul** o General em Chefe do Exército da mesma

⁶⁰ No original: Casapava [Caçapava do Sul / RS]

⁶¹ Civil

⁶² No original: secorrente

⁶³ No original: Quaraim

⁶⁴ No original: tãobem

⁶⁵ No original: S.M.I.

⁶⁶ No original: pertencções

⁶⁷ No original: abrotar

Província, ao Exmo. **Conde de Caxias**, o qual apresentando-se na Província em junho de 51, tomando posse da Presidência, entrou logo nos manejos de organizar o Exército, e apresenta uma carta da Corte ao **Barão de Jacuí**, para coadjuvar⁶⁸ o Conde em seus trabalhos⁶⁹, a qual carta, se fazia desnecessária, porque mais interesse tem o **Barão de Jacuí** na Província do **Rio Grande**, do que pode ter, o **Conde de Caxias**; em suma alguma [sic] combinação fez o Conde, com o Barão sobre a guerra, e imediatamente saiu um, e outro para a fronteira, aquela por **São Francisco de Paula**⁷⁰, e este por terra direto a **São Gabriel**, ainda que incomodado na saúde adiantando cartas para a fronteira a seus amigos, a fim de que com toda a urgência, reunissem gente da **Guarda Nacional**, e alguns emigrados, para operarem debaixo de seu comando; Esta primeira gente reunida, o **Conde de Caxias**, a entrega a **David**⁷¹ **Canabarro**, fazendo-o Comandante de Divisão, a fazer a vanguarda do Exército... Na orqueta [fl. 25] o **Barão de Jacuí** teve a segunda conferência com o **Conde de Caxias** General em Chefe do Exército, sobre a guerra e seus movimentos; Seguindo depois o Barão, de ordem do General imediatamente para os Municípios, de **Piratiní**, **Jaguarão**, e **Pelotas**, [a] reunir cavalaria de G.N. e apesar dos contratempos do inverno pela muita opinião [sic] que por ali tinha, o Barão em 15 de agosto de 51, já tinha quase dois mil homens; Mas sem armas nem cartuxame, nem fardamento; cuja falta consta muita afligira o Barão, por estar aquela Fronteira toda descoberta do Inimigo; Mas o Barão ao⁷² poder de diligências e fadigas, se foi refazendo em parte, levando até dez armas de Polícia⁷³ de **São Francisco de Paula**, e outras de sua invenção; a fim de atender à Fronteira do **Rio Grande**, como a mais perigosa, e mais próxima do Exército de **Urives** [sic]⁷⁴, e sua vanguarda comandada pelo Coronel **Deonizio**; por cuja atenção o General em Chefe para a divisão da Esquerda Comandada pelo Brigadeiro **Fernandes**, a quem ameaçava iminente perigo do Inimigo; Nomeia o **Barão de Jacuí**, comandante da 8^a. Brigada do Exército, para fazer a vanguarda da Divisão do Brigadeiro **Fernandes**, e como tal, passou o Barão a perseguir⁷⁵ o Inimigo, e de apoderou de **Serro Largo** do qual estando de posse, vendo os moradores assustados, os capacitou, que ele não ia a perseguir, nem a destruir, mas sim a fazê-los gozar de seus direitos⁷⁶, tanto no pessoal, como em suas propriedades, e convencidos disto ficaram muito⁷⁷ satisfeitos; Mas não sei por quê mandou o General em Chefe, desalojar ao Barão **Serro Largo**, sendo ente um ponto principal do Inimigo...

E por tal fato ficou o Coronel **Deonizio**, tão atrevido, que não cessava de fazer fosquinhas ao Barão, e este então o perseguiu de morte, de dia e de noite, a ponto do Coronel **Deonizio** lhe largar a Artilharia, e cinco carretas de Vagagem [sic], e lhe mandar terceira [?] missão, por um Coronel que o não perseguisse mais,

⁶⁸ No original: coadjuvar

⁶⁹ No original: trabalhos

⁷⁰ Pelotas/RS

⁷¹ No original: Davide

⁷² No original: a

⁷³ No original: Pulicia

⁷⁴ Oribe

⁷⁵ No original: a perseguir

⁷⁶ No original: direitos

⁷⁷ No original: munto

pois estava resolvido a obedecer⁷⁸ ao Governo Legal de **Montevideu**, e a dispersar as suas forças depois de lhe fazer uma fala o que com efeito cumpriu; e aqui se mostra o primeiro vencimento das forças brasileiras; e o desanimamento [sic] que havia de causar ao General **Urives**, e suas forças, e o motivo porque se entregou ao General **Urquiza**⁷⁹, sendo assim o **Barão de Jacuí**; o motivo de a Província do **Rio Grande** não sofrer, a maior de todas as ruínas, pela má direção do Exército Brasileiro, pois achando-se este encravado do outro lado do **Gil**, e **Rio Negro**, e o General **Urquiza** desprotegido com só três mil homens ainda pouco adestrados, e o General **Urives** tão perto com 10.000⁸⁰ homens exercitados na guerra, se este não esperasse o desfecho da sua vanguarda, de certo tinha atacado **Orquiça** [sic], e esvandalhado [sic] este, sem proteção caía sobre a fronteira do **Rio Grande**, e com força tão desmarcada tudo levada[sic] por diante, saqueando a seu gosto, se refazia de munições de guerra e gente, e Negros; E quando voltasse o Exército Brasileiro dos desertos aonde estava encravado a poder de muitas fadigas, e tempo, e tudo cansado e esvandalhado [sic]; e então adeus Província; Quase esmoreço, e me cai a pena da mão, quando me lembro que o **Barão de Jacuí** na orqueta em uma Conferência dos movimentos da guerra e de sua marcha de Exército com o **Conde de [fl. 25v.] Caxias**, General em Chefe do Exército, se assentou na melhor direção do Exército, e marcha militar, de ser pelas pontas do **Rio Negro**, e **Coxilha Grande**, marcha não só devida, como favorável; cobrindo assim a Fronteira do **Rio Grande**; para não ser exposta ao perigo em que esteve. Mas esta marcha concertada que devia seguir o Exército Brasileiro; não sei porque fins a desviou o Brigadeiro **Bento Manuel Ribeiro**; encaminhando o Exército por **Santa Ana do Livramento**; dando uma volta de mais de 40 léguas, atravessando terríveis pântanos, e banhados, e a intransitável, e prolongada **serra dos infernilhos**, ficando nesta marcha carretas atoladas nos banhados, e tudo destruído⁸¹, perdendo-se cavalladas, boiadas e petrexos de guerra; tendo a final de passar nas correntosas foz dos **Polacos**, do **Rio Negro**, e do **Gil**, nos quais em cada um, se levou oito dias a passar, morrendo gente afogada; acarretando esta errada marcha, não só perigo⁸² à Província, como uma horrorosa despesa aos Cofres da Nação; Finalmente escapando a Província de uma fatal ruína por Providência Divina, caminharam as forças de **Orquiça** e forças Brasileiras diretas a **Montevideu**, ficando a Fronteira da Província Brasileira e Rio-Grandense, pouco segura, por ficarem todas as **guardas dos Branquinhos** na fronteira, e isto se notou logo na chegada dos dois Exércitos em **Montevideu**; quando se tratou de Tratados e Eleições, que houve vivas ao General **Orives**...

Depois das Eleições, e tratados, seguiram os dois Exércitos, e de **Orquiça** diretos à **Colônia do Sacramento** a fim de efetuar a passagem das forças do General **Orquiça**, e Brasileiras, para **Buenos Aires**, as quais passaram de boa-vontade por bem se saber, que as forças de **Rosas** pela sua maldade o não defendiam, pois a não haver esta certeza, lá ia o **Barão de Jacuí**, e o Brigadeiros **Fernandes**, e outros; Ainda que o **Barão de Jacuí**, o General em Chefe o não mandava à vista das tristes

⁷⁸ No original: obedecer

⁷⁹ No original: Urquiça

⁸⁰ No original: 10\$

⁸¹ No original: extruído

⁸² No original: prigo

notícias que já tinha da Fronteira, de os Chefes dos **Branquinhos** estarem reunindo mais forças, e matando gente Brasileira que encontravam desgarrados, pelo que todos os moradores da linha estavam assentados; Por isso o General em Chefe Brasileiro, por uma ordem datada de 9 de janeiro de 52 determinou ao **Barão de Jacuí** de marchar com a sua Brigada de Cavalaria, e 300 homens de Infantaria do Batalhão do Coronel **Lima** para o departamento de **Serro Largo** e como de fato no mesmo dia 9 fez o Barão, a sua saída para fora do Exército, apesar de andar bem adoentado, como também tendo na sua força mais de 80 doentes, os quais assim mesmo quiseram acompanhar o seu Comandante, e marchando o Barão com a brevidade possível à vista das circunstâncias, chegou em **Floris Morta** em 24 do dito janeiro, de cuja chegada não esperada, teve notícia o General **Lavalhega** [sic], e o Coronel **Deonizio**, os quais constou [?] não ficaram pouco assustados por saberem que era o Comandante das Forças **Barão de Jacuí** não obstante já terem reunido mais de 700 homens, porém o Barão a pesar de andar doente, não poupava marchas violentas de dia e de noite e caminhando mais de 18 léguas chegou em **Serro Largo**, E tendo uma entrevista com os ditos dois Comandantes dos **Branquinhos**; Estes por uma parte se disfarçavam, e por outra se mostravam muito [fl. 26] sentidos, contra os tratados em **Montevideu**, que queriam derribar; e não podendo resistir às reflexões do **Barão de Jacuí**; lhe asseveravam⁸³ de se conter, e não haver mais novidade, o que agora é mais de crer com a queda de **Rosas**, o Barão à vista do expendido vendo princípio de sossego na Fronteira, caiu [sic] com as sua Forças, sobre a Costa de **Jaguarão**, não só a regular as coisas como a observar todos os movimentos da Fronteira, e bem observados, e vendo de não haver mais novidade, e vendo a Guerra de todo acabada, para o que muito tinha trabalhado [sic], e achando-se incomodado de doença apanhada na mesma Guerra, e vendo de não ser mais necessário pediu a sua demissão a **Conde de Caxias** General em Chefe do Exército Brasileiro; não só do comando da Brigada, como do comando da Fronteira, e do comando Superior da **Guarda Nacional**⁸⁴ daqueles Municípios, ao que anuiu o General em Chefe, E se retirou o **Barão de Jacuí** para **Porto Alegre**; tão doente, e tão magro, que não dava esperanças de vida, mas assim mesmo mostrando satisfação dos serviços que tinha prestado à Província, e ao Império.

[com letra diferente, século XX]

Ao ilustre montenegrino, Diretor da **Federação**, sr. **Othelo Rosa**

Oferece o contrerrâneo e admirador

(a) **D.F. Andrade**

Fundo **Bernardo Pires**

Tendo-se-me apresentado o preto **João** de nação **rebolo** que sendo escravo de **João Gonçalves da Silva**⁸⁵ ele lhe oferecera para as fileiras dos rebeldes e não querendo este negro servir aos rebeldes fugiu deles e se me apresentou portanto em virtude de

⁸³ No original: aseberavão

⁸⁴ No original: G.N.

⁸⁵ No original: João Glz. da S^a

um decreto do Governo imperial este negro está forro⁸⁶ e as partidas legais não lhe porão embaraço na sua pessoa enquanto bem se conduzir. Acampamento no **Passo das Pedras** 5 de setembro de 1844.

(a) **Fran^{co} Pedro de Abreu**
Coronel Comandante deste departamento

Como testemunha que o vi servir nas fileiras Rebeldes

(a) **José Marcelino Nunes**

[fl.2v]

Original da Carta de Liberdade que passou o **Barão de Jacuí** a um escravo de **J^o Glz. da Silva**

[anexo consta um bilhete, com outra letra, provavelmente de **Bernardo Pires**]

1822 7br^o 5

Graciosa Carta de liberdade passada pelo famigerado **Barão de Jacuí Francisco Pedro de Abreu Moringue** a um Soldado da **República Riograndense** que por tal fato já era plenamente liberto.

Jornal *DIÁRIO DO RIO GRANDE* – Ano III, n.432 – 12 abr 1850

[acervo do Museu de Comunicação Social Hipólito da Costa]

O Diário.

Temos a satisfação de anunciar que o **barão de Jacuí** debandou as suas forças. No dia 27 de março passara para este lado [da fronteira], a espera de reforços de **Missões** e outros pontos, a fim de dar um novo golpe no **Estado Oriental**; mas a 2 do corrente, depois de certa entrevista que tivera, debandou, como dissemos, a força a cuja testa se achava.

Este fato é de tão alta importância na atualidade, que muito folgamos de o anunciar aos leitores.

Acervo **Francisco Antônio Borges**

Pacote 16 – Correspondência firmada pelo **Barão de Jacuí** e familiares, endereçada a **Francisco Antônio Borges**

Declaro que a importância da hipoteca das Matas que o Sr. **Francisco Antônio Borges**⁸⁷ me passou é para garantia da fiança que eu lhe fiz para com o Sr. **Lopo Gonçalves Bastos**⁸⁸ e mais que tenho de lhe fazer a meu mano **João Pedro de Abreu**, e para sua clareza passo a presente declaração por mim feita e assinada. **Porto Alegre** 22 de outubro de 1862⁸⁹

(a) **Barão de Jacuí**

⁸⁶ No original: fourro

⁸⁷ No original: Fran^{co} Na^{to} Borge

⁸⁸ No original: Loupo Glz Bastos

⁸⁹ No original: Porto Al^c 22 de 8br^o de 1862

Ilmo. Sr. **Francisco Antônio Borges**⁹⁰

Ponta Rasa 4 de janeiro de 1842.

Amigo e Senhor. Recebi a sua carta que me dirigiu pelo **Sezario** [sic] capataz da cavallhada do Corpo e sobre os escravos pode vossa mercê⁹¹ contar com mais algum já não tenho mandado alguns porque tenho estado muito incomodado; mas logo que possa lhe hei de remeter a cindo como uma pessoa que sirva para cuidar na cavallhada vai à disposição de seu sogro em **Rio Pardo** trezentos e noventa 390 onças de ouro e cento e nove moedas de meais doblas [sic] entregues ao Furriel **Antônio de Souza**⁹² e ao **Rocha**⁹³ para dali eles levarem o que seu sogro determina vão oito contos de réis da minha conta e vossa mercê se precisar de mais me faça aviso para eu lhe por à sua disposição aonde detreminar [sic] ; se tiver mais gado de abundância que lhe sobre do seu fornecimento pode mandar para charqueada do **Cidade** pois ali tenho sal moído e tenho dado as providências para se poder receber mais mil bois de nossa conta mais[sic] que seja bom gado pois vossa mercê bem sabe para charquear deve ser bom o gado para não se perder .
Saúde e felicidades lhe deseja o seu amigo e obrigado

(a) **Fran^{co} Pedro de Abreu**

Ilmo. Sr. **Francisco Antônio Borges**⁹⁴

Passo da Cruz 9 de janeiro de [18]48

Amigo e Senhor.⁹⁵ Vai o meu capataz **Jesuino** com uma tropa de corte e leva ordem para lhe remeter para sua charqueada⁹⁶ trezentos bois que me fará o bem mandar beneficiar e pôr à disposição do Sr. **José Dias de Souza**⁹⁷ e quando ele não queira ficar com os ifetos [sic] me fará o bem vender pelo melhor preço que possa. Saúde e todas as fortunas lhe deseja este seu amigo e obrigado

(a) **Fran^{co} Pedro de Abreu**

no dia 20 deste mês pertendo [sic] fazer seguir uma tropa de 700 bois para cima para me fazer o bem mandar matar.

Amigo e Senhor

Bagé 19 de maio de [18]65

⁹⁰ No original: Fran^{co} An^{to} Borje

⁹¹ No original: vm.^{cc}

⁹² No original: Foriel An.^{to} de Souza

⁹³ No original: Roxia

⁹⁴ No original: Fran^{co} An^{to} Borje

⁹⁵ No original: Am^o e S^r

⁹⁶ No original: xarq.^{da}

⁹⁷ No original: J^o dias de Souza

O Cel. **Campos** não tem aparecido até agora eu encarreguei e contratei o fornecimento em seu nome com **José Lopes Ribeiro** e **Luís Ávila de Azevedo** para fornecer à Divisão até [...] tem a razão de 400 réis cada braça e de **pamoratin** para diante por 450. Estes moços me pedem; até para continuar neste fornecimentos mesmo em **São Borja**⁹⁸ portanto; eu acho muito bons moços e vossa mercê lhe fará conta continuar neste fornecimento e se vm^{ce}⁹⁹ tivesse vindo; tinha feiro melhor negócio; tendo de marchar para fronteira de **Uruguaiana** e **São Borja** a 1^a. Brigada do Cel. **Oribes** [sic] com 978 tantas praças ele[?]; vai fornecendo a razão de 450 réis por cada braça portanto vm^{ce} mande uma ordem e procuração¹⁰⁰ para eles fornecerem e poderem no fim do mês cobrar as livranças; o resto da força fica por oras até 2^a. ordem do Presidente para eu marchar suponho eu as 3 Brigadas marcharão com uma força de 2500 e tantos homens para que ficam 1 ou dois corpos da Divisão mais hei de reunir mais um ou dois em **São Borja** tenho de receber infantaria; Em fim esporo que vm^{ce} dê aqui uma Bragem[sic] para aregorar[sic] e isto melhor o compôs por oras não tem avisado; nada e seria muito bom que ele não queiram[sic]; pois estes moços aqui estou com 24 carretas de gêneros muito bons e já compraram 5 carretas e bois para acompanharem a força dizem que eles já forneceram o Exército em **Santa Luzia**¹⁰¹ e que conhecem muito; a oficialidade do Exército e [...] muito a m^o do Cel. **Fernandes** enfim eles estão pronto; a fornecer à Divisão por este preço portanto vm^{ce} vindo pode fazer este trato e pode ver se se faz mais alguns negócios; eu mando algum recurso para o Sr. **Lopo**¹⁰² poder fazer face [a] algum dos meus arranjos e como sabe estou com o meu gado empatado a espera do fornecimento e assim mais de duas mil rezes; de pessoas que me devem que estão pronto a pagar-me me gado se houver¹⁰³ parada na **Uruguaiana** ali tenho de receber duas mil rezes [...] [1v.] portanto estou, habilitando¹⁰⁴ para fazer qualquer trato com os mais sócios do Exército; e pertendo[sic] oferecer a eles e espero que fale ao Sr. **Benceslau**[sic] para que tem[sic] pacicia[sic] nas reformas com o Sr. **Carlos Vasques** que tudo se há de arranjar pois eu tenho esperança de dar um corte nas letras que sou obrigado este ano desponha[sic] deste seu amigo e obrigado¹⁰⁵.

(a) **Barão de Jacuí**

José Lopes Ribeiro segue para **São Borja** e **Uruguaiana** fornecendo à 1^a. Brigada ao mando do Cel. **Oribes**[sic] e **Luís Ávila de Azevedo** fica fornecendo o resto da força aqui; eu espero que vm^{ce} dê aqui uma chegada o o menos[sic] manda-me[sic] a procuração [sic] aos moços para no caso que o Sr. **Campos** não venha [...] para melhor pois esses estão fornecendo em seu nome e eu fiz um trato com eles para fornecer pelos preços acima e cobram no fim do mês portanto eu espero que vm^{ce} mande a procuração[sic] a toda preça[sic]

⁹⁸ No original: Sam Borje

⁹⁹ vossa mercê

¹⁰⁰ No original: precuação

¹⁰¹ No original: S^{ta} Lozia

¹⁰² No original: Loupo – Provavelmente Lopo Gonçalves Bastos

¹⁰³ No original: over

¹⁰⁴ No original: abitado

¹⁰⁵ No original: am^o e obr^o

Recebi a sua estimada de 11 do paçado[sic] e muito estimei que vm^{cc} entrace[sic] para o fornecimento pois eu lá já tinha dito aos homes[sic] que etentam[sic] uma nececidade[sic] de terem um sócio como o Sr. que tivece[sic] conhecimento disto e não tivece[sic] preguiça de montar a cavalo não tenho pacado bem de saúde mais que me axo[sic] melhor[sic] graças ao Criador mando [...?] de cavalos que recebi em pagamento do que se me deve para o Sr. **Loupo[sic]** me fazer obezequi[sic] cobrar e lhe dar três contos de réis. Sobre a letra de trezentos mil réis eu não me lembro de semelhante letra se é moderna é falça[sic]. Só se é antiga que eu acceitei para servir [a] alguma peçoa[sic] mando ordem ao Sr. **Nunes** para esclarecer bem dessa letra se for verdadeira pagar que mando dinheiro para isto; o digo do Brigadeiro **Paula Rangel** eu não me recorde de semelhante letra; só se é muito antiga como lhe dego neceçaro[sic] mando ordem de pagar é uma [...?], que levo as coisas até aqui me tem coroido[sic] muito a [...?] **Deos** premita[sic] que o ano que vem seja mais feliz [...?] sinto as necessidades que tem paçado[sic] por respeito; mais[sic] vm^{cc} sabe que é de vida, [...?] e de ver eu que me tem corido mais não uma; vazante que não traga xeia[sic] consta por aqui que vem uma grande emigração da Colonias; da asubria[?] do Norte será uma fortuna para esta Província [1v] seria preciso escrever para o **Rio** a fim de se [...?] melhor se para esta Província¹⁰⁷ não sei os meus sócios o que terão feito eu já tenho escrito para o **Rio** a esse respeito oferecendo as noças[sic] e mais teras[sic] e até oferecendo[sic] vender vacas de leite e alguns bois manços [sic] e cavalos para se me pagarem com prazo o[sic] à vista conforme o trato enfim o Sr. Ferraz aqui fez o diabo deu uma ordem que muito transtornou o **Ribeiro** e **Azevedo** que até agora não receberam dinheiro¹⁰⁸ nenhum mais[sic] o depois moderou a sua ordem mas¹⁰⁹ até agora não receberam nada; mas receber até o resto deste mês; e logo que recebam me pagarão o que me devem eu lhe remeterei alguma quantia¹¹⁰ desponha [sic] deste seu amigo obrigado e criado.¹¹¹

(a) **Francisco Pedro de Abreu**

muito¹¹² lhe agradeço as notícias das cousas e do charque¹¹³ e desejo que continue a dizer a respeito de agravos e mesmo¹¹⁴ de xarque[sic] e sal.

[com outra caligrafia]

¹⁰⁶ No original: S Borje

¹⁰⁷ No original: Pr^a

¹⁰⁸ No original: dr^o

¹⁰⁹ No original: mais. Ocorre várias vezes

¹¹⁰ No original: q^{ta}

¹¹¹ No original: am^o obr^o e cr^o

¹¹² No original: m^{to}

¹¹³ No original: xarque

¹¹⁴ No original: m^{mo}

Reconheço a assinatura e letra *retro e supra*, ser do próprio de que dou fé. **Porto Alegre**¹¹⁵ 9 de janeiro 1880. [assinatura sobre estampilha de 200 réis] (a) **Bento José de Faria**

Amigo e Senhor

Porto Alegre 2 de julho de [18]68

Junto lhe remeto duas Letras para fazer o bem sacar para reformas de outras que se vencem hoje no Banco a diferença que acrice[sic] é que eram em onças e foram reduzidas à moeda legal, espero me fará o bem de sacar pois já vai por mim aceitas todos os senhores me têm feito treçe[sic], o bem também vai a letra que me fez o bem sacar em 22 de junho passado como não se descontou vai já a minha firma inutilizada para vossa mercê inutilizar a sua firma do que lhe fico muito obrigado, e não lhe mandei ontem por andar muito ocupado deste seu amigo e obrigado.

(a) **Barão de Jacuí**

[Recibo]

Recebi de meu afilhado **Horácio**¹¹⁶ cento e oitenta e quatro mulas de dois anos para cima pertencente, à casa de sua mãe pelo preço de dez mil réis cada besta para nosso¹¹⁷ ajuste de contas e o restante lhe mandarei de **Porto Alegre**. **Estância Nova** 1º. de março de [18]69.

(a) **Barão de Jacuí**

dei por conta 150\$000 réis

(a) **Abreu**

Pela presente por mim feita, e por nós ambos [sic] assinado constituímos, por nosso procurador¹¹⁸ bastante e especial, ao Sr. **Francisco Antônio Borges** nesta Capital, em **São Leopoldo**, para poder vender colônias que temos, medidas e demarcadas na costa do arroio de **Santa Maria**, do **Mundo Novo**¹¹⁹ a razão de dois contos de réis; e mais seis, ou oito colônias do **Padre Eterno**; esta a três contos de reis cada colônia para o que lhe concedemos, todos os poderes que em direito conceder podemos, e daremos por firme, e valioso tudo quanto o nosso procurador fizer, e assinar, **Porto Alegre** 4 de janeiro de 1875.

[sobre a estampilha de 200 réis] (a) **Barão de Jacuí**

Ilmo. Sr. **Francisco Antônio Borges**

Contra fé

¹¹⁵ No original: Porto Al^e

¹¹⁶ No original: Oracio

¹¹⁷ No original: noço

¹¹⁸ No original: precurador

¹¹⁹ Taquara/RS

Ilmo. Sr. Juiz de Paz do 1º. Distrito, o **Barão de Jacuí** e sua mulher Baronesa do mesmo titulo, sendo credores de **Francisco Antônio Borges**, pela quantia mínima de cinquenta e três contos seiscentos e vinte cinco mil réis por ajustes de contas em suas transações e desejando promover a cobrança judicial requerem à V.Sa. que em conformidade do disposto no art. 1º., da disposição provisória se digne mandar notificar o Suplicado¹²⁰ logo que encontrado for neste distrito para a 1ª. audiência deste juízo falar aos termos conciliatórios sob pena de revelia e custas pede à V.Sa. deferimento – E Receberá Mercê, estava selado com a estampilha de duzentos réis na forma da Lei. **Porto Alegre** 12 de maio 1880. O Advogado **Hemetério José Veloso da Silveira** despacho como requer. **Porto Alegre** 12 de maio de 1880. **Gusmão**, nada mais continha em a dita petição e eu **João Antônio Cardoso**. Oficial de Justiça.

Certifico que intimei em sua própria pessoa ao Suplicado, **Francisco Antônio Borges**, por todo conteúdo da petição e despacho retro do que ficou bem ciente assim como do dia hora e lugar e lhe dei contra fé por me ser pedido o referido é verdade do que dou fé. **Porto Alegre** 13 de maio de 1880

Oficial de Justiça

(a) **João Antônio Cardoso** [sobre estampilha de 200 réis]

Continuando meu cunhado o **Barão de Jacuí** na convicção de que não deve a quantia por V.Sa. pedida na ação que executa, são inúteis meus bons ofícios para uma acomodação, o que comunico à V.Sa. para sua inteligência.

Agradecendo à V.Sa. as atenções, que comigo teve, tenho a honra de ser

De V.Sa.

Afetuosos Criado Obrigado¹²¹

(a) **Francisco Carlos de Araújo Brusque**¹²²

Porto Alegre 6 de junho de 1883

[Observação] Junto a esta documentação se encontra um impresso, danificado, com 19 páginas, intitulado: *QUESTÃO JUDICIARIA – ACÇÃO DECENDIARIA ENTRE PARTES – AUTOR- FRANCISCO ANTONIO BORGES – REÓS – O BARÃO DE JACUHY E SUA MULHER, BARONESA DE JACUHY – Minuta de agravo a fls. 136 dos autos contra o despacho do Dr. Juiz de Direito da 1ª. vara cível que recebo os embargos de fs. 57 sem condennação - PELO ADVOGADO – Dr. Trajano Viriato de Medeiros – PORTO ALEGRE – TYPOGRAPHIA DO CONSERVADOR – 51 Rua do Vigário José Ignacio 51 – 1881*

¹²⁰ No original: Supp.^{do}

¹²¹ No original: Afectº Crº Obr.

¹²² No original: Francisco Carlos de Arº Brusque

Memória sobre a guerra do Sul pelo Coronel Engenheiro

Victor Lourenço La Beaumelle

1827

Original com o Dr. J.A.A. de C. (20 de outubro¹²³ de 1872)

[fl. 10v]

Memória sobre as negociações de paz com **Buenos Aires**

A possessão da província **Cisplatina** pelo Império do **Brasil** pode considerar-se debaixo¹²⁴ de vários aspectos. Enquanto a extensão do território; é já tamanha a do império que esse acréscimo não é de muita entidade [sic]. O mesmo pode decir-se [sic] de sua povoação, é pouco numerosa e não se aumentará de um modo notável então que se conservar o sistema de carniceria¹²⁵, disfarçado com o nome de arte pastoril com que se beneficiam os férteis territórios, que abrangem seus limites. Não há dúvidas que duas campanhas de guerra, ou diretamente pelas mortes em campo de batalha e hospitais, ou indiretamente pelos casamentos que se atrasam, os prejuízos que padecem a agricultura, e comércio e a indústria, não minuiam [sic] a povoação do império, mais do que poderia aumentá-la a reduzida [sic] povoação da província **Cisplatina**. Não se pode dizer o mesmo baixo [sic] o respeito econômico. O domínio da **Cisplatina** seria mui vantajoso ao **Brasil**, não só pelas entradas das alfândegas e Décimas, cujos produto escassamente bastará a suprir [sic] os gastos da administração política, militar e eclesiástica, porém sim pelos meios que proporciona fazer menor o contrabando nas províncias do sul, e pela vantagem recíproca de fornecer ao comércio muitos artigos do comércio do **Brasil**, ao tempo que pelo consumo dos produtos principais da agricultura do Império. Ainda é maior essa importância baixo [sic] o respeito militar, por dar ao Império limites naturais e exigir menores forças para sua defesa. Isso é na suposição que a linha divisória desde o alto **Uruguai** atravessar a lagoa **Ibera** para seguir até os marcos do **Paraguai**. Se não esse território de **Missões de entre Rios** sendo na posse de outro estado tendria [sic] pelo império os mesmos inconvenientes que a província **Cisplatina**. Além disso observar-se-á que pela natureza da guerra atual, na qual a maior parte da povoação tomou partido, a vantagem de ter por limites rios caudalosos, não terá até alguns anos sua utilidade econômica de fazer menos custosa a defesa do território, pelo contrário, ainda depois de sometida [sic] a província será forçoso deixá-la algum tempo bem guarnecida para precatar [sic] uma nova revolução. Nesse estado das coisas, pareceu-me que talvez existiam meios que sem compro- [fl.11] meterem a glória do Império, lhe proporcionariam vantagens maiores do que a posse duvidosa de um território fértil mas pouco povoado, que aumentaria o poder e a influência política do nosso augusto soberano, que seria recebido com entusiasmos pelos mesmos cisplatinos; que abateria o orgulho e

¹²³ No original: 8brº

¹²⁴ No original: baixo

¹²⁵ abate de gado

preponderância da cidade de **Buenos Aires** ¹²⁶, deixando ao Imperador a suprema influência sobre a **América meridional**, aumentaria as relações comerciais marítimas do **Brasil**, fomentaria a agricultura no seu interior, daria uma nova existência a um estado amigo, o **Paraguai**, abriria aos bolivianos uma via até o **Atlântico**, e fazendo participar todas as nações civilizadas a um inagotável manantial [sic] de prosperidades daria ao nosso Imperador novos direitos aos aplausos, à veneração e ao agradecimento de ambos hemisférios. Essas vantagens me parecem bastantes para suavizar o acerbo [sic] que pode ser renunciar ou por melhor dizer dar outro nome à pretensão que até agora tem sido mais apoiadas pela Justiça que pela fortuna. Não se ignora a existência de um partido federalista em **Entre-Rios, Corrientes** ¹²⁷, e na mesma província **Cisplatina**. Sabe-se já que o governo de **Buenos Aires** desistindo das suas pretensões a tomar por limites a sua soberania e do antigo vireinado [sic], consentia a que a província **Oriental** fosse separada da união como o são o **Paraguai** e **Bolívia**. Sabe-se sobretudo que o só alvo de **Buenos Aires** é a conservação da navegação exclusiva do **Paraná** e que de isso resulta o estado de miséria em que estão as margens do **Nilo da América**. Tais são as considerações que me movem a apresentar o seguinte projeto, que presento[sic] em forma afirmativa, só para poupar tempo e sem dar por isso as minhas lembranças mais importância da pouca que merecem em atenção às minhas cortas luces [sic].

O Imperador do **Brasil** reconhece [sic] a Independência e soberania dos estados **Cisplatinos, Entre-Rios, Missões** (e **Paraguai**). Sai garante de ela [sic] para cada estado em particular e para os estados confederados em general [sic]. Sai igualmente garante da livre [sic] navegação do **Paraná** até a confluência do **Paraguai**.

Os ditos estados escolherão a forma de Governo que mais convenha a cada um, os negócios comuns [sic] à confederação, a saber as repartições diplomáticas e militares, e o manejo das rentas [sic] das alfândegas, correios, e casas de moeda, serão confiados a uma junta formada de uma comissão nomeada [fl. 11v.] pelo governo de cada estado. A presidência da Junta alterará anualmente entre os estados confederados. A Junta decidirá das discussões que nascerão entre os diferentes estados não tendo voz as partes litigantes, e no caso de Empate se remeterá ao Imperador do **Brasil** como juiz árbitro, e defensor perpétuo da confederação.

Os limites entre os estados da confederação do **Paraná** e do **Brasil** serão os seguintes.....A cidade da **Colônia do Sacramento**, sendo fundação brasileira ficará pertencendo ao **Brasil**, com o seu território desde ... até ... O porto da **Colônia** será franco.

Haverá aliança perpétua entre o Imperador do **Brasil** e a federação. No caso de guerra o Imperador contribuirá com ... de infantaria e artilharia, e a confederação com ... cavalaria.

Não só estabelecerá linha de alfândega entre as duas potências, nem entre os vários estados da confederação. Os produtos da agricultura a Indústria de qualquer das potências contratantes, não pagarão mais direitos de alfândega nos portos da outra que os mesmos pagam os da própria terra de esta. Essa convenção se

¹²⁶ No original: Buenos-aires

¹²⁷ No original: Corrientes

faz na suposição que há compensação entre as duas potência, no caso de verificar-se que uma das partes contratantes fosse agravada, será indenizada em dinheiro pela outra.

O Imperador negociará para que os tratados de comércio que têm concluídos fiquem comuns à confederação. Entre tão [sic] as pautas sobre os produtos europeus será posta sobre igual pé em ambos territórios. Os agentes diplomáticos, comerciais, os comandantes de forças terrestres e navais do **Brasil** prestarão aos cidadãos da confederação do **Paraná**, os mesmos auxílios que a cidadãos brasileiros e reciprocamente.

No caso de discussão entre ambas potência se remetem a arbitragem de **S.S.M.M.** os Reis de **Francia** [sic] e da **Grã-Bretanha** e de o Presidente dos **Estados Unidos de Norte América**.

Posto que a navegação do **Paraguai**, do **Paraná** acima da confluência de aquel [sic] e do **Uruguai** seja reservada a nações limítrofes, estarão inclusos no número de estas o Império e a república de **Bolívia**.

Não julgo necessário de ponderar as vantagens desse plano, porque são de tal natureza que se patentearão por si mesmo. Só enumerarei os estados para quem seria [fl. 12] mais vantajoso. O **Brasil** pela seguridade de sua fronteira meridional e a extensão do seu comércio. As províncias confederadas que pela sua união com o **Brasil** veriam sua independência segura e sua agricultura e comércio livre [sic] dos monopólios de **Buenos Aires**. O **Paraguai** no caso que no entrar na confederação sempre tenha que fazer causa comum com ele e participaria ainda mais aos benefícios da abertura do Rio. A república de **Bolívia** pela qual serão inutis [sic] os Rios **Vermelho** e **Pilcomaio** até que seja livre [sic] o desemboque delas no **Paraná**.

Todos os estados comerciantes de **Europa**, **Ásia** e **América**, aos quais se abre um imenso mercado seja para importação seja para exportação. **Buenos Aires** só poderia queixar-se e seus lamentos não poderiam interromper o concerto unanime de louvores com que o resto do universo obalaria [sic] e abençoaria essa nova prova de espírito magnânimo e generoso de que já deu tão relevantes testemunhos S.M.¹²⁸ O Imperador do **Brasil**.

Colônia do Sacramento 22 de junho 1827

(a) **Victor Lourenço La Beaumelle**
Coronel Engenheiro

Arquivo Souza Docca
Correspondência ativa do **Visconde da Laguna**
ao Presidente da Província **Salvador José Maciel**

Janeiro

¹²⁸ Sua Majestade

Como se acha reduzida a mui pequeno número de praças a **Companhia de Lanceiros Alemães** que veio da Corte, e sendo necessário preenche-la para melhor servir no Exército, espero do zelo, e atividade de V.Exa. que se prestará a este fim de bom grado, passando a engagear [sic] das Famílias Alemãs que ultimamente chegaram à Província para se estabelecerem como colonos, aqueles rapazes, e homens solteiros que estejam em circunstâncias de prestarem bons serviços, cujo engajamento [sic] scrá por tempo de um ano, e nele, além do subsídio de 160 réis¹²⁹ que a cada um pertence como colono, terão irremissivelmente os soldos, qualificações de 3.^a parte, rações e mais vantagens que têm os soldados de Cavalaria do Exército, e sem que por isso percam o direito de colonos, relativamente à sorte de terra que a cada um pertencer, para que depois de findo o prazo do engajamento [sic] possam tratar dos fins para que têm sido destinados pelo Governo.

Creio que muitos se oferecerão para este novo destino, levados sem dúvida pelas favoráveis condições que se propõem, e que serão religiosamente cumpridas; mas está da parte de V.Exa. o aceitar somente aqueles, de quem se possa esperar bons serviços, e melhor conduta; pois que os engajados [sic] para a **Campanha de 1826**, fizeram-se quase inservíveis pelos seus defeitos físicos, e morais, e mais serviram de peso, qu ede utilidade ao Exército.

Deus Guarde a V.Exa. Quartel General¹³⁰ de **São Francisco de Paula**¹³¹ 7 de janeiro de 1828.

Ilmo. e Exmo. Sr. **Salvador José Maciel**

(a) **Visconde da Laguna**

*

Não sendo lícito que, enquanto se procura por todas as formas imagináveis hostilizar o inimigo, e tirar-lhe todos os meios, e recursos com que possam subsistir, se tolere a navegação de iates, e outras e embarcações de menor lotação, que destinadas para a **Lagoa Mirim** a título de carregarem lenha, madeira, e outros efeitos estão mantendo um comércio ilícito, e até perigoso com o inimigo, ou com pessoas que, por estarem debaixo de sua influência, devem ser assim consideradas; e convindo proibir semelhante comércio que abusivamente vai-se intruduzindo, e que passará a excesso se houver mais tolerância nisso: queira V.Exa. dar as ordens e providências necessárias para que seja proibida na **Lagoa Mirim** toda a navegação que for da **Barra do Jaguarão** para o Sul, e que se fizer nos mesmos iates, ou outra qualquer¹³² embarcação mercante, e que seja para interesse particular; na certeza de que toda a embarcação que, depois de ser convenientemente pública esta proibição, for na mesma lagoa encontrada navegando da mencionada barra do **Jaguarão** para o Sul, ou fundeada em qualquer das suas margens, sendo naquele sentido, será apreendida, e reputada boa presa, e da maneira que se fosse tomada ao inimigo; para

¹²⁹ No original: r^s

¹³⁰ No original: Q^{cl} Gen^{al}

¹³¹ No original: S. Fran^{co} de Paula. Atual Município de Pelotas/RS

¹³² No original: q^l q^r

cujo efeito se dignará V.Exa. avisar-me do tempo em que se poderá fazer este anúncio, para¹³³ poder regular as ordens que houver de dar a tal respeito.

Deus Guarde à V. Exa. **São Francisco de Paula** 7 de janeiro de 1828.

Ilmo. e Exmo. Sr. **Salvador José Maciel**

(a) **Visconde da Laguna**

Fevereiro

Ilmo e Exmo Sr.

Havendo sido Despachados por Decreto de 12 de outubro do ano passado os Officiaes pertencentes aos Corpos desta Província ou empregados nela constantes da inclusa relação assinada pelo Tenente Coronel Secretário Militar, como me foi participada em Aviso de 8, e 10 de novembro do mesmo ano, expedidos pela Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, tenho assim de o comunicar a V.Exa. para que se sirva ordenar que nas Estações competentes se façam os assentamentos do costume. **Deus** Guarde à V. Exa. Quatel General do **Arroio do Meio** 9 de fevereiro de 1828.

Ilmo. e Exmo. Sr. **Salvador José Maciel**

(a) **Visconde da Laguna**
General em Chefe¹³⁴

[Relação – 3folhas]

[fl.1]

Relação dos Officiaes pertencentes aos Corpos desta Província, ou nela empregados, que foram Despachados por Decretos de 12 de outubro do ano passado, conforme a participação feita ao Ilmo. e Exmo. Sr. **Visconde da Laguna**, General em Chefe do Exército do Sul, por Avisos expedidos pela Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra de 8, e 10 de Novembro do mesmo ano.

¹³³ No original: p^a

¹³⁴ No original: G^l em Chefe

4º. Regimento de Cavalaria de 1ª. Linha do Exército

Para Tenente Coronel	O Tenente Coronel Graduado Manuel Barreto Pereira Pinto
Para Capitão da 5ª. Companhia	O Tenente do 5º. Regimento da mesma Arma e Linha, Patrício José Corrêa da Câmara
Para Tenente Ajudante	O Alferes agregado Joaquim Pedro Soares
Para Tenente em lugar de Bento Thomaz da Silva	O Alferes Sebastião Barreto Pereira Pinto
Para Tenente em lugar de Inácio José de Bastos	O Alferes agregado ao 3º. da mesma Arma, e Linha Francisco Inácio Pereira Nobre
Para Alferes Secretário	O Sargento Hipólito de Araújo Castro Ramalho
Para Alferes em lugar de Manuel Ferreira da Cruz	O Porta-Estandarte Bernardo Lopes Duro
Para Alferes em lugar de José Matias da Costa	O Porta-Estandarte do 3º. da mesma Arma e Linha, Carlos Augusto Nogueira
Para Alferes em lugar de Joaquim Antônio Centeno	O Porta-Estandarte do 3º. dito Serafim Joaquim de Alencastre
Para Alferes em lugar de Manuel do Couto Brandão	O Porta-Estandarte do 6º. da mesma Arma e Linha Francisco de Paula Medeiros
[fl. 1v]	
Para Alferes em lugar de Francisco Barreto Pereira Pinto	O Cadete do 5º. da mesma Arma e Linha Sebastião Xavier do Amaral
Para Alferes em lugar de José Pereira Marques	O Porta-Estandarte do 3º. da mesma Arma e Linha Francisco José da Silveira
Para Capitão agregado	O Tenente Inácio José de Bastos

5º. Regimento

Para Capitão da 1ª. Companhia	O Tenente do 3º. da mesma Arma e Linha Sebastião José de Brito
Para Capitão da 7ª. Companhia	O Tenente do dito 3º. Regimento Germano Teodoro Xavier
Para Tenente em lugar de Alexandre José Machado	O Alferes do 4º. Regimento da mesma Arma e Linha Manuel de Couto Brandão
Para Tenente em lugar de Patrício José Corrêa da Câmara	O Alferes do 3º. da mesma Arma e Linha Manuel Luiz Osório
Para Alferes Quartel-Mestre	O Sargento Quartel-Mestre Manuel Antônio da Silveira
Para Alferes Secretário	O Sargento José Antônio Rodrigues Pereira
Para Alferes em lugar de José Vieira de Macedo	O Cadete João Propício Menna Barreto
Para Alferes em lugar de José Ferreira Jardim	O Cadete Francisco de Paula Menna Barreto
Para Alferes na vaga que em 1825 deixou Patrício José Corrêa da Câmara	O Cadete Agostinho José Pires da Silvairia Casado
Para Alferes em lugar de Marcos [fl. 2] Alves de Azambuja	O Cadete José Maria do Amaral
Para Alferes em lugar de João da Silva Barbosa	O Cadete do 3º da mesma Arma e Linha Joaquim de Andrade e Araújo
Para Alferes na vaga que em 1825 deixou Francisco de Paula do Amaral	O Cadete do dito 3º Regimento José Vitor de Oliveira Pinto
Para Alferes na vaga que em 1825 deixou Luís Soares Coimbra	O Cadete do dito 3º Regimento José Pinheiro de Ulhoa Cintra
Para Capitão agregado	O Tenente do dito 3º. Regimento Joaquim Eugênio da Costa
Para Alferes agregado	O Sargento do 6º da mesma Arma e Linha Francisco José de Almeida

6º Regimento

Para Tenente Quarte-Mestre	O Quartel-Mestre agregado ao 5º Matias José de Barros
Para Tenente da 8ª Comapnhia	O Alferes do 4º. da mesma Arma e Linha Joaquim Antônio Centeno
Para Tenente em lugar de Cláudio José dos Santos	O Alferes Quartel-Mestre Elias Daniel da Silva
Para Tennete em lugar de Antônio Duarte Reis Villas Boas	O Alferes José Egídio Rodarte
Para Alferes da 6ª Companhia	O Porta-Estandarte do 4º da mesma Arma e Linha Francisco Lucas de Oliveira
Para Alferes em lugar de Luís Pedro Lecór	O Cadete do 5º Regimento da mesma Arma José Alves de Moraes [fl. 2v]
Para Alferes em lugar de José Egídio Rodarte	O Sargento do 4º Regimento da mesma Arma e Linha, José de Medina Martins

Oficiais promovidos a Majores de diversos Corpos de 2ª. Linha da Província

Para Major do Batalhão 46 de Caçadores de 2ª. Linha	O Capitão do 7º Batalhão de Caçadores de 1ª. Linha José Luís de Andrade
Para Major do Regimento 22 de Cavalaria Ligeira de 2ª. Linha	O Major do Regimento 25 da mesma Arma e Linha Belquior da Costa Rebelo Corrêa e Silva
Para Major do Regimento 23 da mesma Arma e Linha	O Capitão do 5º Regimento de Cavalaria de 1ª. Linha Ricardo Alves de Macedo
Para Major do Regimento 24 da mesma Arma e Linha	O Capitão do 5º Regimento Domingos José da Silveira

Regimento de Cavalaria Ligeira N. 20 de 2ª. Linha do Exército

Para Major	O Capitão adido ao Estado Maior do Exército, Ajudante de Ordens do Governo das Armas deste Província, João Antônio Mendes Tota
Para Capitão da 3ª. Companhia	O Tenente da Mesma Félix José Bernardes
Para Tenente da 1ª. Companhia	O 1º. Sargento Antônio Pereira Nunes
Para Tenente da 3ª. Companhia	O Alferes da mesma Eufrásio José Dias
Para Alferes da 1ª. Companhia	O Porta-Estandarte da mesma Antônio Rodrigues ¹³⁵ Braga
Para Alferes da 3ª. Companhia	O 2º. Sargento da mesma Vitorino Corrêa da Silva
Para Alferes da 5ª. Companhia	O 1º. Sargento da mesma Antônio Silveira Bitancourt
Para Major agregado	O Capitão do 5º. Regimento de 1ª. Linha Manuel Godinho Leitão de Aboim [fl.2]

Reformados na forma da Lei

O Major	Marçal José da Fonseca
O Capitão da 3ª. Companhia	Alexandre José Bernardes
O Tenente da 1ª. Companhia	Manuel José Sanhudo
O Alferes da 1ª. Companhia	Joaquim Raimundo
O Alferes da 5ª. Companhia	Nazário Antônio dos Santos

Oficiais de 1.^a e 2.^a Linha da Província

Par Coronel efetivo do Regimento de Cavalaria Ligeira Nº 21 de 2. ^a Linha	O Coronel agregado ao mesmo Regimento Sebastião Xavier de Carvalho
Para Tenente-Coronel efetivo	O Tenente-Coronel Graduado Secretário Militar do Exército do Sul José Joaquim Machado de Oliveira ¹³⁶
Passagem do mesmo Posto, para o 6. ^o Regimento de Cavalaria de 1. ^a Linha, ao qual ficará agregado	José Antônio Lopes de Souza Alferes adido à Legião de 1. ^a Linha da Província de Mato Grosso

Quartel General do **Arroio do Meio** 9 de fevereiro de 1828.

(a) **José Joaquim Machado de Oliveira**¹³⁷
 Tenente-Coronel Secretário Militar

[fl.2v]

Enviu-se por cópia a relação de que trata este ofício ao Coronel Vedor para mandar¹³⁸ fazer os assentamentos do costume.

Acusou-se a recepção em 29 de fevereiro de 1828

•

Ilmo. e Exmo. Sr.

Devendo inteirar a V.Exa. da administração que mando estabelecer na Vila do **Rio Pardo**, para tratar de amansar¹³⁹ potros, que possam servir para remonta da Cavalaria, visto que vai-se sensivelmente diminuindo este recurso na Província, não o posso melhor fazer que transmitir ao conhecimento de V. Exa., por meio da inclusa cópia, a forma porque o prático, na pessoa a quem incumbo de semelhante objeto; e porque julgo que este plano merecerá a adoção de V. Exa., espero nesse sentido que haja de dar as providências que dependerem de V. Exa., ou da **Junta da Fazenda Pública**, mormente no artigo prestações de numerário para a continuação da compra destes animais; e que haja V. Exa. de cooperar com os seus bem conhecidos desvelos, zelo, e energia para o arranjo, e vom êxito da mencionada administração.

Deus Guarde¹⁴⁰ a V. Exa. Quartel General¹⁴¹ do **Telho**¹⁴² 24 de fevereiro de 1828.

Ilmo. e Exmo. Sr. **Salvador José Maciel**

(a) **Visconde da Laguna**

General em Chefe

P.S. É da mais instante necessidade que o Arrendatário do mencionado Rincão saia do mesmo, o quanto antes, desfazendo-se algum trato que ainda subsista, pois que além de não ter disso resultado benefício algum à Nação, precisa-se do Rincão para o estabelecimento acima dito.

[anexo – fl. 1]

Cópia

Em consequência das informações que tenho tido, que Vossa Mercê¹⁴³ não se poupa ao Serviço Imperial, e que muito se desvela em desempenhar quanto neste sentido se lhe encarrega, e sempre com o mais vivo interesse e louvável patriotismo; é por isso que ma animo a convidá-lo que ainda por esta vez despenda os seus bons serviços a bem da causa geral, e desta Província, pela forma seguinte = Não ignora V. M^{ce} o

¹³⁸ No original: m^{dar}

¹³⁹ No original: amañçar

¹⁴⁰ No original: D^s G^c

¹⁴¹ No original: Q^{el} G^{el}

¹⁴² Arroio do Telho. Município de Jaguarão/RS

¹⁴³ No original: V. M^{ce}

estado diminuto a que estão reduzidas as Estâncias desta Província a respeito de Cavalhadas, e que sendo já dificultoso comprarem-se cavalos para remonta do Exército, este mal se aumentará com o prosseguimento da guerra, sendo que não se pode prescindir deste indispensável artigo para a continuação da mesma guerra: em vista pois destes poderosos motivos, e para bem de preveni-los tenho disposto que se compre aos Fazendeiros a maior porção de Potros que seja possível a fim de se amansarem em um só lugar, e debaixo das vistas de uma pessoa zelosa que tudo disponha com acerto, e prontidão = O lugar nenhum outro se me informa que seja mais adequado para esse fim, que o **Rincão do Estado da Vila do Rio Pardo** (mais conhecido pelo nome de = **Rincão d'El Rei**); e a pessoa é V. M^{ce} a quem peço que se incumba da direção e administração deste objeto; e convencido de que aceitará de bom grado, por isso passo a dispor o seguinte = Deverá V.M^{ce} tratar logo da compra dos Potos que quiserem vender os Estancieiros [sic], ou dirigindo-se a eles diretamente, ou incumbindo a alguma pessoa zelosa que promova a mesma compra, e pelo menor preço possível, para cujo fim deverá já dispor da quantia de um conto novecentos trinta e seis mil trezentos e noventa e um réis que se acha em poder do Almoxarife da **Vila do Rio Pardo**, e a quem vai a inclusa ordem a selo volante para ser-lhe entregue; e para o futuro das somas que lhe deverão ser prestadas, à requisição sua, pela **Junta da Fazenda** desta Província; a cujo respeito me entendo agora com o Exmo. Presidente para a pronta prestação das somas exigidas por V. M^{ce} para esse fim.

Os Potros comprados deverão ser imediatamente recolhidos no mencionado **Rincão do Rio Pardo** a cargo de um bom Capataz, e piães [sic] proporcionados ao [fl. 1v] ao número que for-se adquirindo; e assim feito tratar-se-á de domá-los pelo estilo do País¹⁴⁴, e em o menos tempo que for possível, havendo porém nisso o maior desvelo para que nem saiam os cavalos desmanchados, ou defeituosos, e nem deixem de ficar em estado de que qualquer os possa montar, e para cujo efeito se escolherão bons adomadores [sic], que poderão servir também de piães [sic], e a quem se pagará mais por esse serviço. = Os cavalos assim postos serão conservados ali, e de forma que possam engordar, e estarem aptos para qualquer serviço que se dependa; tendo V. M^{ce} o maior cuidado possível para que se não extraviem dali um só sem ser por minha expressa ordem. = O Capataz pode ser o Tenente¹⁴⁵ **Manuel José Machado da Picada**, que além de ter capacidade para isso, já foi, ou ainda está incumbido de um semelhante serviço, estipulando-se-lhe o mesmo ordenado que tinha de doze mil e oitocentos réis por mês; e os peães [sic] deverão perceber o de quatro mil réis, ou de seis mil réis se forem ao mesmo tempo domadores¹⁴⁶. = Estas despesas entrarão nas gerais da administração, das quais deve prestar contas ao Exmo. Presidente da Província, ou diretamente à **Junta da Fazenda**, se acaso tiver ordem para isso. = Todos os meses dirigir-me-á uma conta do estado da cavallhada, isto é, o número de potros comprados e o preço, os que foram ficando em circunstâncias de serviço, e tudo o mais que deva chegar ao meu conhecimento. = Do Capitão-Mor **Manuel Pires da Silveira Casado**, para cujo efeito vai o officio

¹⁴⁴ Rio Grande do Sul

¹⁴⁵ No original: Ten^c

¹⁴⁶ No original: adomadores

incluso a selo volante, receberá V. M^{ce} com potros, que eles e os nomeados no mesmo ofício, oferecerão gratuitamente para serviço do Exército. = Estes deverão logo entrar para o rincão e praticar-se com eles o que acima vai disposto. = Finalmente nem tenho tempo para mais insinuações, e nem o seu discernimento, e prática precisa de mais; contudo se alguma outra forma houver que facilitando os meios, para conseguir-se o mesmo resultado, deve indicar-me para tomar em consideração. = **Deus** Guarde a V. M^{ce} = Q^{el} Gen^{al} do **Telho** 24 de fevereiro de 1828 = Sr. Capitão **Antônio Simões Pires** = **Visconde da Laguna** = General em Chefe – Está conforme (a) **José Joaq^m Machado d'Oliveira**. T^o Cor^{el} Secr^o M^{ar}¹⁴⁷

[Fl. 2v] Respondido a 8 de março de 1828

Março

Ilmo. e Exmo. Sr.

Como retira-se para a Corte o Sargento-mor **Quintiliano José de Moura**, que comandava o **Registro de Santa Vitória**, e convindo pôr naquele ponto um Oficial que bem desempenhe o serviço que deve ali praticar, e que coíba quanto se¹⁴⁸ possa a passagem dos desertores e facinorosos que se evadem desta Província, e vão refugiar-se me **Lages**, onde é constante achar-se uma multidão destes malvados, tenho para esse comando nomeado o Capitão **Bento Lopes de Leão**, que parecendo-me desempenhará bem esse emprego desejarei que mereça a mesma confiança e aprovação de V. Exa., servindo-se levar isto ao conhecimento da **Junta da Fazenda Pública**.

Por esta ocasião cumpre lembrar a V. Exa. que sendo notório que a **Vila de Lages** está acumulada de desertores, e facinorosos, e foragidos desta Província, é bem que V. Exa. depreque ao Presidente da Província de **Santa Catarina** que mande por quantos meios estiverem ao seu alcance diligenciar a captura de semelhante gente tão infesta, quão¹⁴⁹ pernicioso ao próprio lugar aonde permanece, e que apreendidos que que [sic] os remeta a essa Capital para terem o conveniente destino, ordenando o mesmo Presidente ao Comandante Militar que para o futuro não admita tais indivíduos naquele lugar.

Deus Guarde à V.Exa. Quartel General da **Estância do Leivas** 3 de março de 1828.

Ilmo. e Exmo. Sr. **Salvador José Maciel**
(a) **Visconde da Laguna**

¹⁴⁷ Tenente-Coronel Secretário Militar

¹⁴⁸ No original: scr

¹⁴⁹ No original: quam

Ilmo. e Exmo. Sr.

Pela parte que deu o Coronel **Souto** que a V. Exa. remeto por cópia verá V. Exa. no conhecimento dos projetos do inimigo e ainda que o canal pelo qual a mesma foi adquirida possa merecer alguma dúvida contudo não deve ser desprezada pois tenho dados suficientes para crer que o inimigo persiste [sic] no plano do ano passado.

Como convém quanto antes destruir a frotilha [sic] inimiga que se acha na **Lagoa Mirin**¹⁵⁰ é para desejar que as Barcas que V. Exa. tem mandado armar cheguem quanto antes ao sangradouro para que todos¹⁵¹ juntos possam empreender a sobredita comissão com segurança de não serem batidas faz-se necessário que as suas tripulações sejam compostas de bons marinheiros pois que os Soldados de **Santa Catarina** são quase todos crianças que nada farão à bateria¹⁵² da Barra. V. Exa. melhor do que eu poderá avaliar a sua importância assim como a escolha do local e natureza da sua construção = muito conviria que que [sic] V. Exa. pudesse chegar ao **Rio Grande** para com a sua presença ativar o que há arranjar.

Ao **Barão do Rio da** [fl. 1v] **Prata** devo dar parte do projeto do inimigo sobre a Barra porém onde estão os paquetes que ele devia mandar mandar [sic] agora uma embarcação [sic] nacional é arriscado porquanto sobre a Barra se acha um corsário¹⁵³ inimigo assim vou ver se por algum navio estrangeiro lhe poderei escrever o que não deixa de ser ao acaso.

Deus Guarde à V.Exa.

Quartel General no **Campo do Leiva** [sic]

8 de março de 1828.

Ilmo. e Exmo. Sr. **Salvador José Maciel**

(a) **Visconde da Laguna**

General em Chefe

[fl. 2v] Respond^o em 24 de março de 1828

[Anexo – Carta do Cel. **Souto**]

Cópia de um artigo de uma carta que o Coronel me escreveu, datada a 29 de fevereiro próximo passado.¹⁵⁴

Há cinco dias esteve um sujeito (que fingiu ir daqui fugido para que dei ordem para o prenderem) em casa do pai de **Leonardo**, e ali ouviu contar o seguinte que até¹⁵⁵ deve servir de governo no caso de queres acreditar, depois de indagar muito digo depois de indagar muito quantas embarcações estavam no sangradouro, disse que ali mesmo iam ser atacadas logo que acabassem de aprontar os dois lanchões que

¹⁵⁰ No original: Lagoa do Mirin

¹⁵¹ No original: tondos

¹⁵² No original: bateria

¹⁵³ No original: curcario

¹⁵⁴ No original: pp.

¹⁵⁵ No original: té

estavam a cloncluir [sic] no **Cebolati**¹⁵⁶, e que ao mesmo tempo havia de ser atacada a **Barra do Rio Grande** por uma esquadrilha que anda na costa: disse mais **Leonardo** que todos os dias esperava toda a Infantaria que tinha saído de **Dorasno** [sic] e **Caneloens** [sic], e que esperava vir para baixo com grande força por ter mandado reunir tudo quanto havia de homens em **San Carlos**¹⁵⁷, **Rocha**, **Minas**, **Saboiati** [sic], onde estava o Coronel **Fº** com 150 homens de proteção às embarcações que ali se achavam as partidas que há fora são 180 homens na **Angustura** com as sua avançadas em **Santa Tereza**¹⁵⁸, e 80 homens em **S. Miguel**. Eis as notícias que tenho, nada mais sei. =

•

Ilmo. e Exmo. Sr.

Tendo seguido para essa Capital o Desembargador Auditor Geral deste Exército **José Maria Sales Gameiro de Mendonça Peçanha** para o fim de pôr em prática o Conselho de Guerra permanente que aí mando estabelecer a fim de julgar os réus militares que se conservam nessa Capital, ou para a mesma forem remetidos; e podendo o referido Auditor servir como tal nos Conselhos dos réus o Major **Francisco Soares da Costa Leiria**, o Comissário Pagador **João Rangel de Azeredo Coutinho**, e o Alferes **Pedro Cardoso**, para os quais solicitei de V. Exa. a nomeação de um Magistrado que servisse de Auditor, a não estarem contudo tais Conselhos já iniciados, faz-se por isso dispensável esta requisição; dirigindo-me neste sentido aos Presidente nomeados para os referidos Conselhos.

Deus Guarde à V.Exa. Quartel General no **Campo do Leivas** 25 de março de 1828.

Ilmo. e Exmo. Sr. **Salvador José Maciel**

(a) **Visconde da Laguna**

Abril

•

Ilmo. e Exmo. Sr

Tendo-se da maior necessidade que se forneça rações de grão à cavallhada do Exército para que possa melhor conservar-se, e prestar serviços em todas as ocasiões, fazendo-se então dispensável o extraordinário número que, sem este recurso, conviria haver no mesmo Exército para as operações de guerra; e por que a cultura dos artigos desta espécie não é ainda em proporção do que se exige para semelhante fim; convém que V. Exa. tome em consideração este objeto, dignando-se convidar aos proprietários Lavradores da Província para que promovam com o maior desvelo e assiduidade, na próxima futura estação, grandes plantações de milho e cevada, que forem possíveis, e segundo as forças de cada um; sendo igualmente oportuno que V. Exa. lhes assevere que tudo quanto colherem destas duas espécies

¹⁵⁶ No original: Saboiati

¹⁵⁷ No original: S. Carlos

¹⁵⁸ No original: S. Thereza

ser-lhes-á comprado a dinheiro à vista, e pelo preço que for razoável, para forrageamento da Cavalaria do Exército.

Deus Guarde à V.Exa. Quartel General do **Campo do Bote** 8 de abril de 1828.

Ilmo. e Exmo. Sr. **Salvador José Maciel**

(a) **Visconde da Laguna**

[fl.2v]

Oficiou-se à Câmaras da Província em 23 de abril de 1828 para promoverem a plantação de que trata este ofício.

Respondido no mesmo dia.

Abril de 1828

Ilmo. e Exmo. Sr.

Tendo visto o Edital que a **Junta da Fazenda** desta Província mandou publicar nessa Cidade, e nas Povoações da Província, sobre a arrematação do futuro fornecimento de carne verde ao Exército do meu comando, julgo dever prevenir o seguinte para conhecimento dos licitantes, e evitar dúvidas que possam sugerir-se sobre a forma de prestar este fornecimento.

Podem ocorrer circunstâncias que me induzam a estacionar o Exército na próxima futura estação em diversos pontos, dividindo em Divisões ou Brigadas conforme as capacidades locais; ou pode também ser que não adote semelhante medida, e que convenha conservar o mesmo Exército reunido, ou tê-lo em contínua mobilidade. É preciso pois que a arrematação seja baseada sobre qualquer das circunstâncias ponderadas, e que o arrematante fique sujeito a verificar tal fornecimento exatamente em qualquer estado ou detalhe que se tome.

Pertendia [sic] declarar isto mesmo a V. Exa. quando a Junta deliberou sobre este objeto, e exigiu o projeto de condições formalizado pelo Chefe da Repartição do Commissariado; porém como tem-se dado já andamento a isto, devo adiantar estas observações, por considerá-las da maior importância.

Deus Guarde à V.Exa. Quartel General do **Rincão do Bote** 11 de abril de 1828.

Ilmo. e Exmo. Sr. **Salvador José Maciel**

(a) **Visconde da Laguna**
General em Chefe

Ilmo. e Exmo. Sr.

Achando-se a Cavalhada do Exército bastantemente abatida, e o inverno principiado, nesta data officiei ao Exmo **Visconde de Castro**¹⁵⁹ Comandante da **Vila e Fronteira do Rio Pardo**, para promover a compra de três mil cavalos com a maior brevidade que fosse possível, pelo preço que se podem alcançar; a fim de se não paralisarem as operações do Exército; por me persuadir que pouca vantagem se poderá conseguir das diligências em que andam os officiaes que mandei à **Missões** para esse fim; visto as ocorrências daquela Fronteira.

Em consequência pois se faz preciso que V. Exa. se sirva, não só de dar as providências que julgar necessárias para o pagamento desta cavalhada; como mesmo para que nos Distritos dessa Banda da Capital, se comprem, com a mesma brevidade, o maior número de cavalos, e bestas muares que for possível, que deverão ser remetidas com direção ao Exército pelo caminho mais seguro; mandando V. Exa. passar dita cavalhada na **Barca de Passagem** dessa Capital; avisando-me com antecipação a fim de eu dar as providências que as circunstâncias exigirem para a segura recepção; contando eu certo que V. Exa. à vista do que fica exposto, empregará todos os meios precisos para conseguir-se o melhor resultado desta diligência, da qual depende a glória das Armas do Império.

Deus Guarde à V.Exa. Quartel General no **Rincão do Bote** 27 de maio de 1828.

Ilmo. e Exmo. Sr. **Salvador José Maciel**

(a) **Visconde da Laguna**

Ilmo. e Exmo. Sr.

Não podendo ser julgado em Conselho de Guerra o paisano **Brígido Rodrigues**, preso na Prisão Militar dessa cidade, porque tendo servido no Exército na qualidade de guerrilha, passou-se para o inimigo, e na irrupção desta Fronteira no ano passado, ajuntou-se a uma Partida inimiga, que saqueou uma parte do território de **Bagé**, e a ele imputam o horroroso massacre de uma família inteira daquele Distrito, apresentando-se ao depois disso ao Comandante de **Bagé**; o que tudo se depreende dos officios anexos¹⁶⁰; queira V. Exa. mandar proceder contra ele pelo foro competente, e ao que poderá dar direção um requerimento que me foi apresentado pelo irmão do chefe da família assassinada, e que tendo remetido ao Coronel Comandante da Guarnição dessa Capital, a este ordeno agora que o passe às mãos de V. Exa. com os mais papéis, que possam dar matéria para esse procedimento.

¹⁵⁹ João de Castro Canto e Melo, 1º. Visconde de Castro

¹⁶⁰ Não constam.

Cumpra também prevenir a V. Exa. que semelhantemente ordene ao referido Coronel que ponha à disposição de V. Exa. o mencionado preso, fazendo sustar os termos, que já se haviam iniciado pelo foro Militar.

Deus [fl. 1v] Guarde à V.Exa. Quartel General no **Rincão do Bote** 28 de maio de 1828.

Ilmo. e Exmo. Sr. **Salvador José Maciel**

(a) **Visconde da Laguna**
General em Chefe

[fl. 2v]

Acusou-se a recepção deste ofício em 14 de junho de 1828.

Todos os documentos que acompanharam este ofício e os mais que pelo Cor^{el} **Brusco**¹⁶¹ foram enviados, em 17 do mesmo mês e ano se transmitiram ao Juiz de Fora do **Rio Grande** para proceder contra o réu **Brígido Roz**.

®

Junho

Ilmo. e Exmo. Sr.

Tendo-me V. Exa. feito ver pelo seu ofício de 214 de maio passado, que não se havia concluído a arrematação das carnes verdes para fornecimento do Exército, por falta de concorrentes; e sendo este um objeto para o que se deviam tomar prontas providências, convenci ai antigo contratador **Antônio José Gonçalves Chaves**, que devia espaçar por mais dois meses o prazo pelo qual se obrigou a fornecer ao Exército; isto é, além do motivo ponderado, por ser indicado por V. Exa. no seu citado ofício, e por fazer-se puramente impraticável o ser promovido este fornecimento por compra de gados aos fazendeiros, pois que as dificuldades expandidas nos meus ofícios de 24 de janeiro, e 13 de maio deste ano faziam-se muis [sic] salientes. Os artigos do contrato que em cópia inclusa dirijo a V. Exa. para ser presente à **Junta da Fazenda**, são os que nesta prorrogação foram estatuídos¹⁶² entre o mesmo fornecedor, e o Comissário encarregado da distribuição nesta campo; e só deixam de ser idênticos ao primeiro contrato na condição expressa na 2^a. parte do artigo 4^o., quando exige, que os documentos para o Contratador haver da mesma Junta a importância mensal do fornecimento, sejam passados e autenticados pelo referido Comissário, e não pelo Chefe da Repartição quando se não achar no Exército, como se praticara na primeira arrematação: esta circunstância, não me parecendo lesiva à **Fazenda Nacional**, se fazia de conveniência ao Contratador, pela independência em que fica de exigir tais documentos do Chefe da Repartição, e da delonga que isso lhe ocasionava, e que não era sem gravame de suas transações; e não estando o mesmo Chefe ao alcance da distribuição se não por transmissão das contas que este lhe presta, parece mais

¹⁶¹ Cel. Francisco Vicente Brusco

¹⁶² No original: statuidos

legal e razoável, que seja esse o próprio que autorize a distribuição, e passe os documentos precisos.

À vista pois do que fica dito, e do novo contrato com o antigo Fornecedor pelo prazo de dois meses, é indispensável que, quando ocorra algum outro arrematante, que queira verificar este fornecimento por qualquer modo que seja, deva só começar a sua prestação quando expire o prazo pré-fixado dos dois meses, qualquer que seja a vantagem que disso possa sobressair à [fl. 1v] **Fazenda Nacional**; porque, a não ser com semelhante condição, não se conseguiria do Arrematante a prorrogação do seu fornecimento, visto que para isso lhe convinha contrair ajustes antecipados, e compras de gado, a fim de não vir a mancar [sic] o mesmo fornecimento; não sendo igualmente admissível que viesse a ficar o Exército na horrível contingência de incertezas sobre os meios da sua imprescindível manutenção.

Deus Guarde à V.Exa. Quartel General do **Rincão do Bote** 16 de junho de 1828.

Ilmo. e Exmo. Sr. **Salvador José Maciel**

(a) **Visconde da Laguna**

[fl. 2v] Resp^{do} em 30 de julho de 1828

[carta anexa]

Artigos do Contrato da Carne verde para o Exército

Rubricado por Sua Excelência **Visconde da Laguna** General em Chefe

Digo eu abaixo assinado **Antônio José Gonçalves Chaves**, que contratei com o Sr. **Joaquim do Nascimento Correa** Comissário Encarregado da Direção do fornecimento do Exército junto ao Quartel General o abastecimento das carnes verdes para fornecimento do mesmo Exército pelo prazo de dois meses, que devem ter princípio do primeiro de junho até trinta e um de julho do presente ano debaixo das condições seguintes a saber.

1°. Que me obrigo a fornecer [a] todo o Exército durante o tempo de dois meses, em qualquer dos pontos em que o mesmo se ache, quer seja nesta Província, quer seja na **Cisplatina** reunido, ou separado em diferentes pontos.

2°. Que se me pagará por cada [sic] uma libra de carne o preço de vinte cinco réis em dinheiro, no mês imediato àquele em que forneci, e quando não possa ser por este meio se me passará documento todos os fins dos meses, para haver o meu pagamento na **Junta da Fazenda**, e quando se falte a esta ficará desonerado deste contrato.

3°. Que me obrigo a fornecer [a]o Exército com carne sã, limpa e o mais gorda possível, atendendo-se as estações do inverno.

4°. Que fornecerei por [...manchado] Encarregados das Divisões, Brigadas, ou Corpos, e nunca [...manchado] Corpos, e só [...?] Encarregados do fornecimento [...manchado] para haver o pagamento na **Junta da Fazenda**, serão passados, e

autenticados pelo Encarregado da Direção do fornecimento do [...] Quartel General [...manchado] do Chefe da Repartição quando não se achar no Exército. [fl. 1v]

5º. Acontecendo que a Tropa recuse receber alguma carne por estar de demasiada magra, ou cansada será obrigada a dar-lhe outra melhor, devendo proceder-se a exame a fim de se ver se a carne rejeitada é ou não capaz de se receber, porque a estar capaz o rematante não deve sofrer prejuízo.

6º. Que quando aconteça por algum acidente faltar carne se comprará a custa do contratador.

E para onde convir se lavrarão dois do mesmo teor, um que fica em meu poder, e outro em poder do Comissário Encarregado da Direção do fornecimento do Exército, ambos assinados por mim, pelo dito Comissário, e confirmado pelo Exmo. Sr. **Visconde da Laguna** General Comandante em Chefe do Exército.

adição

A carne será entregue morta nos lugares aonde a Tropa estiver a minha custa.

Acampamento na **Estância do Marques** 12 de junho de 1828. Assinado **Antônio José Gonçalves Chaves**.

Está conforme

(a) **Joaquim do Nascimento Correa**

Comissário do Exército junto ao Quartel General

*

Ilmo. e Exmo. Sr.

Remetendo-me V.Exa. com o seu ofício de 20 de maio próximo passado os Avisos em cópias de 23 de fevereiro, e de 16 de março deste ano, que lhe foram expedidos pela Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, assim como uma mala de lona das que ultimamente se fizeram no Arsenal da Corte, segundo o modelo dado pelo Marechal **Brown**, e um par de esporas de metal, por amostra; e carecendo V.Exa. da minha decisão para participar ao Exmo. Ministro daquela Repartição, se convém a continuação da fatura de semelhantes objetos: cumpro dizer-lhe, que acho conveniente, que se prossiga na fatura dos mesmos objetos, por parecer-me apropriados para o uso da Cavalaria. Quanto porém às clavinhas raiadas, não achando o seu uso adotado ao serviço dos Corpos de Cavalaria Ligeira, julgo que se pode prescindir dessa remessa.

Deus Guarde à V.Exa. Quartel General do **Rincão do Bote**¹⁶³ 17 de junho de 1828.

Ilmo. e Exmo. Sr. **Salvador José Maciel**

(a) **Visconde da Laguna**

•

¹⁶³ Local no Município de Erval/RS

Ilmo. e Exmo. Sr.

Tendo já feiro seguir para o **Rio Grande**, para dali partirem para essa Capital embarcados os Alfiates dos Corpos deste Exército, que por V. Exa. foram exigidos em officio de 26 de abril passado para inspecionarem o corte dos respectivos fardamentos, que V. Exa. manda aprontar nessa Capital; tenho assim de comunicar a V. Exa. para que, quando aí chegarem, lhe sejam apresentados pelo Coronel Comandante da Guarnição (a quem foram remetidos) haja de empregá-los como for conveniente.

Deus Guarde à V.Exa. Quartel General do **Rincão do Bote** 17 de junho de 1828.

Ilmo. e Exmo. Sr. **Salvador José Maciel**

(a) **Visconde da Laguna**

•

Ilmo. e Exmo. Sr.

Nesta ocasião remeto à V. Exa. as medidas, e padrões para a fatura do fardamento da maior parte dos Corpos deste Exército, que foram por V. Exa. exigidos em officio de 18 de março passado, e da maneira que requisitou o Inspetor do **Trem de Guerra** dessa Capital, faltando ainda de alguns Corpos, que serão remetidos com a prontidão possível.

Deus Guarde à V.Exa. Quartel General do **Rincão do Bote** 19 de junho de 1828.

Ilmo. e Exmo. Sr. **Salvador José Maciel**

(a) **Visconde da Laguna**

•

Julho

Ilmo. e Exmo. Sr.

Havendo-me representado o Assistente Comissário **Gregório José de Carvalho**, que para o estabelecimento e liquidação da conta, que tem de prestar à V. Exa., do tempo que teve a seu cargo o fornecimento geral do Exército, se fazia necessário, que se lhe apresentassem todos os Comissários, Empregados desta Repartição, e Quartéis-Mestres dos Corpos para poder haver deles as contas parciais daquele tempo; e não sendo na actualidade admissível esta exigência por se não dever abandonar o fornecimento do Exército, e das forças que se acham desmembradas dele, o que decerto ocasionaria o arbítrio de serem divertidos desta occupação os Empregados, que têm a seu cargo a distribuição de gêneros nos diversos

Departamentos desta Repartição, achei que não devia ceder à requisição do Assistente Comissário: o que cumpre levar ao conhecimento de V. Exa., por assim me haver solicitado este Empregado.

Por esta ocasião também devo fazer ver a V. Exa. que, a ter de virem mais alguns Empregados servir nesta Repartição, convém que sejam indivíduos, que tenham inteligência, e conhecimento deste serviço; pois que a não ser assim, não ignora V. Exa., que suscitar-se-ão mil dúvidas, e complicações à distribuição do fornecimento, primeiro que torne este objeto ao seu andamento regular.

Deus Guarde à V.Exa. Quartel General do **Rincão do Bote** 6 de julho de 1828.

Ilmo. e Exmo. Sr. **Salvador José Maciel**

(a) **Visconde da Laguna**

•

Ilmo. e Exmo. Sr.

Fazendo-me ver o Coronel Comandante da Guarnição da Capital que [rasgado] [se] achavam desarmadas, ou com armas inutilizadas as Praças da **Companhia do Homens pardos** da mesma Capital que ali fazem o serviço, sendo aliás indispensável que andem bem arrumadas porque quase sempre andam escoltando presos, ou fazem as rondas noturnas, queira V. Exa. dar ordem que se forneça ao mesmo Coronel o armamento que for por ele requisitado para semelhante fim.

Deus Guarde à V.Exa. Quartel General do **Rincão do Bote** 21 de julho de 1828.

Ilmo. e Exmo. Sr. **Salvador José Maciel**

P.S. 1º.

Os officios por à. e 2ª. via para o Exmo. Ministro da Guerra se dignará V. Exa. dirigi-los em diferentes ocasiões.

P.S. 2º.

Os officios acima mencionados resolvi mandá-los diretamente ao Exmo. Presidente da Província de **Santa Catarina**

(a) **Visconde da Laguna**

•

Ilmo. e Exmo. Sr.

Participando-me o Coronel Comandante da Guarnição da Capital, que na mesma se achava preso por mandado de V. Exa. o Cadete **Antônio Luís da Silva** por motivo de, a seu arbítrio, postar duas sentinelas na porta do **Palácio do Governo**

para o fim de capturar dois soldados da Polícia que tinham insultado a uma sentinela da Guarda comandada pelo mesmo Cadete; e a estar V. Exa. satisfeito dessa correção, se dignará dar ordem ao mesmo Coronel que ponha em soltura ao referido Cadete.

Deus Guarde à V.Exa. Quartel General do **Rincão do Bote** 21 de julho de 1828.

Ilmo. e Exmo. Sr. **Salvador José Maciel**

(a) **Visconde da Laguna**

Setembro

Ilmo. e Exmo. Sr.

Tendo participações de que havia chegado à **Santa Vitória**, e se encaminhava a essa Capital uma **Guerrilha de Curitibanos**, vinda para servir nesta guerra, por ordem do Governo de **São Paulo**, e ao mando do Capitão **João Rodrigues dos Santos**; e destinando esta força para engrossar as que se acham em **Santa Maria da Boca do Monte**¹⁶⁴, comandadas pelo Coronel **Gaspar Menna Barreto**; rogo a V. Exa. que a queira encaminhar para aquele destino, mesmo do ponto em que o possa fazer com mais brevidade, e se contudo puder-se prescindir da sua chegada a essa Capital, remetendo ao mesmo tempo ao Comandante o ofício incluso.¹⁶⁵

V. Exa. fará o maio serviço ao Exército se fizer com que saiam dessa Cidade para o mesmo Exército todos os Militares, que escandalosamente nela se conservam mais por evadir-se do serviço da Campanha, do que por outro algum motivo plausível. Ao Coronel **Brusco** tem-se dirigido repetidas ordens a semelhante respeito; mas ou por sua nímia indulgência, ou por outro algum motivo incógnito, não são ela cumpridas, e a Capital é o teatro onde se vê uma grande porção de indivíduos do Exército fazendo alarde de sua relaxação, e pouco capricho. Confio pois no zelo e desvelos de V. Exa. para que agora deixe de ter um corte semelhante [fl.1v] abuso, e abominável conduta.

Deus Guarde à V. Exa. Quartel General de **Piratini** 6 de setembro de 1828.

Ilmo. e Exmo. Sr. **Salvador José Maciel**

(a) **Visconde da Laguna**

[fl. 2v] Respondido em 25 de setembro de 1828

¹⁶⁴ Santa Maria/RS

¹⁶⁵ Não consta

Ilmo. e Exmo. Sr.

Destinando para **Rio Pardo** as quatro Bocas de fogo, vindas proximamente de **Santa Catarina**, comandadas pelo Coronel **Tomé Fernandes Madeira**, que nessa Capital se há de apresentar à V. Exa. para esse fim, e conhecendo que este Parque não tem o pessoal correspondente para sua guarnição, queira V. Exa. proporcionar alguns recrutas para esse fim, e quando absolutamente não seja isso possível, então ordenar que, das Praças de **Caçadores** de 2ª. Linha, que também vieram daquela Província, saiam as que forem apropriadas para aquele serviço, e que possam preencher as faltas que houverem.

V. Exa. se dignará dispor a entrega do mesmo Parque ao Coronel nomeado, lhe proporcionará tudo quanto ele exigir para o mesmo, e lhe mandará prestar o transporte necessário para seguir àquele destino.

Deus Guarde à V. Exa. Quartel General de **Piratiní** 6 de setembro de 1828.

Ilmo. e Exmo. Sr. **Salvador José Maciel**

(a) **Visconde da Laguna**

✱

Ilmo. e Exmo. Sr.

Tendo certeza de haver aportado à **Santa Catarina** a **Nau Pedro Primeiro**, que conduz o **Batalhão 28 de Caçadores** de 1ª. Linha, e alguns contingentes dos **Batalhões 2º. e 3º. de Granadeiros**, que segundo as participações do Governo Imperial, devem vir reforçar o Exército do meu Comando; e havendo antecedentemente disposto, que estas forças fizessem as suas marchas com direção a esta Capital, segundo o detalhe que tenho feiro, e o que tive a honra de comunicar a V. Exa. : resta agora pedir a V. Exa. que, logo, que aí chegarem as referidas forças, seja o **Batalhão 28** sem demora transferido para a **Vila do Rio Pardo**, onde deve esperar ulteriores deliberações minhas; e os contingentes do 2º. e 3º. **Batalhão de Granadeiros**, bem como todas as mais praças que vierem nessa ocasião para os diversos Corpos do Exército (a exceção do 4º. **Batalhão**, que deverão semelhantemente seguir para aquela Vila), sejam mandados em barca para a **Freguesia de São Francisco de Paula**¹⁶⁶, a fim de prontamente reunirem-se aos seus respectivos Corpos.

Deus Guarde à V. Exa. Quartel General de **Piratiní** 25 de setembro de 1828.

Ilmo. e Exmo. Sr. **Salvador José Maciel**

(a) **Visconde da Laguna**

✱

¹⁶⁶ Pelotas/RS

Outubro

Ilmo. e Exmo. Sr.

Tendo seguido para essa Capital o Capitão de Artilharia **José Mariano de Matos**, incumbido de receber os artigos da requisição inclusa, assinada pelo Coronel Comandante Geral desta Arma; queira V. Exa. dar ordem que sejam postas à disposição do mesmo Capitão os referidos artigos, que se fazem da maior precisão, assim como que se lhe proporcione transporte daí para **São Francisco de Paula**, a fim de chegarem logo a este destino.

Deus Guarde à V. Exa. Quartel General de **Piratiní** 3 de outubro de 1828.

Ilmo. e Exmo. Sr. **Salvador José Maciel**

(a) **Visconde da Laguna**

[fl. 2v] Respondº em 16 de outubro de 1828

[documento anexo]

Corpos de Artilharia do Exército
Requisição

Precisam-se para os ditos Corpos, os gêneros seguintes

¹⁶⁷ A lista apresenta originalmente uma segunda coluna onde são repetidas as informações

Trinta e duas libras de fio de sapateiro ¹⁶⁷
Um barril de óleo de linhaça de seis em pipa
Seis arrobas de alvaiade
Dez libras de par de sapatos
Dezesseis ditas de secante
Quatro arrobas de verdete em pó
Cinco brochas de pintar grandes
Cinco ditas pequenas
Quatro lanternas de vista de osso
Doze vistas de osso para as ditas
Trinta e seis dúzias de limas sortidas
Quatro ditas de limações – idem
Dez libras de solda de estanho
Meia dita de dita de prata
Oito ditas de folha de latão
Uma arroba de breu
Oito libras de trincal
Seis ditas de gomarabia [sic]
Quatro ditas de giz
Quinhentos tacos de pau para balas de calibre 6
Uma tarraxa de parafusos sortidos de Parque
Uma dita de ditos para espingardeiro

Vinte arrobas de ferro em barra
Quatro molhos de verguinha de ferro sortida
Um saca-espoletas de granada
Dez resmas de papel ordinário
Vinte paus de barbante
Trinta varas de lona
Quatrocentas espoletas de granas carregadas
Quatro mil ditas de papel
Quinhentas velas de composição
Quatro peneira de seda [fl. 1v]
Quatro peneira de cabelo
Duzentas varas de estopim
quatro cornetas de toque
Duas arrobas de chapa de ferro para espelhos das rodas
Doze linhas de giz
Dez reposteiros para peças de calibre 6
Dois ditos para obuses
Seis ditos para carros manchegos
Trinta ditos para armões de carros e peças
Três ditos para forjas de campanha
Três ditos para galeras
Vinte libras de cera da terra
Dois repuxos de rebater espoletas de granadas

Doze peles de carneiro para lanadas
Vinte folhas de flandres
Dezesseis libras de cola
Duas ditas de linha
Quatro mil pregos sortidos
Quatro mil taxas faiães
Quatro mil ditas de tamancos
Mil ditas amarelas
Doze meios de sola
Dez peles de cavallinho
Trinta verrumas sortidas
Doze goivas de releixe – idem
Oito grosas de carpinteiro
Quatro trados para cavilhas de paralto de peças de calibre 6 e obuses
Uma ferramenta completa para torneiro
Um eixo de ferro para reparo de obus
Doze pinas aparelhadas para rodas de dito
Um reparo novo de flecha para obus de 5 ½ polegadas
Um obus de 5 ½ polegadas montado em reparo de flecha com armão
Pranchões para seis falcas de reparo de calibre 6
Ditos para duas ditas de obus

Sessenta braças de linha de barquinha para cordel graduado [fl. 2]
Doze arções dianteiros para selas de boléia
Dezesseis ditos traseiros para ditas

Campo junto à **Capela de Piratini** 26 de setembro de 1828

(a) **Francisco de Castro Matutino Pita**
Coronel Comandante Geral da Artilharia

Ilmo. e Exmo. Sr.

Fazendo-me conhecer o Coronel **Gaspar Francisco Menna Barreto**, comandante das forças colocadas na **Fronteira do Rio Pardo**, que havia ali a maior falta de armamento, correame e munição de guerra para a Cavalaria, sendo por isso que conservava desarmada uma boa parte das mesmas forças, e bem assim que se achava na maior dependência de numerário para fazer-lhes algum pagamento; e não desconhecendo V. Exa. a necessidade, que há de prover-se de tais meios aquelas Tropas, e paisanos, com o que se tornarão mais prestáveis; queira V. Exa. aceder a tudo quanto lhe for requisitado pelo supradito Coronel para semelhante fim, e bem como providenciar os meios para que sejam as mesmas forças efetivamente providas de fornecimento, destinando um Empregado do Comissariado, a quem deve ali ser incumbido a distribuição do mesmo fornecimento.

Deus Guarde à V. Exa. Quartel General de **Piratiní** 8 de outubro de 1828.

Ilmo. e Exmo. Sr. **Salvador José Maciel**

(a) **Visconde da Laguna**

[2 documentos anexos de igual teor]

Cópia

Relação dos gêneros abaixo declarados que se têm remetido para a **Vila do Rio Pardo** a entregar ao Almoxarife **Zeferino José Rodrigues Ferreira**....a saber:

1828

Janeiro	9	Que seguiu na Canoa grande Garantia
		400 clavinas
		83 espadas bainha de ferro
		1000 pedras de fogo
		1000 cartuchos embalados adarme 12
	23	Canoa grande Rainha
		30 lombilhos com carona, sinchas, e sobresinchas, pares de couros, e estribos
		30 freios com rédeas
	-	Canoa escoteira Flor do mar
		180 espadas bainha de ferro
		50 pistolas
		1000 cartuchos adarme 12
		3000 pedras de fogo
		100 Ponches-bicharás para suadouros
Fevereiro	21	Canoa grande Flora
		16 selins com estribos, couros, freios, rédeas, e silhas [sic]
		100 clavinas

		50 lanças com hastes
	-	Canoa escoteira Espadarte
		60 lombilhos com caronas, sinchas, sobresinchas, freios com rédeas, e estribos com couros [fl. 1v]
Fevereiro	21	30 ponches-bicharás para suadouros
		60 cartucheiras
		10:000 cartuchos embalados adarme doze
	27	Canoa escoteira Inveja
		100 espadas bainha de ferro
		50 pistolas
		50 cartucheiras
		50 boldriés para espadas
		10:000 cartuchos embalados adarme 12
Março	18	Que recebeu o Ajudante do 5º. Regimento de Cavalaria de 1ª. Linha Joaquim Antônio de Borba para as Praças existentes no Depósito da Vila do Rio Pardo – o seguinte:
		5 armas de infantaria com baionetas
		5 bandoleiras
		5 patronas
		42 espadas bainha de ferro
		5 bainhas de baionetas
		40 pistolas
		93 clavinas
		11 ½ Ponches-bicharás para suadouros
		86 pedras de fogo
		93 fieis de espada

		93 boldriés
		33 carucheiras
		300 cartuchos embalados adarme 17 [fl. 2]
Abril	15	Que recebeu o tenente Luís José da Fontoura Palmeiro para entregar em São Borja ao Coronel Comandante de Missões Joaquim Antônio de Alencastre . o seguinte:
		100 clavinas
		100 pistolas
		100 espadas bainhas de ferro
		100 cartucheiras com boldriés
		2 espadas de roça bainha de ferro
		100 ponches-bicharás para suadouros
		2 tiros de boléias
		8 freios campeiros
		4 pares de estribos
		4 caronas
		4 sinchas
		4 sobre-sinchas
	25	Canoa escoteira Pastora
		100 clavinas
		100 espadas bainha de ferro
		30 pistolas
		100 boldriés para espadas
		100 cartucheiras
		10:000 cartuchos embalados adarme 12
Junho	1º.	Canoa grande Andorinha

		100 lanças com hastes
		100 espadas bainhas de ferro
		200 pistolas [fl.2v]
Julho	1º.	200 clavinas
		10:000 cartuchos embalados adarme 12
		2:000 pedras de fogo
Setembro	24	Canoa escoteira Especulação
		200 boldriés de espada
		4:000 cartuchos embalados adarme doze
Outubro	8	Canoa escoteira Espadarte
		15:000 cartuchos embalados adame 17
		100 lombilhos com carona, sinchas, sobre-sinchas, freios e rédias, pares de couro e estribos
		50 ponches-bicharás para suadouros
	15	Canoa escoteira Carolina
		100 boldriés com cartucheiras de cintura
		100 espadas de roça bainha de ferro
		100 clavinas
		10:000 cartuchos embalados adarme 12
		2:000 pedras de fogo

Porto Alegre 5 de novembro de 1828.

Está conforme **José dos Santos Teles de Menezes**. Escrivão dos Armazéns Nacionais.

Ilmo. e Exmo. Sr.

Tendo já feito conhecer a V. Exa. a precisão que havia de fazer pontualmente seguir o **Batalhão 28 de Caçadores** de 1^a. Linha para a **Vila do Rio Pardo**, logo que chegassem a essa Capital; e havendo agora o motivo de se fazerem o correr forças para a **Fronteira do Rio Pardo**, motivo, que já comuniquei a V. Exa. em ofício de 4 do corrente, queira V. Exa. dar as necessárias disposições, para que o referido Batalhão sem a mínima demora, e depois de estar em **Rio Pardo**, prossiga as suas marchas até a **Capela de Santa Maria da Boca do Monte**, onde deve reunir-se às mais forças já ali estacionadas, dirigindo eu nesta ocasião as convenientes ordens ao Coronel Comandante do mesmo Batalhão.

Se os **Guerrilhas** vindos de **Curitiba**, ainda não tiverem seguido para o destino que à V. Exa. indiquei em um dos meus anteriores ofícios, queira V. Exa. igualmente dispor a breve saída deles para aquela Capela, ou se for melhor, acompanharem ao mencionado **Batalhão 28**.

Deus Guarde à V. Exa. Quartel General de **Piratini** 8 de outubro de 1828.

Ilmo. e Exmo. Sr. **Salvador José Maciel**

(a) **Visconde da Laguna**

■

Novembro

Ilmo. e Exmo. Sr.

Tendo vários oficiais absoluta necessidade de irem a **Montevidéu**, uns a buscarem as suas famílias, outros a retirarem os seus interesses, para cujos fins é indispensável ao Estado o dar-lhes meios de transporte, tanto para a ida, como para o seu regresso; tenho considerado que seria de muita utilidade; e de economia para a Fazenda o mandar nesta ocasião a **Montevidéu** as embarcações de guerra que aqui se acham.

tendo já trado [sic] sobre este assunto com o Capitão-de-Fragata **Antônio Joaquim de Coito**[sic], que também oficia à V. Exa. nesta ocasião, resta que V. Exa., com a sua aprovação, haja de expedir as suas ordens, com a brevidade que requerem as circunstâncias, visto o pouco tempo que lhes resta, segundo o prazo estipulado nos Artigos, o que aumenta consideravelmente a dificuldade de haverem transportes [para] tantas famílias que deviam sair.

Deus Guarde à V. Exa. **Norte**¹⁶⁸ 5 de novembro de 1828.

Ilmo. e Exmo. Sr. **Salvador José Maciel**

(a) **Visconde da Laguna**

[fl. 2v] Resp^{do}. em 11 de 9br^o de 1828. Novembro de 1828

•

¹⁶⁸ São José do Norte

Ilmo. e Exmo. Sr.

Sendo-me preciso aprontar boiada para os transportes do Exército em ocasião que muito convinha, mandei comprar do Sr. **Antônio José Gonçalves Chaves**, sessenta e três novilhos como consta pelo documento incluso passado pelo Tenente-Coronel Encarregado da Repartição do Quartel-Mestre-General; o que tenho a honra [de] fazer ciente a V. Exa. para que o dito Sr. **Chaves** poder cobrar na **Junta da Fazenda** o seu importe.

Deus Guarde à V. Exa. muitos anos. Quartel General na **Freguesia do Piratiní** 24 de novembro de 1828.

Ilmo. e Exmo. Sr. **Salvador José Maciel**

(a) **Visconde da Laguna**

[fl. 2v] Em 17 de dezembro de 1828 oficiou-se à **Junta da Fazenda** remetendo-se por cópia o ofício e documento incluso digo foi o próprio original.

Cópia

O Sr. **Antônio José Gonçalves Chaves**, vendeu sessenta e três novilhos, escolhidos para os transporte do Exército, a preço de nove mil e seiscentos réis cada um, e para poder cobrar o seu importe na **Junta da Fazenda Nacional**, passo esta clareza eu vai por mim assinada, ficando o recibo do Comissário de Transportes arquivado nesta Repartição. Quartel General na **Freguesia de Piratiní** 24 de novembro de 1828 = **Pedro José da Costa Pacheco**, Tenente-Coronel Encarregado da Repartição do Quartel-Mestre-General.

Está conforme.

Na anuência do Secretário do Governo

(a) **José Luís Vicente da Costa**
Oficial Maior

*

Ilmo. e Exmo. Sr.

Como o General **Frutuoso Rivera** certifica-me que no prazo marcado pelo **Convenção de Paz**, evacuará o território de **Missões**, e tenha eu dado ordens ao Coronel **Olivério José Ortiz**, Comandante Geral daquela Fronteira, que logo que isso se efetue restabeleça ali a ordem, e à Comandância Militar, e da mesma maneira que se achava antes de ser ela invadida: sendo porém das atribuições de V. Exa. dar a direção conveniente ao regime, e administração dos **Sete Povos** daquela Fronteira, o que também foi alterado por aquele desgraçado acontecimento; jugo do meu dever pôr à V. Exa. na inteligência das ocorrências presentes, para que possa deliberar a tal respeito como lhe aprouver.

Deus Guarde à V. Exa. Quartel General de **Piratiní** 26 de novembro de 1828.

Ilmo. e Exmo. Sr. **Salvador José Maciel**

(a) **Visconde da Laguna**

[fl. 2v] Não tem resposta

*

Ilmo. e Exmo. Sr.

Conformando-me com a requisição de V. Exa. faço marchar para essa Capital o **3º. Batalhão de Caçadores** de 1ª. Linha a fim de aquartelar-se aí, até que tenha ulterior destino; fazendo-o embarcar em **São Francisco de Paula**: será pois mister que V. Exa. mande dispor de acomodação para este Corpo, assim como casas para os Oficiais pagas pela **Fazenda Pública**, por deverem ter residência, como é de Lei: e se nesta Capital puder-se acomodar mais algum Batalhão, V. Exa. se servirá avisar-me a fim de transferir para aí o 2º., para que não fiquem muito acumuladas destes Corpos as Povoações do **Rio Grande** e de **São Francisco de Paula**.

Deus Guarde à V. Exa. Quartel General de **Piratiní** 27 de novembro de 1828.

Ilmo. e Exmo. Sr. **Salvador José Maciel**

(a) **Visconde da Laguna**

[fl. 2v] Não tem resposta

Dezembro

Ilmo. e Exmo. Sr.

Constando-me que alguns prisioneiros feitos ao Exército da República **Argentina** se acham ainda nessa Capital retidos à ordem de V. Exa., por não haver tido resolução alguma a respeito deles; pensando eu que os que existiam capturados na mesma Capital, eram somente os que estavam na Prisão Militar, e sob a direção do Coronel Comandante da Guarnição da mesma, e como pelo Artigo 16 da Convenção Preliminar que estabeleceu a Paz entre o Império, e aquela República, devem os Prisioneiros de ambos os Exércitos serem postos em liberdade (não podendo contudo saírem dessa Capital aqueles que havendo contraído dívidas, não segurem [sic] o pagamento das mesmas, como é estipulado no referido Artigo): queira V. Exa. dar ordem que os prisioneiros que estão capturados à sua ordem, sejam postos em plena liberdade, e enviados ao **Serrito**¹⁶⁹ embarcados, para que dele possam com facilidade serem transferidos ao território da **Banda Oriental**.

Deus Guarde à V. Exa. Quartel General do **Piratiní** 3 de dezembro de 1828.

Ilmo. e Exmo. Sr. **Salvador José Maciel**

(a) **Visconde da Laguna**

[com letra do **Visconde da Laguna**]

¹⁶⁹ Jaguarão/RS

Reservada

Ilmo. e Exmo. Sr.

Havendo no **Batalhão 27** alguns soldados que se embriagam, e que são capazes de serem cabeças de motim, como deram a conhecer no dia 25; tomei o expediente de fazer seguir para essa Cidade os que constam da Relação inclusa, assinada pelo Comandante do mesmo Batalhão, a título de irem trabalhar no fardamento do mesmo Corpo, por serem alfaiates, à exceção de **Back**, que é tintureiro, que vaia a título de ir tingir o pano para as golas, visto não haver pano da cor daquele uniforme.

Se o fardamento estiver feito queira V. Exa. empregar as ditas praças no **Arsenal**, para aí ficarem por ora. O tintureiro, se também não for necessária a tintura do pano, V. Exa. verá o meio porque aí deve ficar, sem que percebam que é de propósito, pois isso poderia produzir mau efeito.

O *pret* deve ser pago regularmente todos os meses às sobreditas praças, assim como o que ganharem pelo seu trabalho.

Os presos que se acham nessa Cidade [1v.] pertencentes ao **Batalhão 28** queira V. Exa. conservá-las nessa prisão, até que eu os peça à V. Exa.

É de urgência que se pague à tropa ao menos os meses correntes: aliás poderão aparecer insubordinações que podem dar cuidado. Portanto rogo à V. Exa. que haja de conseguir os meios para que assim se possa efetuar.

Deus Guarde à V. Exa. **São Francisco de Paula** 31 de dezembro de 1828.

Ilmo. e Exmo. Sr. **Salvador José Maciel**

(a) **Visconde da Laguna**

[1r.]

Relação nominal dos Alfaiates do **Batalhão de Caçadores N° 27** de 1ª. Linha, que por Ordem do Exmo. Sr. General em Chefe marcham para **Porto Alegre**.

1ª. Companhia Soldado **Schumam**

“ Dito **Ficher** ambos devem ficar naquela Cidade

“ Dito **Wittmam** este pode voltar ao Batalhão

2ª. Companhia Dito **Leonard** deve ficar na dita Cidade

3ª. Companhia Dito **Froes**

“ Dito **Krüger**

“ Dito **Seigert** os três podem voltar ao Batalhão

“ Dito **Wolmer** este deve ficar na dita Cidade

4ª. Companhia Dito **Schubert**

“ Dito **Mall** ambos devem ou podem voltar ao

Batalhão

5ª. Companhia Dito **Offez** [?] pode voltar ao Batalhão

“ Dito **Janh** deve ficar em **Porto Alegre**

3ª. Companhia o soldado **Back** este soldado é tintureiro, e deve ficar de toda a sorte em **Porto Alegre**

Acampamento em São Francisco de Paula 28 de dezembro de 1828

(a) **Luís Manuel de Jesus**
Tenente Coronel Graduado Comandante Interino

[com letra do **Visconde da Laguna**]

Ilmo. e Exmo. Sr.

Em resposta ao Offício de V. Exa. que acompanhava a cópia da parte que V. Exa. deu ao **Visconde de Castro** sobre o comportamento do **Batalhão 28º**, de que igualmente me fez participação, é de reear que aconteça o que V. Exa. pondera pelo que se faz necessário que V. Exa. dê todas as providências para que não lhe falte¹⁷⁰ o fornecimento; e não acho apropriado o ter-lhe a Junta pagado adiantado, porque insubordinados não se contêm com generosidades, antes o fazem mais atrevidos, porque julgam que praticam com eles assim porque os temem. O pior é que a conduta do **28** já vai influindo na do **27**; porquanto, constando-lhe o que ele tem feito, e o que os outros fizeram no **Rio**¹⁷¹ impunemente, não lhes constando que os cabeças do motim fossem castigados; depois de sofrerem na campanha toda a qualidade de privações e faltas, atreveram-se no dia de natal a não querer formar-se para a parada da Missa, como é costume, alegando a dívida de treze meses, e o não se dar baixa aos que têm cumprido o contrato, assim como o que se lhes deve da massa¹⁷², que de cinco a seis contos de réis que importa, só existe um conto e tanto que se acha em depósito na **Junta da Fazenda** dessa Capital [1v.] e que nessa ocasião mando receber, para ver o modo como se lhes deve fazer àquele pagamento que é dinheiro seu, e que eles já tocaram [sic].

Nestas circunstâncias faz-se necessário que apareça dinheiro para se lhes ir pagando, e contentando-os; aliás teremos os desgostos que se não podem evitar senão por este meio; devendo-se prevenir que este mal se não introduza nos outros Corpos a quem se estão devendo pouco mais ou menos os mesmos meses para o que espero que V. Exa. com a sua atividade haja de dar as providências que tão necessárias se fazem; parecendo-me acertado que V. Exa. escreva ao Ministério, para o impor das circunstâncias que ocorrem na Província, a fim de que tome as medidas que tanto se necessitam, e vão fazer com que venha dinheiro para pagar à tropa, e satisfazê-la no mais que se tem prometido.

Deus Guarde à V. Exa. São Francisco de Paula 29 de dezembro de 1828.

Ilmo. e Exmo. Sr. **Salvador José Maciel**

(a) **Visconde da Laguna**

Acuso a recepção do Offício de V. Exa. de 25 de outubro passado, a que acompanhou em cópia a Ata da Sessão da Junta da Fazenda desta Província, de 17

¹⁷⁰ No original: falta

¹⁷¹ Rio de Janeiro

¹⁷² Dinheiro

do mesmo mês, sobre a deliberação tomada a respeito dos soldos que à V. Exa. requisitou o Coronel **Mac-Gregor**, Comandante do Batalhão de Caçadores Nº 28 de 1ª. Linha, cumprindo participar à V. Exa., que nesta data ordeno ao Tesoureiro Geral deste Exército, que passe a averbar esse recebimento, ou fazer o processo competente.

Deus Guarde à V. Exa. Quartel General de **Piratiní** 7 de dezembro de 1828.

Ilmo. e Exmo. Sr. **Salvador José Maciel**

(a)**Visconde da Laguna**
General em chefe

[com letra do **Visconde da Laguna**]

Ilmo. e Exmo. Sr.

A botica do Hospital do Exército acha-se exaurida de remédios. Nesta Freguesia há um negociante que tem uma fatura deles, de que remeto à V.Exa. uma cópia¹⁷³; mas não quer vender senão toda. Pode ser que estes medicamentos se possam comprar mais em conta nessa Capital; quando não, será forçoso lançar mão da dita fatura, o que farei com aviso de V. Exa.; sendo em todo o caso indispensável que venham de lá os medicamentos mencionados na outra relação inclusa¹⁷⁴, que se não acham na fatura: e todos são efetivamente necessários, não só para a botica do Hospital aqui existente, mas porque desta são fornecidas às diferentes ambulâncias para os Corpos destacados.

Deus Guarde à V.Exa. **São Francisco de Paula**¹⁷⁵ 29 de dezembro de 1828.

Ilmo. e Exmo. Sr. **Salvador José Maciel**

(a)**Visconde da Laguna**

[fl. 2v.]

Em 24 de janeiro de 1829 expediram-se Portaria ao Coronel Intendente para ser satisfeito os remédios [sic] para **São Francisco de Paula**.

¹⁷³ Não consta documento anexo

¹⁷⁴ Não consta documento anexo

¹⁷⁵ Pelotas/RS

WS-s/n.

Nesta ocasião mandei pela Tesouraria das Rendas Provinciais pôr à disposição dessa Câmara a quantia de seis contos de réis, para ser aplicada à construção de duas Pontes de madeira no rio, para se tirar água potável; sendo uma na desembocadura da **Rua de Bragança**¹⁷⁶, e outra na do **Beco de João Inácio**¹⁷⁷; entregando-se já três contos de réis, e o restante quando se tratar de verificar a construção da 2ª. Ponte; conforme Vossas Mercês¹⁷⁸ requisitaram em ofício de 19 do corrente.

Deus Guarde a Vossas Mercês. Palácio do Governo em **Porto Alegre** 21 de fevereiro de 1846.

(a) **Conde de Caxias**¹⁷⁹

Senhores Presidente e Vereadores da
Câmara Municipal desta Cidade.

WS-40

Porto Alegre, 21 de abril de 1892

Ilustre cidadão e amigo **Emiliano Antônio Carpes**

Transferindo a minha residência para esta cidade, senti profundamente que a exigüidade do tempo e a urgência de embarcar, me forçassem a partir sem ter a satisfação de abraçar-vos; pois, tenho pelo vosso caráter o mais sincero acatamento e pela vossa amizade o mais [fl. 1v] subido apreço.

Motivos de ordem privada, principalmente, não sendo estranhos também outros de ordem política, operaram definitivamente a resolução que, desde muito me preocupava.

Politicamente, se para alguma coisa ainda valho, aqui (empregarei tudo quanto me resta) da antiga fé para ver ruir este governo que tem coberto de vergonha e de opróbrio a terra [fl. 2] rio-grandense. Bem quisera volver à obscuridade de minha vida privada, mas sofro com os sofrimentos de meus amigos e de minha pátria, e jamais pude furtar-me aos impulsos do coração e às imposições do dever.

Felizmente menos penosa é hoje a minha situação, porque estão desfeitos, por assim dizer, os dissentimentos que haviam surgido no seio do partido, de modo [fl 2v] que, à exceção da antiga dissidência e do **Assis**¹⁸⁰, todos os mais estão acordes no restabelecimento da legalidade e convocação de um congresso partidário.

Assim unido terá o **partido republicano** a vitória final, porque só ele poderá assegurar a paz do **Rio Grande**.

¹⁷⁶ Rua Marechal Floriano Peixoto

¹⁷⁷ No original: João Ignacio. Rua General Câmara

¹⁷⁸ No original: Vm.^{ces}

¹⁷⁹ Luís Alves de Lima e Silva, futuro Duque de Caxias, Presidente da Província

¹⁸⁰ Joaquim Francisco de Assis Brasil

Demais, como sabeis, reina grande discórdia entre os situacionistas, desde que o chefe-mor¹⁸¹ desembarcou, empunhando a bandeira [fl. 3] do parlamentarismo. Creio que a dissidência de **Demétrio**¹⁸², **Cassal**¹⁸³, etc, tende a desaparecer para deixar o campo ao **gasparismo**; mais este, pelos seus intuítos restauradores, e pelas defecções que tem sofrido, não poderá governar por muito tempo.

Sei que pretendeis seguir para a fronteira a cuidar de amparar a vossa subsistência; julgo, porém, pelas notícias que de lá vêm [fl. 3v] que todos os negócios se acham paralisados, e assim talvez fosse mais acertado empreenderdes aí algum negócios. Em todo caso, sois o competente para ajuizar.

E, lamentando a vossa ausência para paragens mais remotas, só me resta pedir-vos que ordeneis sempre a quem, com muita estima e consideração, é

Vosso amigo e admirador

(a) **Borges de Medeiros**

(Andradas 589)

WS-84

1ª. Via

Ilmo.Exmo.Sr.

Não tendo esta Câmara querido até¹⁸⁴ o presente por motivos bem ouvivos [sic] lançar mão da quantia proporcional que lhe toca proveniente da 3ª., 4ª., 5ª., e 6ª. Loterias a benefício dos Expostos, a qual ainda deve existir em poder do respectivo Tesoureiro, agora que tanto tem concorrido para as desgraças [sic] deste Província; tem deliberado mandar receber dita quantia para com ele satisfazer aos fins de sua aplicação, e como é provável, que haja algum excedente, deseja esta Câmara saber se por ventura poderá lançar mão dele ainda mesmo como por empréstimo para pagar a seus Empregados, bem como o aluguel da Casa de suas sessões, até que melhorem suas circunstâncias como é de esperar.

Deus [1v.] guarde à V.Exa.

Câmara Municipal da **Vila Nova de São João da Cachoeira** em sessão extraordinária de 20 de dezembro de 1844.

Ilmo. e Exmo. Sr. **Barão de Caxias**

Presidente, e General em Chefe do Exército

Imperial nesta Província

(a) **José Custódio Coelho Leal**

(a) **João Antonio de Barcelos**

(a) **Lucas José Duarte**

(a) **Januário José de Miranda**

(a) **Francisco de Barros Lima**

(a) **Jacinto Lopes Falcão**

[2v.] Respondida a 9 janeiro 45

¹⁸¹ Gaspar Silveira Martins

¹⁸² Demétrio Nunes Ribeiro

¹⁸³ João de Barros Cassal

¹⁸⁴ No original: té

Fundo Marechal **Câmara**
Batalha do **Avaí** – Guerra do **Paraguai**

Este livro serve para copiar ofícios e informações. Acampamento nas **Palmas** 20 de novembro de 1868.

Serviço, e expediente da 2ª. Divisão

[fl.17]

Dia 13 de Dezembro de 1868.

Comando da 5ª. Divisão de cavalaria – Quartel junto à **Villeta**, 13 de dezembro de 1868 – Ilmo. Exmo. Sr. = A V. Exa.; digno comandante do 3º. corpo de Exército, cumpre-me dar parte circunstanciada do que ocorreu em relação a esta divisão, no combate de 11 do corrente mês.

Conforme as ordens de V. Exa., marchou esta divisão à retaguarda da infantaria[sic] deste corpo de exército, [18] formando a sua guarda de vanguarda o 24º. corpo provisório de cavalaria, comandado pelo Coronel **Apolinário de Souza Trindade**. Ao chegar ao campo de combate, na posição de **Guassú-cará**, determinei que esta divisão dispusesse-se para o combate, em colunas contíguas de brigadas, formando a 10ª. do comando do Coronel **João Nunes da Silva Tavares** à esquerda da 9ª., comandada pelo Coronel **Severino Ribeiro de Almeida**.

Já a este tempo, chovia copiosamente e forte era o vento que reinava na direção da marcha da coluna. Assim foi que, marchando esta divisão sobre o centro da posição inimiga, tive de transpor uma extensa e profunda sanga que a precede, e após grandes atoleiros e tremedaes, que bastante dificultavam a sua marcha, já sob a ação de intenso fogo dos canhões inimigos, assentados em posição dominante e inteiramente a cavaleiro do terreno, que restava a ser percorrido.

Foi então que V. Exa. se dignou ordenar-me que esta divisão carregasse sobre a linha inimiga, ordem esta que teve logo pronto cumprimento pela força sob meu comando. Apesar da resistência que opunha o inimigo naquela posição, artilhada na nossa frente com cinco bocas de fogo, protegidas por extensa linha de infantaria, logrou esta divisão em suas cargas apoderar-se da sua artilharia, repelindo a sua linha de infantaria a algumas braças além.

Foi nesta ocasião que, tendo o inimigo reparado a desordem, que reinava em sua linha a este tempo já reforçada por duas fortes colunas de infantaria, que havia marchado sem sua proteção, [19] avançou sobre àquela posição, fazendo-a desalojar por esta divisão, por isso que a infantaria que deveria ter acompanhado o seu movimento, servindo-lhe de suporte, não tinha ainda ali chegado, em consequência das mesmas dificuldades do terreno, que encontrou esta divisão na sua marcha.

Havendo reformado a coluna da cavalaria do meu comando, procurei entender-me com o Coronel **Hermes Ernesto da Fonseca** sobre o novo ataque que deveriam operar as nossas forças sobre a linha inimiga; e combinamos que, nas novas cargas que efetuasse esta divisão, a força de infantaria de seu comando carregaria a seu turno, seguindo o movimento desta divisão, a fim de assegurar a posse daquela posição, quando fosse repellido o inimigo. Assim, pois, tendo

avancado as duas colunas cavalaria e infantaria, da qual faziam parte alguns batalhões da brigada **Wanderley**, conseguiram estas desalojar dali o inimigo, que se retirou lentamente pela encosta da coxilha, que ocupava, não obstante o nutrido fogo da nossa linha de infantaria.

Em breve, porém, apercebendo-se o inimigo que forças nossas de cavalaria e infantaria contornavam em suas posições pelos flancos esquerdo e direito, acelerou a sua retirada e afinal pôs-se em precipitada fuga.

Esta divisão, tendo então avançado ao galope conseguiu com as outras de cavalaria envolver as forças inimigas, ficando ali o campo juncado de [20] cadáveres dos que resistiram, e, em nosso poder, aqueles, que se renderam como prisioneiros.

Pelas partes juntas, que tenho a honra de transmitir, verá V. Exa. que esta divisão teve fora de combate: mortos 4 oficiais e 24 praças de pret; e feridos 17 oficiais e 103 praças de pret; e bem assim contusos 5 oficiais e 20 praças de pret.

No número de mortos, temos a lamentar a perda do bravo major do 23º. corpo provisório de cavalaria **Modesto Borges do Canto**.

Julgo cumprir com um dever de justiça pedindo a atenção de V. Exa. para o comportamento distinto dos chefes e oficiais que passo a mencionar:

Os bravos Coronéis **Severino Ribeiro de Almeida** e **João Nunes da Silva Tavares**, este comandante da 10ª. brigada e aquele da 9ª., pelo bom cumprimento que deram às ordens deste comando e pela sua franca e dedicada coadjuvação, em todos os períodos do combate, justificando mais esta vez o alto conceito em que são tidos no nosso exército, como intrépidos e denodados;

Os Coronéis comandantes dos corpos **Apolinário de Souza Trindade**, do 24º. provisório de cavalaria, e **Antônio Jacinto Pereira Júnior** do 16º. da mesma denominação; Tenente Coronel **João Francisco Ilha**, do 23º., e major **Manuel Hipólito Pereira**, do 19º., ferido gravemente, por terem bem guiado os corpos sob seus comandos nos diversos movimentos que teve executar esta divisão, demonstrado exuberantemente a sua intrepidez, perícia e calma;

Os majores, do 23º. corpo provisório, de cavalaria **Modesto Borges do Canto**, morto no com- [21] bate; do 19º. **Sebastião José do Canto**; do 16º. **Manuel Jacinto Osório**, e do 24º. **Constantino Souza**; e Capitão fiscal do 21º. **Laurindo José da Silveira**, ferido mortalmente, portaram-se com bravura e eficazmente coadjuvaram os seus respectivos comandantes, para o bom êxito das cargas.

Deixo de mencionar o tenente coronel **Antônio Pereira de Oliveira**, comandante do 21º. corpo provisório de cavalaria, por não ter podido apreciar o seu comportamento, visto ser o seu corpo o último da esquerda da divisão, no entanto refiro-me ao que a respeito dele diz o coronel comandante da respectiva brigada, que de perto, naturalmente, bem apreciou a maneira porque se portou.

Permita-me agora V. Exa. que recomende os relevantes serviços prestados pelos oficiais que constituem o estado maior desta divisão:

Capitão do corpo d'estado maior de 1ª. classe **José Tomé Salgado**, assistente do deputado do ajudante general, bravo, calmo, inteligente, e ativo, muito bons serviços prestou no exercício de sua funções, coadjuvando-me eficazmente durante o tempo que batalhamos;

Capitão em comissão do 4º. corpo de caçadores a cavalo **Joaquim Sabino Pires Salgado**, assistente do deputado do quartel-mestre-general, bem desempenhou

as funções inerentes ao seu emprego, portando-se com valor e sangue frio, até o momento em que foi ferido gravemente em uma perna;

Tenentes em comissão do 3º. regimento de cavalaria ligeira **José Cristino Pinheiro Bitencourt** e do 8º. corpo provisório de cavalaria- [22] **ria Cipriano Nelsis da Cunha**, este ajudante de campo e aquele de ordens, transmitiram as ordens com inteligência e atividade, portando-se em todos os períodos do combate com bravura e entusiasmos;

Alferes do 21º. corpo provisório de cavalaria **Antônio Mendes d'Oliveira**, escriturário da repartição do deputado do ajudante general, portou-se com valor e sangue frio.

Não podendo apreciar, senão em geral, e comportamento dos oficiais e praças da divisão que tenho a honra de comandar, refiro-me às recomendações, que, em suas partes, deles fazem os respectivos comandantes de brigadas e corpos. —**Deus Guarde à V. Exa.**

Ilmo. e Exmo. Sr. Tenente General **Visconde do Erval**, comandante do 3º. corpo de Exército = Assinado = o Coronel **José Antônio Corrêa da Câmara**.

Em artigo nosso, publicado no n. 135 da Revista do IHGRGS, *Institutos Histórico e Geográficos Anteriores*, novas pesquisas nos levam a acrescentar:

O jornal *Correio do Sul*, de Porto Alegre, no dia 7 de setembro de 1853, à folha 4 registra:

Instalação — Hoje terá lugar a inauguração de nova Sociedade Histórico-geográfica no salão do palácio do governo, logo depois de terminar o cortejo à Efigie de S.M. Consta-nos que o Exmo. Sr. Presidente se dignou aceitar a presidência do ato, e que foram nomeados oradores oficiais para esse ato os Srs. Padre Mestre Vicente Zeferino Dias Lopes e Major Felipe Betbezé de Oliveira Néri. Jornal posterior confirmou este fato.

Em 4 de novembro de 1861 a Câmara de Vereadores de Porto Alegre *concede uma das salas da Câmara para o Instituto Histórico Rio-Grandense realizar suas sessões.*

Doze anos depois, a 31 de outubro de 1873: *A Câmara resolve, a requerimento do Sr. Vereador João Pinto [da Fonseca Guimarães], que se peça ao Tesoureiro do Instituto Histórico Riograndense para que sejam recolhidos ao Arquivo Municipal, visto haver terminado seus trabalhos essa sociedade, os importantes documentos que possui, os quais poderão mais tarde fazer parte da Biblioteca Municipal, ficando no entanto à disposição do mesmo Instituto, se por ventura continuar a funcionar.*

Luís Alberto Cibils

O APOLLO.

JORNAL LITERARIO E SCIENTIFICO.

ANNO I.

Pouso Alegre 20 de Setembro de 1853.

N.º 5.

O APOLLO.

INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO NA PROVINCIA.

Dar impulso ao desenvolvimento das luzes, é, como todos sabemos, o mais nobre e positivo galardão do homem sobre a terra; entretanto quando esse desenvolvimento se faz vingar no seio da patria, no regaço dos concidadãos, então essa gloria, e essa vantagem duplica em seu valor real, é o *vero* sobre azul!

Eisahi o que se acaba de fazer dias passados, com a criação de um Instituto Historico na Provincia.

A utilidade de um monumento de tal natureza, é, por assim dizer, axiomática.

Já na sua instauração, oradores mais habilitados, do que nós, seguramente expressaram com singular eloquencia a necessidade, e a sua utilidade.

Fructo de uma concepção patriótica, caracterizada pela sua índole moral, social e humanitaria, é, por isso, ella progrida, maxime tendo em sua origem circumstancias tão plausiveis: o atrazo da nossa estatística, e deficiencia de uma historia patria, a parca diffusão dos conhecimentos topographicos e archeologicos.

Achão-se a testa desta nova instituição as pessoas mais illustres do paiz; oxalá, que ella prospere, e que o Ceo a abençoe como nós o almejamos!

O desgarrar em que vai a nossa Provincia na sua parte moral, nem ao menos compensada pelo progresso material, clama a seus filhos para que lhe volvem os olhos; e ella, preciosa preda da má do Omnipotente, ainda mesmo esquecida no meio de suas riquezas, não recusa a sua liberalidade a filhos e hospedes, que frios a contemplão abrindo

seu seio, de inexgotavel abundancia. mas não! que seus filhos são-lhe ainda gratos, porque ainda nutrem esse sentimento de emulação, que rompe as trevas de uma vida inerte, animando a sua existencia estacionaria com o halito fecundador do patriotismo. Para prova do que, quando mais não fosse, phi os vedes, creando um testemunho immortedouro de amor, e de agradecimento ao levantar na nossa Capital um *Instituto Historico Geographico*.

Muito prometto semelhante lembrança; haja animação e coragem n'esse trilha de medrança que a prosperidade condut, e ficaremos pelo resto.

Recabão entretanto os seus fundadores, broos estes emboras que lhes dispensamos por convicção e dever!

UMA IDEIA PATRIOTICA.

Seria mal cabido n'uma folha dedicada ao cultivo da intelligencia o esquecimento de uma acção, que tanto honra o caracter de quem a praticou, como pôde ser benefica para o porvir intellectual da nossa terra.

O Sr. Director do Collegio *Bellas Lettras* levou a presença do Sr. Presidente da provincia, na sessão inaugural do Instituto Historico Geographico, uma proposta digna do maior encomio.

Consiste ella em tomar gratuitamente a seu cargo a educação moral e intellectual de um dos menpores do Arsenal de Guerra.

Hez este um pensamento philanthropico, que ajustadamente traduz a generosidade e patriotismo que o Sr. Visconcellos alimenta não só em prol da sociedade em geral, como especialmente da infancia.

Loovores por conseguinte lhe sejam tributados, que bem os merece quem com tão

fundadores, os seus patronos, e em geral os seus membros (**)

(*) que deve ser pedurável, é, por assim dizer, axiomática

O amor é uma gota de leite
que a vida e a morte
calor da vida e da morte
amor é uma gota de leite
que a vida e a morte
calor da vida e da morte

verdadeiro amor se consagra à educação da
infância.

— ASCENSO —

SONHO DE MARCO AURELIO.

(Tradução do Francês.)

Quis meditar sobre a dor; jo a noite esta-
va silenciosa; a necessidade do sono fusti-
para minhas palpitações; algum tempo depois
foi obrigado a ceder, e entendi o dormi-
tar, quando nesse intervalo, acabei-me em
um sonho.

Em um vasto portico pareceu-me ver reu-
nida uma multidão de homens; alguns con-
ta de agitado e de grande os caracteris-
tando que eu jamais houvesse com elles con-
vivido, seus gestos e palavras me não erão es-
tranhos; lembrei-me de ter visto parles tuas em
Roma suas elegias. A todos eu contemplava
quando uma voz terrivel e forte se fez ou-
vir retinindo do alto do portico. — *Mor-
tes, disse elle, aprendei a soffrer!* — No
mesmo instante a frente de um vi accende-
ram-se chamas que elle tocava com a mão.
Trouxeram a outro veneno, que elle bebeu
e morreu. Então um dracem, um heros,
liberdade; tinha o timão não no livro, e com
a outra empunhava uma espada, da qual ab-
serrava a ponta. Mais longe distinguí um ho-
mem todo coberto de sangue, porém calmo
e mais tranquillo que seus carissos; corri
para elle exclamando: — *O Regulo de
tu?* —

Não pude presenciar o espectáculo de seus
males, e delle desviei meus olhos. Então
viestes Fabricio na pobreza, Scipião morren-
do exilado, Epiteto quevendo nas cadeas,
Seneca e Thraseas com as teias sangras,
ofuredo tranquillamente o porrer de seu
sangue. Rodado por todos estes grandes la-
sollars homens, derramei lagrimas, de que
elles se mostraria expantidos. Um d'elles,
Cato, chegou-se a mim, e disse-me: — *Não
nos latimes, não imitamos a tu também
aprende a vencer a dor!* — Então
que pareceu prestos a voltar contra esta ferro
que tinha na mão. En que dei-o, trank, e
acordei...

Reflectindo então sobre este sonho, per-
cebi que aquellos pretendidos males não ti-
nhão a direito de abalar a minha coragem;

e pois resolvei ser homem: soffrer, e fazer o
bem.

(THOMAS — *Esque de Marc-Aurèle*)
(H. de R.)

MORAL.

A morte do Christo.

(Tradução do Francês.)

Vinde ver o mais bello espectáculo que
podea apresentar a terra; vede assistir a
morte do fiel. Este deixou de ser homem do
mundo; jo não pertence ao seu país: cessão
todas as suas relações com a sociedade.
Um sacerdote assentado á sua cabeceira, o
consola, esse sancto ministro entremete-se
com a agonizante da immortalidade de sua
alma, e da scena sublime, que toda a anti-
guidade não aprendeu mais que uma vez,
na occasião da morte do primeiro philosopho.
Esta scena renova-se todos os dias sobre
o humilde leito de dalls desprezível christão
que expira.

Enfim o momento supremo é chegado:
o sacramento sobre a este justo al-
chamado a religião, o embalsão do corpo da
vida os seus belllos castos, e a sua mão ma-
ternal o a consolação ainda não hargos da
noctes. Elle repára o baptismo d'este
segundo nascer, e a sua mão já não é a água o
que elle espolha, mas o oleo, emblema da
incorrupção e da vida. O sacramento
libertador do corpo a pousar as prisiones
do pai, e a sua mão, quasi separada do cor-
po, torna-se quasi visível sobre o seu rosto.
Já ella ouve os concertos das seraphims;
já está prestes a voar as regiões, para onde
a convide esta esperança divina, filha da
virtude. Entretanto o sijo da paz, dirigindo-
se a este justo, leva com o seu aureo scrip-
to, os seus olhos fatigados, e os lagos de
lucidamente á luz. Morrer, e não foi ouvido
o seu derradeiro suspiro; e muito tempo de-
pois de lá não existir, seus amigos guardão
silencio em redor de seu leito, pois julga-
ram que elle ainda tossejaes. Quam suave foi a
morte deste justo!

S.

PENSAMENTOS.

O suicida exorcisma a propria vida.

O horisonte é como o echo, fenece aonde se perde a vista, como aquelle ao limitar do ouvido.

O crime consome o cerebro, como o veneno corrôpe as entranhas.

A morte se antolha a vida, como a justiça se oppõe ao crime.

O homem no mundo, é um arlequim na scena.

A soberba do homem, é uma objecção á sua gloria.

A religião é o mais solido baluarte da civilisação.

O remorso é mais pesado que o cutello de um carrasco.

O preguiçoso, é como o sino, não obra senão á força.

A popularidade, como o Daguerreotypo, muitas vezes se desvaneca com o tempo.

Os postos e as dignidades servem as mais das vezes de quadruplicar a soberba, e reduzir o liberalidade.

Tem o dinheiro tanta força que até faz supprir constituidos em boa educação aquelles mesmos que não tinham a si próprios.

O vituperio, como o historiador, lembrando um conto, sempre augmenta um ponto.

A razão do homem é o unico distinctivo que o põe superior aos outros animaes.

O homem é para Deos como o nada, para o todo.

O bem e o mal são extremos tão differentes como o cubo e o cylindro, e cujos meios estão na razão do beneficio para a ingratição.

A virtude, emula do vicio, não se abriga em corpos fracos.

A felicidade está na razão directa do juizo e na inversa da vaidade.

Com uma lança o pobre apresenta o rico. Co'a casca della o rico dá esmolla ao pobre.

H. de R.

A INSTABILIDADE DA VIDA.

Irus ex est subito qui modo cretus erat.
(Orid. Sent.)

Ha pouco o mar furioso rebramava,
Furiosas vagas levantando nos astros,
Ha pouco o Céu cuberto d'um véo negro,
Parecia querer desmoronar-se.

Rasgando-se fremente com mil raios,
Que com ribombo horrivel nos lançava;
Ha pouco inda tremia a terra toda,
Com espantoso ruido sacodindo,

As arvores que humildes se prostravam....

Agora nem o Céu troveja irado,

Nem de nuvens escuras é cuberto;

Nem o mar iracundo ondas levanta,

Nem a terra bramindo arvores prostra.

Tudo jaz em silencio, todo calmo!

O natural azul o Céu retoma;

Mil formosas estrellas o matizam;

Tranquillo o mar agora já reflecte

Co'o prateado claro da branda lua.

E entretanto que aqui de tormentoso

Se torna o Céu do azul o mais sereno

E de fulgidos astros se recama.

Lá n'outro clima abandonando as gallas,

De escuras, grossas nuvens se reveste,

E raivoso vomita fogo e agua!

Tambem pendente alli de verde ramo

Um formoso sabi cantava, ha pouco.

Nos matiosos gorgeios, que formava,

Parecia adorar o Ente infinito;

Mas não pensava, triste, no futuro

Na sorte que lh' estava reservada.

Quanto tempo agido está a parada

Por mãos d'humano tigre o fere, e mata!

Um frondoso carvalho mais ao longe

Com a fronte soberba acouta as nuvens,

E lá da immensa altura tonto orgulho

Contempla a sua belleza, e com desprezo

Aos myrrados arbustos lança os olhos;

Pensa que ha de viver eternamente;

Quando um madeiro de repente arriba,

E á golpes de machado o corta e prostra!

Tambem a flor formosa, que veceja

Em prado aeno diffundindo aromas,

Qu' murcha e secca co'o poder do tempo,

Ou por mãos da donzella tem a morte!

O monte alpestre e duro como o bronze,

Que pensa não cair, tambem deslha

Aqui se secca um logo, alli faz-se outro.

Assim tambem qualquer que o homem seja,

De um momento p'ra outro acaba e morre.

Mas infeliz não pensa, não se lembra

Que o tempo estragador consome tudo,

E que o pode fazer de rico, pobre

De ditoso infeliz, de alegre triste,

Ou para sempre submergir-o a um sopro

No abysmo mysterioso do futuro....

Y.

Saudade.

Lindaia eu sou
De ti ausente,
Cruel, pungente,
Viva saudade.

Fere meu peito
Desde esse instante
Dor penetrante,
Viva saudade.

A qualquer parte
Que os olhos lanço.
Somente alcanço
Viva saudade.

Se na campina
Ansioso os fito,
Encontro sôfrito
Viva saudade.

Diz a florinha
Bordando a relva
E, ao longe a selva
Viva saudade.

E a perfumada
Aura que passa
N'alma repassa
Viva saudade.

Alvo regato,
Que alli murmura
Diz com brandura;
Viva saudade.

Sabia canoro.
Lo meditando,
Vae-me inspirado
Viva saudade.

A violeta
Na cor mimosa
De um, zelosa
Viva saudade.

Enfim, Lindaia,
Eu vejo em todo,
Teu dente agudo,
Viva saudade.

Ah! se distante
Do teu agrado
E' só meu fado
Viva saudade.

Vem dar-me vida
Bella Lindaia,
Riscar da vida
Viva saudade.

(...)

Charada.

Em tudo estou que é materia } 1
Agora, á todo o instante;

Dominada de paixão } 2
Assim fica a louca amante.

Eil-a surgindo das aguas
Ao filho meiga sorrindo,
Eil-a após a miseranda,
A sua morte cobrindo!

Decifração das charadas do numero ante-
cedente: 1.ª — Carroeta, — 2.ª — Tar-
taruga.

O documento que ora transcrevemos integra o acervo do Arquivo Histórico Ultramarino, de Portugal, que no tocante ao Rio Grande do Sul setecentista, faz-se agora acessível graças à iniciativa de professores da UFRGS, do Ministério da Cultura e do próprio Arquivo Ultramarino, em louvável cooperação com outras instituições.

Trata-se da primeira estatística até hoje conhecida, realizada em terras rio-grandenses após a ocupação portuguesa de Rio Grande, discriminando os fazendeiros estabelecidos respectivamente ao norte e ao sul da barra, com a indicação do gado vacum, cavalar e ovino que possuíam. A prevalência das éguas (24.220) sobre os vacuns (22.380) mostra a opção predominante pela produção de muares, que eram o principal, senão único, objeto de comércio com as capitânicas centrais. As ovelhas, reduzidas a 1.000, demonstram o quanto seria incipiente esse gênero de criatório.

É interessante registrar que nesse documento inédito, acham-se mencionados vários troncos da população rio-grandense, conhecidos uns pela sua contribuição genealógica, outros pela presença nas tarefas da conquista e exploração inicial do *Continente de São Pedro*. É de se destacar o grande fronteiro Cristóvão Pereira, João de Magalhães, o pioneiro lagunista da ocupação do litoral, Dionísio Rodrigues (Mendes), Sebastião Francisco (Chaves) e Jerônimo de Ornelas, os primeiros sesmeiros da região de Porto Alegre, Ana da Guerra, em cujas terras nasceu a secular *Capela de Viamão*. Também merecem especial menção Domingos Leite (Peixoto), Manuel de Barros (Pereira), Bernardo Pinto e Manuel Gonçalves Ribeiro, dos troncos lagunistas, sesmeiros pioneiros da região de Tramandaí.

Cabe destacar ainda, pela considerável fortuna em gados, a fazenda do Padre José dos Reis, pioneiro da região de Itapuã, cuja sesmaria foi vendida em 1746 a Domingos Gomes Ribeiro.

S.C.F.

Mapa das fazendas povoadas de gados no Rio Grande de São Pedro, até hoje 13 de outubro de 1741 [AHU Cx. 1, D.41 – Conforme o “Catálogo de Documentos Manuscritos Avulsos ...” – Susana Bleil de Souza et alii.]

Fazendas da parte do Norte [composta por 32 nomes]

	Vacas	Éguas	Ovelhas
Manuel Gonçalves	100	600	0
Manuel da Silva	160	0	0
El Rei	4.000	5.900	0
Cristóvão Pereira [de Abreu]	160	400	0
Cosme da Silveira	400	1.200	600
Sebastião Gomes	400	350	300
Manuel Jorge	200	400	0
João Diniz [Alvares]	200	1.500	50
João Antunes	200	1.000	50

Francisco Ribeiro	200	1.500	0
André dos Santos	200	100	0
Domingos Leite [Peixoto]	300	600	0
Francisco Ferreira	300	300	0
José Pires	200	0	0
Antônio de Souza	350	600	0
José da Silveira	350	0	0
Manuel de Barros [Pereira]	300	800	0
Bernardo Pinto	300	150	0
Manuel Gonçalves Ribeiro	500	0	0
João Rodrigues Prates	4.500	1.000	0
José da Costa	400	1.500	0
Francisco Pinto Bandeira	1.600	200	0
Domingos Fernandes de Oliveira	0	2.000	0
Cristóvão da Costa	900	800	0
João de Magalhães	300	200	0
João Brás	200	100	0
Dionísio Rodrigues [Mendes]	100	50	0
Sebastião Francisco [Chaves]	80	0	0
Jerônimo de Ornelas [Menezes e Vasconcelos]	400	500	0
Ana da Guerra	150	100	0
[Clemente] Francisco Manuel	80	600	0
O Padre José dos Reis	1.800	400	0
Todas	19.330	22.850	1.000

Fazendas da parte do Sul [composta por 12 nomes]

	Vacas	Éguas	Ovelhas
O Tenente Antônio José	500	0	0
Antônio Gonçalves	50	300	0
Luísa da Conceição	30	60	0
Miguel Moreira	120	100	0
Miguel da Costa	40	20	0
Francisco de X ^{as} [Seixas]	100	40	0
Domingos Martins	300	600	0
Alexandre de Magalhães	60	200	0
Antônio Rodrigues	100	0	0
Lucas Fernandes	350	20	0
João Gomes	200	30	0
El Rei	1.200	0	0
Todas	3.050	1.370	0
Total	22.380	24.220	1.000

Noticlário

2000

7 de agosto de 2000 – Palestra alusiva aos 80 anos de fundação do IHGRGS, sendo o orador da solenidade o consócio Sérgio da Costa Franco. Foram agraciados com o título de *Amigo do IHGRGS*: Altino Berthier Brasil, Clóvis Soares Duarte, Júlio Petersen e Luiz Inácio Franco de Medeiros. Houve, também, o lançamento do número 135 da Revista do IHGRGS, seguindo-se coquetel.

27 de setembro de 2000 – Palestra do convidado Dr. Ênio Vitale de Abreu sobre o seu antepassado Francisco Pedro de Abreu: *Notícias informais do Barão de Jacuí*.

16 a 20 de outubro de 2000 - VII Congresso da Associação Iberoamericana de Academias de História, realizado no Rio de Janeiro, contou com a presença do Presidente do IHGRGS, Dr. Luís Alberto Cibils

30 de novembro de 2000 – Palestra do consócio Dr. Coralio Bragança Pardo Cabeda: *Desafiando Castilhos e Borges de Medeiros: o caso Bernardino Motta*.

2001

26 de março de 2001 – Palestra alusiva aos 229 anos da Fundação de Porto Alegre. O palestrante convidado, Dr. Blau Fabrício de Souza falou sobre *Marcelino de Figueiredo: Homem de dois mundos*.

14 de maio de 2001 - Palestra realizada pelo Presidente do IHGRGS, a convite, no Palácio Piratini, com o tema: *Resumo histórico dos Palácios de Governo*, alusiva aos 80 anos da Casa do Executivo.



16 de maio de 2001 – Posse do Professor Mestre Sérgio Alves Teixeira como Membro Efetivo do IHGRGS, sendo saudado pelo consócio Sérgio da Costa Franco. Tema da palestra: *Compreendendo os preconceitos e discriminações*.

Em primeiro plano, Sérgio da Costa Franco fazendo a saudação ao novo Membro Efetivo Sérgio Alves Teixeira, à sua direita



30 de maio de 2001 – Posse do Professor Doutor Flávio Loureiro Chaves como Membro Efetivo do IHGRGS. Apresentou o trabalho: *Érico Verríssimo: O narrador como testemunha da História*. A saudação foi feita pelo consócio Gervásio Rodrigo Neves.

Da esquerda para a direita: Olívio de Oliveira Dutra, Governador do Estado do RGS; Luís Alberto Cibils, Presidente do IHGRGS; Flávio Loureiro Chaves, novo Membro Efetivo do IHGRGS



6 de junho de 2001 – Palestra do consócio Dr. Miguel Frederico do Espírito Santo, alusiva aos 200 anos do Tratado de Badajoz, que se comemora nesta data, apresentando o tema: *A Guerra das Laranjas, Badajoz e os limites do Rio Grande do Sul*.

LAUDELINO MEDEIROS

Há dois anos, no dia 06 de abril de 1999, deixou-nos o Prof Laudelino Medeiros. Nele se refletia, permanentemente, uma viva fé unida a uma sólida cultura.

Tinha um zelo todo especial pela sua biblioteca, rica em obras de valor, especialmente no campo da sociologia.

Adquirida pela Universidade de Caxias, ocupa, hoje, uma área autônoma, com a denominação de "**Sala Laudelino Medeiros**".

Para a sua inauguração recorreu-se ao testemunho valioso do Sr. Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Testemunho que está exposto na "Sala Laudelino Medeiros". E cujo texto transcrevemos nesta edição de "Cultura e Fé".

Pe. Arthur Rocha Morsch, S.J.

Recordo-me, com prazer e emoção, do já longínquo passado quando, lá por 1955-56, conheci Laudelino Medeiros.

À época, juntamente com Octavio Ianni e Renato Jardim Moreira, eu começava a fazer uma pesquisa sobre as relações entre negros e brancos no sul do Brasil (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul).

Éramos jovens assistentes do professor Florestan Fernandes, na cadeira de Sociologia da USP. Eu teria 24 ou 25 anos. Pouco sabia do Rio Grande, sobre as histórias sempre recordadas por meu pai, desde sua meninice, quando meu avô - então capitão do Exército, combatera os federalistas-monarquistas, no sul, sob as ordens do general Manuel do Nascimento Vargas, pai de Getúlio - e as histórias posteriores da época em que meu pai estudou no Colégio Militar de Porto Alegre e, depois, serviu em Iguaçu[sic] e outras cidades gaúchas.

Foi Laudelino Medeiros, já então respeitado professor da UFRUS, quem nos introduziu na história gaúcha. Abriu sua biblioteca aos jovens pesquisadores paulistas, deu-nos visto de passagem junto a intelectualidade de seu estado e foi incansável ao receber-nos nas muitas vezes, anos a fio, que voltamos ao Rio Grande.

Sua colaboração pessoal e intelectual está registrada no livro que escrevi: "Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional". Mas não foi só

isso: examinou-me no concurso para obter o grau de doutor pela USP, quando apresentei o referido trabalho como tese.

Anos depois, em 1964, quando os percalços da vida política levaram-me ao Chile, foi dos primeiros a escrever-me, solidarizando-se e pondo-se à minha disposição para o que pudesse ser útil.

Esse gesto mostra o caráter de Laudelino. Ele, que era considerado moderado, e não "de esquerda", não hesitou em manifestar-se. E, é bom recordar, quando os tambores rufavam, muitas "belas alas", que se diziam progressistas, bateram em retirada e fizeram de conta que nada estava ocorrendo

Deixo, portanto, com emoção e gratidão, este testemunho que nada mais faz do que justiça a um homem de bem e professor emérito.

Brasília, 25 de setembro de 2000

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Presidente da República Federativa do Brasil

[Transcrição da *CULTURA E FÉ* – Ano 23, n.92, jan.-mar. 2001, pp.4849]

MILTON SANTOS
(03/05/1926-24/06/2001)

Milton Santos, um brasileiro, nascido em Brotas de Macauba, no sofrido agreste baiano, foi membro correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, em razão de sua contribuição a uma nova geografia, isto é, a um novo pensar geográfico. Esteve no Instituto em 1994 para inaugurar o *Encontro de História e Geografia do Prata*. Faleceu em São Paulo, na madrugada do dia 24 de junho, depois de uma longa e tenaz luta contra um câncer. Nesse período lutou com todas as suas forças, reafirmou posições, montou e desenvolveu projetos, discutindo criticamente a situação do homem no mundo globalizado, semeando a imensa esperança de ver construído um mundo mais humano.



Na sua fraqueza foi um forte, tão forte que não dava limites a seus projetos. Na fraqueza física, sempre com sorriso aberto, foi forte também nas suas críticas que objetivavam sempre fortalecer as resistências da dignidade humana na sua imensa criatividade. Este vigor – produto de uma vida de combates intelectuais sem trégua – manifesta em uma de suas últimas entrevistas onde enfatiza que “ *as perguntas continuam tradicionais, expressam uma posição velha, sem imaginação, é a repetição de um velho discurso...*”. Ao ser argüido sobre as cruciais questões urbanas contemporâneas foi enfático: “ *a cidade é tratada fora do território*”, referindo-se a utilização de modismos, alienadamente importados, e fazendo severa crítica àqueles que se negam a fazer análises contemporânea e cotidiana das cidades. Ele não poupa – e não tem porque fazê-lo – nem mesmo os entrevistadores: “ *Nesse elenco de perguntas que vocês fizeram, não há traço de leitura do que foi escrito por tantos de nós. O que há é a vontade deliberada de desconsiderar o que é feito, por outrem, fora da coriola, e esse deslocamento é típico da academia brasileira. Obras fundamentais, no que tem de substancial, não são discutidas*”.

Este foi Milton Santos que sempre diz o que pensa e sente: “ *Os intelectuais sempre têm pouco recursos, são chamados para enfeitar acontecimentos e depois são mandados embora. Hoje os aparelhos partidários colocam um cordão sanitário em torno dos intelectuais, prescindindo deles, trabalhando sem eles, de um modo geral*”. Pensamento e ação que desmente seus vínculos partidários, como tenta fazer crer a notícia publicada pelo jornal parisiense *Le Monde* de 29 de junho passado.

Milton Santos foi desses intelectuais que acreditavam na condição humana como diz num trecho de sua última obra, somente esboçada, no seu projeto “ *O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI*”: “ *a territorialidade humana pressupõe também a participação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos é privilégio do homem*”. razão porque o “ *território é o nome político para o espaço de um país*”.

Milton Santos foi *o filósofo da geografia*, na expressão de Aziz Nacib Ab'Sáber, geografia vinculada com a história ao expressar que “ *A busca da periodização do território brasileiro é um partido assencial para um projeto ambicioso: fazer falar a nação brasileira...Assim como a economia foi considerada como a fala privilegiada da nação por Celso Furtado, o povo por Darcy Ribeiro e a cultura por Florestan Fernandes, pretendemos considerar o território como a fala privilegiada da nação* ”.

Engana-se o jornal parisiense *Le Monde*, expressando seus preconceitos, de que Milton Santos foi “ *figura de proa dos intelectuais negros brasileiros*” (29/06.2001, p.21). Milton Santos foi um intelectual brasileiro. Ponto final. Essa foi a sua condição

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul sente sua perda, mas tem esperança na continuidade de seu esforço de análise para o conhecimento dos espaços e territórios dos homens.



SELO
STAMP

Ao

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL
- IHGRGS -

Rua Riachuelo, 1317
90010-271 Porto Alegre/RS
BRASIL

Remetente

Sender

Nome/*name*: _____

Endereço/*address* _____

Cidade e Estado/*city and state*: _____

País/*country*: _____

Senhores:
Dear Sirs:

Queiram ter a gentileza de preencher o presente, devolvendo-o ao IHGRGS, a fim de que não haja interrupção na remessa do número seguinte da Revista do IHGRGS.

Please complete the requested below and return to us, so that we can send you the next number of Revista do IHGRGS

1. Recebemos e agradecemos: Revista do IHGRGS – nº 136 – 2001
We have received

2. Faltam-nos:
We are in want of

3. Enviamos em permuta:
We send you in exchange

Local e data:
City and date

Assinatura:
Signature